

# **ARQUITECTURA DE INTERVENÇÃO**

## **REPENSANDO O PAPEL SOCIAL DO ARQUITECTO**

### **ATRAVÉS DE MODELOS ALTERNATIVOS DE PRÁTICA**

João Carlos Teixeira Alves

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Teixeira

Sob a co-orientação do Professor Doutor Jorge Manuel Fernandes Figueira Ferreira

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto - 2013/2014

A presente dissertação não segue o novo Acordo Ortográfico. As referências bibliográficas estão de acordo com a Norma Portuguesa 405, sistema (autor, data). As citações transcritas em português referentes a edições de língua não portuguesa foram sujeitas a uma tradução livre pelo autor.

Ao orientador, Professor Doutor Joaquim Teixeira, por ter aceite o desafio e pelo apoio ao longo deste percurso.

Ao co-orientador, Professor Doutor Jorge Figueira, pelo estímulo e pela crítica.

Aos Arquitectos José Paixão, António Louro e Tiago Mota Saraiva pelas entrevistas concedidas.

Ao Miguel pela casa.

Ao Tiago e à Marta pelas conversas iniciais.

À minha família, e em especial à minha madrinha pelo apoio no percurso até aqui.

À Liliana, pela paciência, pela dedicação, pelas infindáveis conversas e pelas revisões que foram fundamentais, mas em particular, por estar ao meu lado neste esforço final. A ti a quem um simples agradecimento nunca será justo.

Por fim, quero deixar um especial agradecimento ao Sistema Social Português, pela oportunidade, pela garantia de igualdade e pelo seu indispensável contributo para a minha formação pessoal e académica, sem o qual este percurso nunca teria sido possível.





A crise económica e a consequente falta de encomenda na arquitectura, após um período de crescimento, enunciam a necessidade de uma adequação da disciplina acompanhada por uma redefinição do papel social do arquitecto. Reconhecendo esta necessidade, este trabalho apresenta práticas contemporâneas de arquitectura marcadas por um compromisso social e por abordagens não convencionais ao projecto.

A partir da apresentação de uma selecção de trabalhos de arquitectos e colectivos, centrada no contexto português, expõem-se as motivações, estratégias e reflexões inerentes a uma abordagem menos convencional à prática de arquitectura. Os casos de estudo apresentados diferenciam-se pela sua(s) metodologia(s) de trabalho que abrangem conceitos como a arquitectura participativa, a arquitectura de código aberto, a arquitectura não solicitada, o trabalho em rede e a acção cívica, política e social. Estes trabalhos questionam ainda os limites da disciplina através da expansão do seu campo de acção e do estabelecimento de um trabalho em rede com diferentes agentes disciplinares e com a comunidade.

Não descurando as referências teóricas e os precedentes históricos necessários para enquadrar e melhor perceber os modelos de prática apresentados, é colocada a tónica nos modelos de trabalho e nas estratégias arquitectónicas implícitas com vista a encontrar caminhos práticos para a arquitectura, resgatando o papel social do arquitecto e questionando o lugar da disciplina nos dias de hoje.



Nowadays, the economic crisis and the subsequent lack of demand in the architectural field require an adjustment of the discipline as a redefinition of the social role of the architect. Recognizing this need, this paper presents contemporary practices marked by unconventional approaches followed by a social commitment.

Through the presentation of a selection of works, this paper exposes the motivations, the strategies and the thoughts inherent in an unconventional approach to the practice of architecture, focused in architects and collectives working on the Portuguese context. The case studies presented are distinguished by their(s) method(s) of work covering concepts such as participation, open-source architecture, unsolicited architecture, networking and civic action. These works bring into question the limits of the discipline through the expansion of its field of action and the establishment of a networking system with different professionals.

Not forgetting the theoretical references and the historical precedents needed to frame and better understand the practices presented, this paper puts emphasis on the working models and on the architectural strategies proposed. The goal is to find possible paths for architecture in the socio-economic context in which we live, reinventing the role of the architect.



11	INTRODUÇÃO
25	<b>1. CRISE: ARQUITECTURA E SOCIEDADE</b>
27	<b>1.1. Uma leitura do contexto social actual</b>
35	<b>1.2. Redução, abstracção e mediatização da arquitectura</b>
49	<b>2. ARQUITECTURA DE INTERVENÇÃO</b>
51	<b>2.1. Definição do conceito</b>
53	<b>2.2. Enquadramento histórico</b>
67	<b>2.3. Revisão dos conceitos para um modelo alternativo de prática</b>
75	<b>3. MODELOS ALTERNATIVOS DE PRÁTICA</b>
77	<b>3.1. Ateliermob</b>
83	3.1.1. Processos participativos em arquitectura
99	<b>3.2. Santiago Cirugeda</b>
105	3.2.1. Prática de código-aberto
119	<b>3.3. Atelier MOOV</b>
125	3.3.1. Práctica Interdisciplinar
139	<b>3.4. Arrebita!Porto</b>
143	3.4.1. Um modelo de trabalho em rede
155	<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>
177	REFERÊNCIAS
179	Referências Bibliográficas
187	Fonte das imagens
193	ANEXOS



## INTRODUÇÃO





A presente dissertação parte de uma forte motivação pessoal baseada na constatação de que, na abordagem ao projecto, se tem verificado nos últimos anos, por parte dos arquitectos, uma certa despreocupação em relação aos reais problemas que afectam a sociedade. Parece ter passado o tempo em que a arquitectura procurava apresentar soluções para alguns dos graves problemas da sociedade, como a dificuldade de acesso à habitação por parte da população mais desfavorecida, ou mesmo à cada vez mais necessária sustentabilidade ambiental, energética e económica.

Actualmente, face à crise económica que Portugal enfrenta, estes problemas ganham particular destaque, assistindo-se hoje, através do trabalho de alguns arquitectos, a uma reformulação do debate em torno da prática disciplinar, questionando a forma como a arquitectura pode, neste contexto, contribuir activamente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

*“A situação admite apenas a alternativa, ou seguir em frente, ou estagnar no caos que nos encontramos. Perante este dilema decidimos optar pela primeira posição, com a esperança firme de que ela é a única possível para aqueles que nasceram para aumentar ao passado algo de presente e algumas possibilidades de futuro, para aqueles para quem viver é criar alguma coisa de novo, não pelo desejo estúpido de ser diferente, mas pela imperiosa determinação da vida*

N.º 247

MAI-AGO 2013

OA

Publicação Periódica da  
Ordem dos Arquitectos  
[www.jornalarquitectos.pt](http://www.jornalarquitectos.pt)  
Portugal  
10 euros

# JORNAL ARQUITECTOS

## COMBATE

**A ARQUITECTURA ESTÁ REFÉM DA SUA SUPOSTA INUTILIDADE: PERANTE O IMPASSE SOCIAL QUE HABITAMOS, OUTROS SABERES FAZEM VALER MELHOR AS SUAS COMPETÊNCIAS. ESSA CONCORRÊNCIA, QUE NÃO VEM DO CAMPO IRMÃO DA ENGENHARIA, GERA FRICÇÕES E ALTERNATIVAS À PRÁTICA PROFISSIONAL. A ARQUITECTURA E OS ARQUITECTOS TÊM DE ENTRAR NUM TERRITÓRIO DE COMBATE, UM COMBATE DIFÍCIL POR SER FUNDAMENTAL PRESERVAR BASES DO SABER ARQUITECTÓNICO E NÃO DESPERDIÇAR MUNIÇÕES QUE PODEM SER CERTEIRAS. PERANTE INSTITUIÇÕES QUE URGE RENOVAR É IMPERATIVO ADEQUAR OS PROJECTOS ÀS SUAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, TANTO MAIS QUE A REALIDADE CONSTRUTIVA É DURA E OS RECURSOS SÃO LIMITADOS.**



English version  
available online

1. Capa Jornal Arquitectos n.º 247

Jornal Arquitectos

*que não admita qualquer paragem ou qualquer estagnação sob pena de que a posteridade não nos perdoe.”* (Távora, 1947, p.11)

A opção de seguir em frente, escolhida por Fernando Távora, parece ser também a de alguns jovens arquitectos que, no panorama actual, estão a estimular a discussão em torno do papel social do arquitecto. O tema e as críticas apontadas à Trienal de Arquitectura de Lisboa de 2013, assim como o destaque que este evento atribuiu à reformulação da abordagem à prática de arquitectura, sublinham a pertinência deste estudo e mostram a importância e urgência do debate sobre estas questões.

Questionando a possibilidade de uma redefinição do papel social do arquitecto, esta investigação analisa práticas contemporâneas de arquitectura marcadas por um compromisso social e por abordagens não convencionais à prática de arquitectura. Entende-se neste estudo como convencional a prática de arquitectura que surge maioritariamente da resposta a um problema colocado por um cliente, e que, embora possa não considerar o edifício ou a estrutura construída como a única expressão da arquitectura, vê nele, quase sempre, o seu objectivo final. Com o objecto construído a assumir o protagonismo, o arquitecto desempenha assim o papel de autor, de prestador de um serviço baseado numa relação cliente-arquitecto, com o utilizador, quando este não assume a figura de cliente, geralmente excluído de todo o processo. Esta prática, entendida como convencional no processo de trabalho que adopta, poderá, porém, não ser convencional noutros aspectos, como a nível técnico ou formal.

Os modelos de prática alternativa têm sido motivados pelo impasse que o momento de crise está a causar na disciplina, impasse este assinalado no Jornal Arquitectos (2013, Editorial): *“A arquitectura está refém da sua suposta inutilidade. À falta de investimento na construção, as competências próprias da disciplina são tidas como dispensáveis. A urgência do quotidiano mobiliza recursos noutras direcções, e os arquitectos são instados a mudar de profissão ou a emigrar. Esta lógica é equívoca: a arquitectura não é apenas um*



*saber instrumental à mercê das flutuações do mercado; a arquitectura é uma forma de conhecimento útil nas mais variadas circunstâncias. Só que a falta de encomenda, depois de anos de excesso da mesma, deixa a profissão num impasse que a fragiliza. Será que os arquitectos só servem para desenhar edifícios ou para coordenar planos de urbanização?”*

Esta situação não pode ser dissociada do processo de industrialização que a sociedade ocidental atingiu e de um sistema económico baseada no crescimento infinito, que incentiva ao consumo e resulta em excedentes que, no caso do edificado, dificilmente são descartáveis, face aos profundos impactos ambientais e económicos que daí resultariam. Será assim importante referir que os modelos que se apresentarão nesta investigação procuram, não só retomar o papel social do arquitecto, mas também ampliar o seu campo de acção, procurando novos caminhos para a disciplina, que respondam à falta de encomenda.

A partir de uma selecção de arquitectos e colectivos, centrada no contexto português, com referência a outros países europeus, particularmente Espanha, expõem-se as motivações, estratégias e reflexões inerentes a uma abordagem menos convencional à prática de arquitectura, procurando igualmente compreender como são postas em prática. Quem são os arquitectos socialmente empenhados? Quais são as suas preocupações? Quais são as suas formas de trabalhar e que ferramentas utilizam? Que paralelismos se podem estabelecer com outros momentos na história da arquitectura, e que conclusões se podem retirar sobre o actual estado da disciplina? Como reformular o papel do arquitecto perante o actual contexto? Estas são algumas das questões para as quais esta investigação procura resposta.

Partindo das premissas acima apresentadas, expõe-se de seguida a estrutura da presente investigação. No primeiro capítulo, **Crise: Sociedade e Arquitectura**, é feita uma aproximação ao actual panorama social europeu e português, enunciando que se assiste a um momento de “transição”. Comparando “a sociedade de transição” identificada por Nuno Portas (1964),



com a actualidade, enuncia-se os motivos e os factores que conduzem hoje à necessidade da redefinição da arquitectura e do papel social do arquitecto, como, noutras circunstâncias tinha já sido proposto por Portas.

No segundo capítulo, **Arquitectura de Intervenção**, é definido o conceito de arquitectura de intervenção proposto por esta investigação, expondo as diferentes abordagens ao projecto que lhe estão inerentes, como a prática participativa, prática interdisciplinar e a prática não-solicitada. A arquitectura de intervenção é apresentada como uma resposta para o momento actual caracterizado no primeiro capítulo. É ainda abordado o papel social do arquitecto ao longo da história, apresentando as referências teóricas e os precedentes históricos necessários para enquadrar e melhor perceber os modelos de prática apresentados. Por último, caracteriza-se o trabalho de uma nova geração de arquitectos que retoma alguns dos temas, correntes de pensamento e modelos de abordagem de projecto anteriormente expostos.

No terceiro capítulo, **Modelos Alternativos de Prática**, são apresentados os trabalhos do arquitecto espanhol Santiago Cirugeda e dos colectivos portugueses *Ateliernob*, *MOOV* e *Arrebata!Porto*. Os casos de estudo seleccionados assumem-se, por um lado, como mote para discutir, através dos diferentes modelos de trabalho, a possibilidade de uma arquitectura de intervenção e, por outro, como modo de averiguar de que forma esses modelos são postos em prática e quais os resultados obtidos. Mais do que o resultado final de cada projecto, interessa analisar o processo. Desta forma, não se procura investigar detalhadamente cada projecto, mas antes os temas e as questões inerentes às diferentes abordagens e as suas implicações, tanto para a arquitectura, como para o arquitecto e para a sociedade.

Embora muitos dos *modus operandi* expostos neste capítulo, e os temas que lhe estão inerentes sejam transversais aos quatro casos de estudo, a discussão e a análise que se faz, a cada um deles, centra-se nos modelos de trabalho que mais os definem. De modo a melhor compreender de que forma estes modelos têm vindo a ser postos em prática, a análise a cada caso de





estudo faz-se em torno de quatro temas específicos.

O primeiro colectivo apresentado é o *Ateliernob*, analisando, a partir dos seus projectos, as possibilidades, os mecanismos e os problemas de uma prática de arquitectura participativa em Portugal.

Tendo em conta o contexto espanhol, próximo geográfica, social e economicamente ao português, a partir do trabalho de Santiago Cirugeda explora-se a prática de arquitectura de código-aberto e a forma como as plataformas *online* e as tecnologias de informação têm, não só auxiliado este modelo de prática, mas também contribuído para estabelecer uma rede com o objectivo de divulgar e estimular o desenvolvimento de práticas semelhantes. O trabalho de Santiago Cirugeda e a prática de arquitectura de código-aberto, entendida como uma derivação da arquitectura participativa, são aqui analisados pela pertinência dos temas que levanta e por se constituírem como uma referência para muitos dos colectivos portugueses com trabalhos neste âmbito.

Com o trabalho do atelier *MOOV* é analisada uma prática de arquitectura que expande os limites da disciplina ao aproximar-se das artes plásticas e performativas, resultando essencialmente de uma prática interdisciplinar e da integração de saberes de outras disciplinas na abordagem ao projecto de arquitectura.

Por fim é apresentado o projecto *Arrebata!Porto* com o objectivo de discutir as possibilidades de um trabalho em rede na arquitectura com vista à realização de um projecto social. Através da sua análise visualizam-se diversas possibilidades de acção, contrariando a ideia de que a arquitectura é dispensável ou vê a sua acção limitada em tempos de crise.

Interessa ainda referir que estes não são os únicos temas que se poderiam explorar em cada um dos casos apresentados mas são aqueles que mais interessaram a esta investigação de forma a reunir os instrumentos necessários para que a arquitectura possa não só encontrar uma alternativa, mas também dar resposta para alguns dos problemas de hoje.



Partilhando as mesmas premissas e uma identidade comum, a articulação experimental que cada um faz destes modelos de prática, origina processos e projectos muito diversos. A identidade que caracteriza a variedade deste conjunto de trabalhos está no facto de estarem a ser desenvolvidos, com maior relevância, por um conjunto de arquitectos mais jovens como forma de contornar o constrangimento económico, na aproximação às questões sociais, no envolvimento do utilizador no processo de projecto e construção e na integração de saberes de outras disciplinas. Uma identidade que está também no seu carácter crítico e na reflexão que os trabalhos propõem.

*“Se por um lado devemos exigir a renovação da cultura institucional, por outro lado também existem soluções e tácticas de projecto capazes de responder com singeleza e eficácia às condições de escassez com que somos confrontados. No plano de uma prática convencional do projecto, esta adequação é cada vez mais urgente, sobretudo quando o confronto com uma realidade construtiva cruel e com recursos limitados já tornou perceptível que os esforços de desenho e de exuberância formal ou tecnológica estão condenados ao fracasso.”* (Jornal Arquitectos, 2013, Editorial)

Há a ideia de que uma nova maneira de encarar a prática de arquitectura emerge. Este é também um tempo de oportunidades para uma revisão dos modelos, para uma procura de soluções, para a experimentação.



## CRISE: SOCIEDADE E ARQUITECTURA

*“As crises, devem ser, como defende Richard Florida o “Grande Reset” que promove novas formas de viver e trabalhar para impulsionar a prosperidade de novas cidades, devendo ser o ponto de inflexão para o surgimento de novas ideias e novas pautas tanto para o desenvolvimento urbano como para a regeneração do que já existe.”*

Marian Leboreiro



### 1.1. Uma leitura do contexto social actual

*“Existe a consciência de que o período que se está atravessando é «de sobrevivência», bem visível no tom de todas as publicações, testemunhos de arquitectos, críticos, teóricos, alternando a violência da denúncia de desvios, da autoflagelação dos artistas, mesmo do reconhecimento da impossibilidade de operar em determinadas sociedades, com o apelo ao trabalho de reconstrução permanente, de revisão das bases e controle crítico dos meios, - em suma, de fundar no desenvolvimento da pesquisa, uma nova fase do Movimento.”* (Portas, 1964, p.2)

Em 1964 Nuno Portas referia-se à sociedade da época como uma “sociedade de transição”, considerando necessário encarar a transformação social que então se verificava como incentivo a uma redefinição da arquitectura. Não descorando as necessárias diferenças, o momento que o autor descreve, apresenta semelhanças com o momento actual, e o apelo que Nuno Portas deixava implícito, encontra correspondência no discurso de alguns autores e jovens arquitectos ao abordarem o actual estado da arquitectura. Importa pois perguntar, se não se assiste a um desses períodos de “transição” e, como tal, se não haverá a necessidade de rever os princípios da prática de arquitectura e renovar o papel social do arquitecto, como então defendeu Nuno Portas.



2. Imagem de capa do relatório “Divided We Stand”

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico



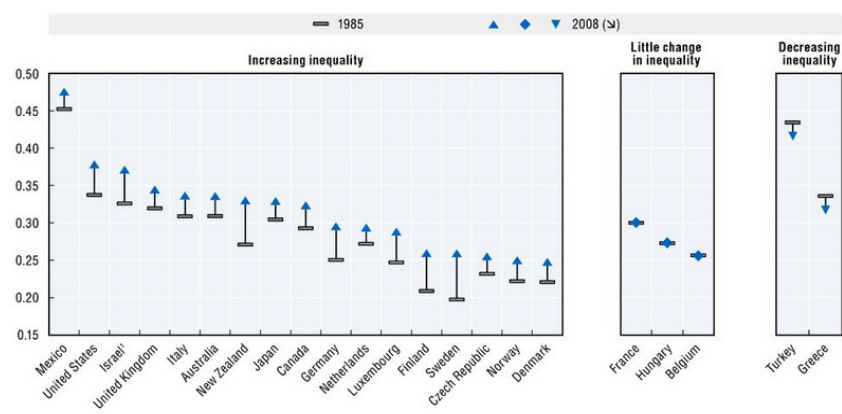
“Para onde estamos a caminhar?” A pergunta é feita pelo autor e economista francês Serge Latouche (2009, p.2). O contexto de crise que se vive actualmente será o prenúncio de uma necessidade de mudança de paradigmas? Com a necessidade da reconstrução das cidades europeias a seguir às Grandes Guerras e, posteriormente, com o forte crescimento económico e o grande desenvolvimento social que se verificou na Europa, particularmente na segunda metade do século XX, a arquitectura assumiu um papel activo e privilegiado. Procurou-se acompanhar a explosão demográfica, construindo para as massas, primeiro segundo os paradigmas do Movimento Moderno e posteriormente sob as premissas dos movimentos que se seguiram. Porém, no contexto actual europeu, a recente crise veio acentuar e chamar à atenção para os diversos problemas sociais e ambientais.

modelo de  
crescimento  
assente no  
consumo

Grande parte das potências ocidentais, desindustrializadas e com uma população envelhecida, parecem não ser já capazes de competir com as novas economias emergentes. Com o incentivo ao consumo, passou-se da resposta a uma necessidade, a uma excessiva produção de bens e produtos. Uma produção que não tem por base a satisfação das necessidades de uma sociedade, mas antes o lucro, e que teve também as suas consequências na arquitectura, com resultados que podem ser verificados no crescimento desregulado dos subúrbios e no desenvolvimento das cidades de forma insustentável, desde o ponto de vista económico, social e ambiental. Um excesso de construção que, no caso de Portugal, ao invés de eliminar a crise crescente no acesso a uma habitação apropriada e decente, provocou uma bolha imobiliária

Se durante grande parte da segunda metade do século XX, quando a produção não satisfazia ainda as necessidades, este modelo de crescimento, assente no consumo, esteve na base para o desenvolvimento económico e social das potências ocidentais, actualmente tem sido um factor a contribuir para as desigualdades sociais. Este problema foi abordado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2011) no relatório *Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising*. Além de analisar de forma implícita este modelo capitalista de sociedade, no relatório foram examinados os principais

aumento das  
desigualdades  
sociais



### 3. Coeficiente de desigualdade social desde meados dos anos 80

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

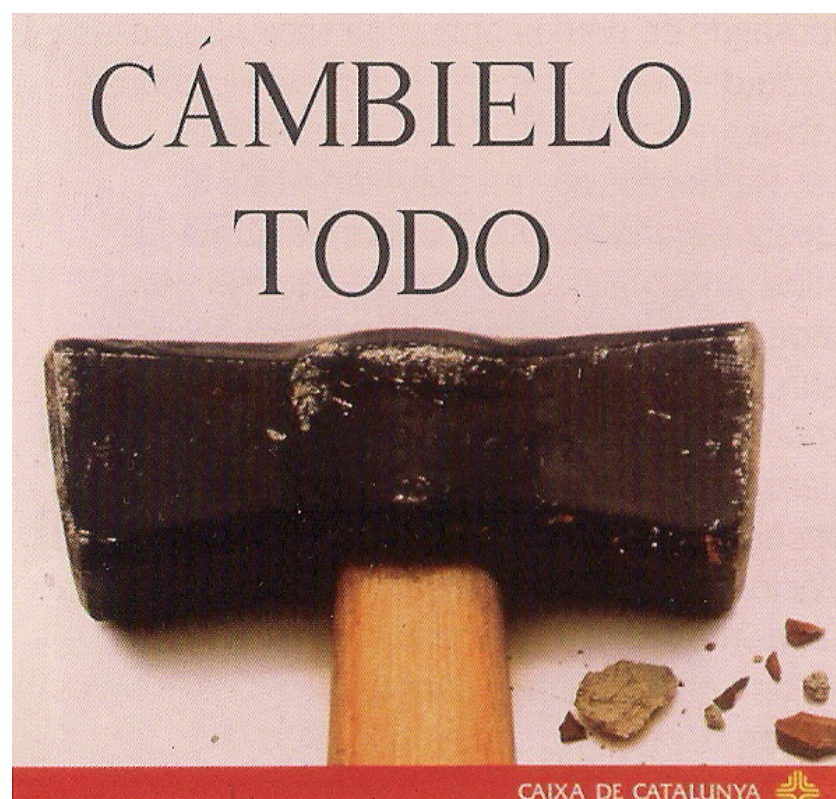
factores que contribuem para o aumento ou diminuição das desigualdades sociais, como a globalização, as mudanças tecnológicas e políticas, concluindo que nos anos anteriores à actual crise, entre 1985 e 2008, as disparidades salariais e as desigualdades sociais acentuaram-se. (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 2011, p.24)

O mesmo relatório refere ainda que isto aconteceu, também, em países tradicionalmente igualitários, como a Alemanha e a Suécia, mesmo em contexto de crescimento económico, contrariando a ideia de que os benefícios desse crescimento se traduzem automaticamente em maior igualdade social. Idênticas conclusões tinham já sido expostas pela Organização das Nações Unidas (2005) no relatório *World Social Situation 2005: The Inequality Predicament*, indicando que uma estratégia de desenvolvimento centrada exclusivamente no crescimento económico e na produção de capital resulta na acumulação de riqueza por parte de uma minoria e na pobreza de muitos.

Neste sentido, e na linha de pensamento de Serge Latouche (2009), a actual crise não pode ser vista apenas como o resultado de políticas económicas isoladas, mas como parte de uma crise maior, a do actual modelo da sociedade ocidental, assente num crescimento económico infinito. Num mundo onde os recursos são finitos e cada vez mais escassos, verifica-se uma produção, comercialização e marketing massiva de artefactos além do necessário. Assiste-se a uma forte estimulação ao consumo aliada a uma ideia de que o que é novo será sempre melhor.

*“Temos adquirido conhecimentos sem precedentes sobre o mundo físico, biológico, psicológico, sociológico. A ciência tem feito reinar, cada vez mais, os métodos de verificação empírica e lógica. Mitos e trevas parecem ser rebaixados ao submundo do espírito pelas luzes da Razão. E, no entanto, o erro, a ignorância, a cegueira, avançam por todas as partes, ao mesmo tempo que os nossos conhecimentos.”* (Morin, Cit. por Suárez, 2012, p.11)

Edgar Morin classifica como “cegueira” a manutenção de um modelo de crescimento infinito como o único racionalmente possível. Uma “cegueira”



4. *Càmbielo Todo*

Publicidade da Caixa Catalunya

que José Saramago metaforicamente também assinalou nas suas obras *Ensaio sobre a Lucidez* e *Ensaio sobre a Cegueira*.

Neste contexto, e face à actual crise, a família, a unidade fundamental da sociedade, tem estado sujeita a novas dinâmicas impulsionadas pelo aumento do desemprego jovem, o envelhecimento da população, acompanhado com uma baixa taxa de natalidade. Por um lado, verifica-se uma diminuição do número de casamentos, um aumento do número de divórcios e uma diminuição da taxa de natalidade que veio reduzir o tamanho das famílias. Por outro lado, devido a vários factores como as uniões entre pessoas do mesmo sexo, o aumento da mobilidade e a incerteza do posto de trabalho, cada vez mais amigos, colegas de trabalho, ou mesmo desconhecidos, por questões práticas e económicas partilham o mesmo espaço, o que contribui para um aumento da diversidade e da complexidade estrutural familiar. As famílias são hoje multigeracionais com o aumento da esperança média de vida e a emancipação tardia dos filhos.

novas dinâmicas  
familiares

Uma nova realidade tecnológica veio, também, alterar a forma como o indivíduo se relaciona com o espaço. Facilitado pela Internet, que torna possível um trabalho e um convívio virtual em qualquer lugar, hoje, com um computador e uma ligação à rede, facilmente se acede a outras partes do mundo, possibilitando, por exemplo, exercer uma profissão a partir de casa. Este acesso facilitado às redes de comunicação e aos programas de mobilidade possibilita, ainda, a troca de ideias e o intercâmbio de culturas, o que resulta numa cultura global, numa partilha da informação e do conhecimento.

Tudo isto acontece num mundo cada vez mais globalizado, com uma maior interdependência das nações e um aumento de trocas de bens e serviços. A comida, a roupa, o trabalho, a informação, quase todos os aspectos da vida do quotidiano têm alguma componente global. A globalização acentua estas diferenças nas dinâmicas sociais e a nova imigração que se está a generalizar, feita por jovens, é mais um factor a contribuir para a diversidade dos núcleos familiares.

globalização



5. Temos de parar de construir de forma desmedida e insustentável

Porém, segundo Luís Santiago Baptista (em Arqa, 2009, p.6-7), talvez mais do que a globalização e o acesso facilitado à informação ou à tecnologia, a “realidade comunicativa” ou a “realidade mediática”, é a velocidade e a escala a que tudo isto acontece que constitui a novidade e que conduziu a uma alteração nas estruturas produtivas, sociais, económicas. As distâncias são cada vez mais curtas e os ritmos cada vez mais acelerados, com os acontecimentos, as transformações sociais e económicas a ocorrerem cada vez mais rapidamente.

A sociedade contemporânea é, assim, palco de rápidas transformações, resultado, não só dos avanços nos domínios da ciência e da tecnologia, mas também de uma alteração nos valores e nas normas em que se baseiam as relações sociais e o comportamento humano. Isto influi, necessariamente, sobre os programas arquitectónicos, que estão sujeitos a novas e múltiplas dinâmicas, alterando a forma como o indivíduo percebe o tempo e o espaço. Assim, tendo em conta estas mudanças na sociedade, parece ser essencial uma pausa para repensar o papel do arquitecto. Mas estarão os arquitectos conscientes disso?

*“Saberiam os arquitectos que sentido imprimir às suas arquitecturas ou, por outras palavras, como tecer nos seus projectos o melhor serviço possível à sociedade e à cultura, se as condições locais de progresso permitissem empregar a fundo as virtualidades que seria legítimo esperar da sua intervenção?”* (Portas, 1964, p.V)

## **1.2. Redução, abstracção e mediatização da arquitectura**

Franco La Cecla (2011), antropólogo, descreve, embora com algum pessimismo, na sua obra *Contra a Arquitectura*, o estado da disciplina. Para este autor, a arquitectura parece ter-se afastado da sua essência, de uma prática de consciência e responsabilidade social, procurando transmitir uma ideia de prosperidade baseada em grandes soluções tecnológicas, com elevados custos e um enorme consumo de recursos, servindo essencialmente, o poder económico mundial e o poder político. A construção pouco planeada,





6. *Crisis? What Crisis?*

Supertramp



caracterizada pela especulação, com o preço da habitação convertida em mercadoria e investimento, a que as cidades assistiram, “*a ascensão da arquitectura como instrumento de puro marketing*” (La Cecla, 2011, p.19), são alguns dos sintomas deste modelo de sociedade, assegurado por um consumo, promovido pela imagem, que o autor identifica. Luís Tavares Pereira (em Arqa, 2009, p.38) acrescenta outros, como a ascensão do arquitecto a figura mediática, a desregulação do ensino da arquitectura e um mercado de trabalho saturado, como reflexo da promoção de uma sociedade de consumo.

“*Com maior rigor eu diria talvez que mais do que se pôr em abstracto o problema da responsabilidade social do arquitecto, hoje se põe em concreto, o problema da (ir)responsabilidade social dos arquitectos.*” (Almeida, em Filgueiras, 1985, p.3)

Ilustro esta afirmação de Pedro Vieira de Almeida com a imagem da capa do álbum *Crisis? What crisis?* da banda britânica *Supertramp*, para descrever a separação, simplificação e abstracção da realidade em que vive parte da arquitectura que se faz actualmente. Perante as diferentes dificuldades com que se depara hoje a sociedade ocidental, a arquitectura vai-se afirmando através de exercícios formais, estilos e tendências.

Na verdade, os arquitectos já foram socialmente motivados, particularmente nas décadas que se seguiram à Primeira e à Segunda Guerras Mundiais, com a reconstrução da Europa e com a preocupação em responder às necessidades de habitação para as massas, através dos diversos programas de habitação social que se espalharam por todo o continente europeu. Foi um tempo de compromisso social, no qual a arquitectura desenrolou um papel activo e privilegiado, de exploração de ideias e mudança de paradigmas. Também as décadas de sessenta e setenta, como se expõe no segundo capítulo, estiveram marcadas por um renovado compromisso social e pela introdução de princípios metodológicos e científicos, próprios das ciências sociais, na concepção da arquitectura. Em Portugal, nestas décadas, Nuno Portas, como já foi referido, e Octávio Lixa Filgueiras são dois dos arquitectos que



*7. Burj Khalifa, Dubai*

O edificio mais alto do mundo

desenvolveram estudos sobre o papel social da arquitectura.

No entanto, até o final do século XX a disciplina foi-se esvaziando desse seu carácter. Segundo Lisbet Harboe (2012, p.15), autora da tese de doutoramento *Social Concerns in Contemporary Architecture*, as preocupações dos arquitectos nas décadas de oitenta e noventa centraram-se sobretudo no aperfeiçoamento da forma e na exploração dos sentidos na arquitectura. A arquitectura foi-se promovendo através da imagem e, nas publicações da especialidade, revistas, blogues, *websites*, esvaziou-se de qualquer conteúdo humano. Prevaleceram as formas e as superfícies na procura pela imagem perfeita. Para Andres Lepik (2010, p.12), curador da exposição *Small Scale, Big Change: New Architectures of Social Engagement*<sup>1</sup> e autor do livro com o mesmo nome, este facto não pode ser dissociado da rápida proliferação da arquitectura de “alta qualidade” nas economias emergentes, em cidades como o Dubai e com a ascensão do arquitecto a figura mediática.

*“A retina é o posto de venda: ver é comprar. No moderno capitalismo de casino a cidadania é um cartão de crédito, a democracia um jogo de sorte.”* (Sorkin, Cit. por La Cecla, 2011, p.39)

Para Franco La Cecla (2011, p. 31-32) os arquitectos mediáticos são artistas ao serviço do capital, e as suas intervenções encenações, pensadas como se fossem grandes cartazes publicitários. Com a arquitectura transformada em moda, numa marca ou numa assinatura, as cidades competem entre si para atrair investimento capaz de gerar um maior fluxo de turismo. A arquitectura é vista como uma marca de diferenciação, um símbolo de modernidade, e o edifício ou uma intervenção no espaço público de um “arquitecto-estrela” é quase sempre o investimento que se procura.

*“Mas mais grave, no entanto, do que o escape da mortificação crítica, é a tentação constante da desistência a que essa mesma conjuntura sujeita os melhores: quando as contradições são tão fortes que a sensação de inutilidade*

mediatização

1. A exposição *Small Scale, Big Change: New Architectures of Social Engagement* esteve patente no MoMA entre 3 de Outubro de 2010 e 3 de Janeiro de 2011



8. *Heydar Aliyev Center*

Zaha Hadid

*da arquitectura, o quase-dever de a pôr entre parêntesis, ganham irrecusável evidência.”* (Portas, 1964, p. VIII)

Contudo, e perante as diversas disciplinas, os interesses, as entidades, os regulamentos e as dinâmicas envolvidas na prática da arquitectura, parece haver pouca margem para a actuação do arquitecto. Enquanto agente social, o trabalho do arquitecto parece ser praticamente inútil, com o seu papel reservado a um simples prestador de serviços. Luís Santiago Baptista (em Arqa, 2009, p.8) lembra, ainda, que o grande número de arquitectos, a falta de concursos públicos e o cada vez menor número de encomendas inviabilizam uma arquitectura que antes se praticava, essencialmente, através da encomenda pública.

*“O experimentado arquitecto-autor, que se movimenta no sector da encomenda pública, vê-se hoje obrigado a responder a encomendas lançadas por agentes económicos que lideram a promoção imobiliária. A prática de autor começa a integrar um sistema de economia de mercado e estabelece-se o diálogo e a negociação com a encomenda privada interessada no lucro, no aspecto comercial e no potencial da arquitectura, enquanto símbolo de ascensão de estatuto social e económico.”* (Melaneo, em Arqa, 2009, p.24)

Um outro problema, identificado por Paula Melaneo, é a generalização do trabalho dos arquitectos em contextos que lhes são completamente estranhos, muitas vezes através de concursos internacionais. O tempo investido nestes projectos é normalmente insuficiente para uma aproximação à realidade local, impossibilitando uma aproximação entre o arquitecto que projecta e o indivíduo que o vai usar, valorizando o formalismo e a imagem para que o projecto sobressaia entre os muitos candidatos. Deste modo, os arquitectos deixam de se ocupar em procurar dar resposta ao seu contexto particular que conhecem melhor, deixando-o à acção arbitrária de olhos que lhe são estranhos.

Finalmente, *“um grave problema educacional prevalece, uma vez que os arquitectos, geralmente, parecem pouco aprender com os seus próprios*





9. *Olhe à sua volta.*

Ordem dos Arquitectos

*edifícios.*” (Bouman, 2011, p.18) Segundo La Cecla (2011, p.124), as escolas de arquitectura promovem um ensino centrado no objecto arquitectónico, e “*aos estudantes não são dados instrumentos de observação, de análise, de leitura do impacto social dos próprios projectos.*” Um ensino mais vocacionado no processo, numa sequência de acções, decisões e efeitos, seria capaz de abrir o debate sobre uma nova forma de encarar a disciplina. Por outro lado, considera Robert Byron (Cit. por La Cecla, 2011, p.44), quase não existem críticos de arquitectura e os que existem são arquitectos e o seu envolvimento pessoal impede-os de fazerem uma real crítica aos seus colegas, o que também não estimula o avanço da disciplina.

*“Não se pensa em termos ‘modernos’ ou ‘pós-modernos’, uma espécie de embaraço caiu sobre os termos e sobre as suas consequências. Não se procura nenhum plano político para a arquitectura, na tradição europeia idealista ou na tradição pop americana. Encontrou-se uma terceira via (rápida): a da concentração na forma - a-historicista, a-temporal, a-moral.”* (Figueira, 2005, p.12)

Como enuncia Jorge Figueira, além de perguntar o que a arquitectura pode fazer pelo contexto actual, a arquitectura deve recuperar o seu sentido crítico e perguntar o que pode fazer por ela própria. O arquitecto deve, não só, ter um papel crítico, mas também viabilizar soluções que venham de encontro a essa crítica, soluções exequíveis. A crítica pode contribuir para uma visão mais ampla sobre as aspirações da arquitectura. Ao possuir uma visão global da sociedade, o arquitecto pode ser um agente dinamizador de estratégias não necessariamente ligadas a uma prática tradicional da disciplina. Margaret Crawford (Cit. por Harboe, 2012, p.2) pede aos arquitectos que procurem “*um novo conjunto de clientes, não as massas genéricas do modernismo, mas grupos específicos cujas necessidades não são atendidas pelo mercado arquitectónico.*” Ter em conta estas considerações na arquitectura é fazer recuperar o seu reconhecimento público.

*“Num momento como o que vivemos, de esgotamento dos modelos*



We want to build new worlds where fiction is reality and games are new rules for democracy. If space is made by dynamics of exchange, then everybody can be the architects of our world and encourage creativity, reflexion and to renew social behaviours.

#### EXPERIMENT

Architecture can expand into a multidisciplinary game where everyone brings his own tools and knowledge to contribute to a collective piece.

We do refuse to enter the current architectural practice which serve the building industry.

We do deal with the reality of construction.

We design, build and live our constructions and host the freedom for visitors to appropriate our projects.

We produce an open source architecture that offer an access to basic public amenities and a place for exchange : A physical framework for a direct and immediate emulation between people and space.

We wish to incite anyone to re appropriate and get involved with his own social and physical environment.

# REACT AND ACT

#### *10. Be Utopian*

Manifesto Exyzt



*económicos e profissionais, torna-se imprescindível entender que a produção de arquitectura é um feito cultural em constante mudança, pelo que é necessário apresentar propostas de alternativas à profissão, que agreguem novos campos de utilidade social e que mantenham a sua capacidade crítica com a sociedade e, nesta medida, também com elas mesmas.”* (Cirugeda e outros, 2010, p.22)

Expandir o campo de acção da disciplina para outras áreas de saber, em maior interligação com outras disciplinas, pode ser a resposta para aproximar a arquitectura e a sociedade, como também uma solução para a própria profissão, que se vê cada vez mais limitada no seu campo de acção, pelo mercado de trabalho saturado e pela complexa rede de interesses e burocracias que a envolvem. Actualmente há exemplos de arquitectos que procuram expandir as suas perspectivas, valorizando no seu trabalho as questões sociais, políticas e económicas. Isto verifica-se com maior relevância em grupos de arquitectos mais jovens, de onde vão emergindo práticas alternativas de arquitectura através de um renovado compromisso social e de novas metodologias de trabalho.

*“Com a explosão demográfica dos arquitectos e um mercado de trabalho cada vez mais cartelizado, as novas gerações têm de reinventar a roda.”* (Gadanh, em Arqa, 2009, p.29)

Pedro Gadanh assinala a necessidade do arquitecto “reinventar a roda”, como forma de contornar a actual situação do mercado de trabalho. A redefinição da arquitectura que Pedro Gadanh enuncia e, de uma forma mais alargada, a revisão do papel social do arquitecto que esta investigação procura, não se fazem apenas a partir de conceitos e modelos novos, mas pensamentos e práticas que foram abordadas e retomados ao longo do século XX. Práticas que surgiram da interpretação de um determinado contexto social, influenciados por fortes transformações sociais, por progressos tecnológicos e novos paradigmas. Como enunciado neste capítulo, ainda que sem o devido distanciamento histórico para aferir conclusões, arrisca-se a dizer que actualmente se vive um desses momentos de transformação social, um novo

“época de encruzilhada”



*11. Incêndio no complexo da CCTV*

Fotografia do CCTV, Pequim

momento de “transição” (Portas, 1964), uma nova “época de encruzilhada”, seguramente diferente da identificada por Octávio Lixa Filgueiras (1985)<sup>2</sup> mas com as necessárias implicações no modo como se pensa e se faz arquitectura.

Em Fevereiro de 2009, um incêndio destruiu um hotel, na altura ainda em construção, que fazia parte do complexo projectado por Rem Koolhaas (OMA) para a televisão chinesa em Pequim. Em conversa com António Louro a propósito desta investigação, o arquitecto faz uma analogia associando este acontecimento simbólico à queda do *star-system*. Esse momento corresponde também à diminuição drástica dos concursos públicos em Portugal, impondo novas premissas para a arquitectura e um reposicionamento dos arquitectos que baseiam o seu trabalho em edifícios de excepção e em projectos de autor.

Fica, por isso, a pergunta: perante a actual mudança no contexto económico ocidental, não precisará a arquitectura de se redefinir, através da renovação ou da retoma dos princípios e dos modelos que a regem ou regeram? Esta investigação parte assim à procura de uma arquitectura que seja o reflexo dessa transformação, consciente do seu papel social e em relação com os problemas que afectam hoje a sociedade, com a vontade de responder à pergunta que Nuno Portas coloca.

*“Pode o arquitecto continuar a ser um projectista parcial, confinado ao seu estirador, de apenas-edifícios isolados ou super-edifícios de excepção? Esgota-se aí a sua acção e competência, enquanto o essencial e o normal do habitat ou da cidade dos homens se decide antes ou ao lado da sua chegada?”*  
(Portas, 2007, p.16)

2. A primeira edição obra de Octávio Lixa Filgueiras, *Da Função Social do Arquitecto: Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*, é de 1962.



## ARQUITECTURA DE INTERVENÇÃO

*“A arquitectura é o desejo de uma época traduzida em espaço”*

Mies Van der Rohe



### 2.1. Definição do conceito

Após expostos, no primeiro capítulo, os fundamentos que justificam a necessidade de uma arquitectura mais interventiva socialmente, definem-se neste capítulo os conceitos e os temas que lhe estão subjacentes. Nesta investigação entende-se como arquitectura de intervenção uma prática que procura soluções não convencionais para a problemática social e urbana, questionando o papel do arquitecto na sociedade contemporânea. Deste modo, o arquitecto não se foca apenas num grupo de clientes, aqueles que são capazes de pagar por um serviço de arquitectura, actuando sobretudo em contextos marcados por problemas sociais e económicos. A arquitectura de intervenção não se centra somente na forma e no desenho ou em conceitos abstractos, mas organiza-se através de padrões sociais. Uma arquitectura atenta à realidade social, cultural, económica e política do contexto onde actua, não só procurando melhorar o ambiente construído mas também a situação social das pessoas que nele habitam.

conceito

Esta dimensão social da arquitectura implica, quase sempre, modelos alternativos de trabalho, fazendo-se acompanhar pela expansão do seu campo de acção, a partir das diferentes relações que se estabelecem com outras disciplinas. Está, desta forma, marcada por um trabalho em rede, com a



12. *Te kogo ia nikogda ne videl*

Vladimir Mayakovsky

13. *Plakat mayakowski gross*

Vladimir Mayakovsky



comunidade e com diferentes agentes disciplinares, baseando-se num sistema de código-aberto e promovendo a participação dos usuários ou, mesmo, a autoconstrução.

Esta prática engloba várias metodologias de trabalho e abrange diversos conceitos, entre os quais, a arquitectura participativa, a arquitectura de código aberto, arquitectura não solicitada, o trabalho em rede e a acção cívica, política e social.

## 2.2. Enquadramento histórico

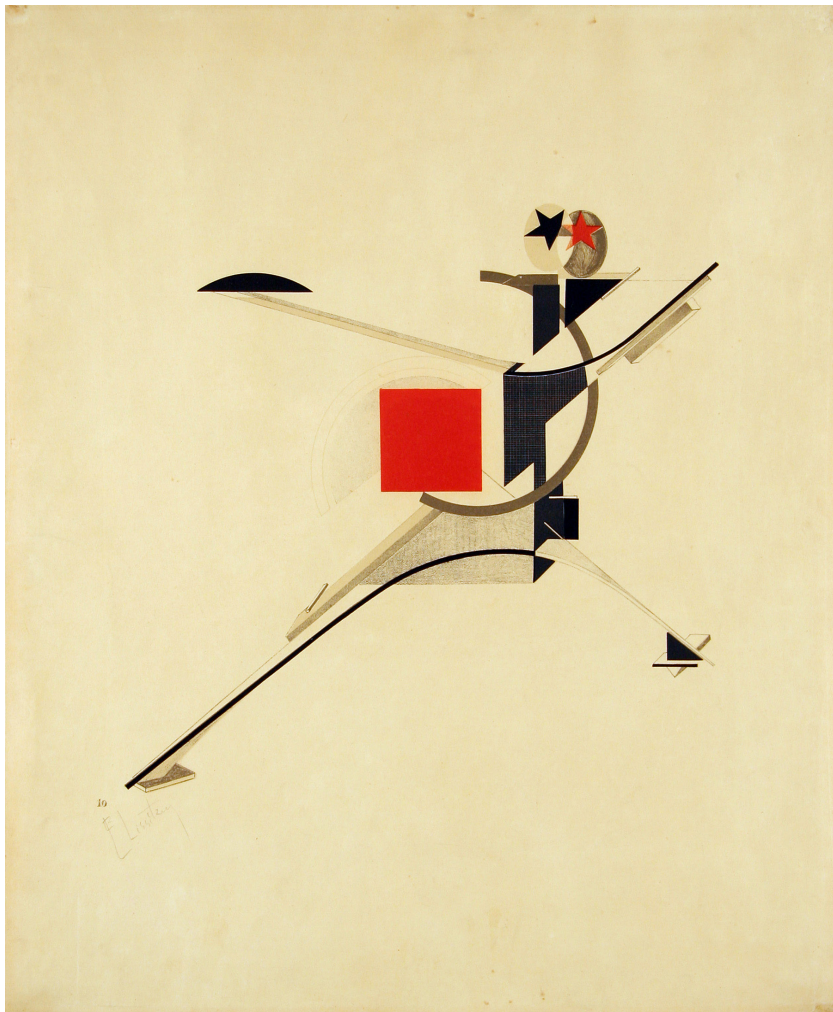
A arquitectura assenta no princípio de proporcionar espaços para o Homem viver, consolidando a relação entre este e o seu ambiente físico, de forma a melhorar as suas condições de vida. Assim, sempre foi um dos seus objectivos constituir-se como ferramenta para responder a alguns dos problemas que afectam a sociedade, relacionados com a organização do espaço. Na arquitectura, o debate em torno destas questões teve particular relevância em finais do século XIX e em momentos particulares do século XX, como resultado de fortes transformações sociais, iniciadas por novas correntes de pensamento ou fruto de novas circunstâncias sociais, económicas ou políticas.

Os novos pensamentos e movimentos que surgiram no século XIX, como as teorias de orientação socialista e as vanguardas artísticas, abriram o debate sobre a sociedade industrial. Além das novas possibilidades tecnológicas, do progresso científico e de uma modificação nos métodos de produção, o século XIX trouxe consigo uma transformação na forma e nas condições de viver. A polarização dos centros urbanos e o seu rápido crescimento conduziu a condições precárias de vida que vieram sublinhar o problema da habitação e acelerar a necessidade de um planeamento urbano mais inclusivo.

O surgimento das vanguardas artísticas, marcado pela busca de novas formas de expressão, pelo progresso e pela humanização da sociedade industrial, integrando a arte e a tecnologia no mundo construído, foi relevante para definir o ideal do arquitecto do século XX. As vanguardas, como o

o papel social do  
arquitecto

Vanguardas  
Europeias



14. *The New Man (Neuer)*

El Lissitzky

Cubismo, o Futurismo, o Construtivismo, De Stijl, entre outros, marcados por um forte pensamento ideológico e político, manifestavam a vontade de definir novos códigos temáticos e expressivos, bem como novos valores sociais. Ideias que resultaram de uma forte actividade intelectual de reflexão sobre os problemas da sociedade e da cidade industrial.

Estes movimentos chamaram a atenção para as desigualdades sociais e os consequentes problemas urbanos, vistos como o resultado de uma estrutura social e económica que concentrava a riqueza numa pequena parte da população. Com a convicção de que a arquitectura devia atingir o maior número de indivíduos possível, e não apenas a elite favorecida, ambicionava-se que os arquitectos fossem capazes de assumir um papel de transformação da sociedade. Estes movimentos foram possíveis porque se inseriam no contexto político de transformação social do comunismo e da social-democracia, em países como a Rússia, Alemanha, França e Holanda

Inspirado pelas teorias socialistas e pela revolução russa de 1917, o Construtivismo definiu uma nova relação entre a sociedade, o artista e a sua obra. De acordo com Christina Lodder (1988, p1-2), os princípios básicos do Construtivismo, reconheciam que os conceitos convencionais da arte e do artista, que os punha em prática, impossibilitavam o vínculo entre a arte e a vida. Pretendendo estabelecer esse vínculo, este movimento incentivava o artista a entrar na fábrica, reconhecendo-a como capaz de fazer avançar o mundo.

Segundo o lema de El Lissitzky: *“uma arte construtiva que não decora, mas organiza a vida”* (Cit. por Abrantes, 2013, p.27), a produção em massa e a indústria era usada como resposta para uma fusão entre a vida e a arte, ideia mais tarde abraçada pela *Bauhaus*. O Construtivismo estabeleceu-se como impulsor para que fosse dado o salto para uma cultura humana e universal, que constituiria uma nova ordem política, assente num compromisso social, industrial e ideológico.

Segundo Josep Maria Montaner (2001, p.7), o que estava a ser



15. Reunião dos CIAM em Otterlo, 1959

procurado desde meados do século XIX, “*uma nova arquitectura para uma nova sociedade*”, viria a ser alcançado com plenitude no Movimento Moderno. Rompendo com as formas anteriores de arte, que considerava estarem ultrapassadas, o Movimento Moderno estabeleceu uma crítica à sociedade, que considerava imoral, corrupta e centrada na aparência.

Os arquitectos do Movimento Moderno, influenciados pelos desenvolvimentos da indústria, a tecnologia, o rápido crescimento das cidades e a Primeira Guerra Mundial, estabeleceram um intenso debate sobre as artes e a sociedade, através dos seus trabalhos, da troca de ideias e de uma abertura ao mundo. Embora tenha sido enunciada nas vanguardas artísticas que lhe sucederam, foi no Movimento Moderno que a questão do papel social da arquitectura foi amplamente colocada.

Movimento  
Moderno

*“O novo cliente, poderoso, anónimo, dos arquitectos-percursores foi, junto com as fábricas industriais, a massa enorme dos novos habitantes da cidade, foi a multidão agitada que tinha criado as metrópoles. O surgimento da arquitectura moderna identifica-se com a pressão e com a consciência do problema urbanístico. O arquitecto moderno, por ser arquitecto-engenheiro, é arquitecto urbanista, o seu cliente não é só aquele que quer construir um palácio ou uma villa, e muito menos o mecenas ou o ditador que deseja abrir uma avenida monumental, senão a massa inteira de cidadãos tida em toda a sua complexidade social e psicológica.”* (Zevi, Cit. por Filgueiras, 1985, p.92)

Arquitectos que viviam e trabalhavam em diferentes contextos começaram a reunir-se para debater ideias e discutir um caminho para a arquitectura. À medida que se ia definindo o Estilo Internacional, esta atitude progressista e de reformulação social foi ganhando forma. Surgiram os CIAM (Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna) e com eles a vontade de usar a arquitectura como veículo para uma mudança, para a melhoria de vida das pessoas, para as tornar modernas.

Contudo, considera Montaner (2001, p.7-8), o Movimento Moderno tendeu para a abstracção, ao tentar estruturar a sociedade segundo novos



16. Anúncio do fim dos CIAM pelo Team X, em Ortelo, 1959



valores e incapaz de resolver os problemas sociais relacionados com a arquitectura. Ainda de acordo com o mesmo autor, embora tenha gerado um grande debate sobre o papel social da arquitectura acabou por se afastar dos utilizadores.

Acontecimentos como as Grandes Guerras, o desenvolvimento técnico e político, fenómenos como o Maio de 68 e o destaque que as ciências sociais, como a sociologia, a antropologia, a psicologia, passaram a ter, contribuíram também para o debate em torno do papel social do arquitecto durante o século XX. Entre os participantes mais jovens dos últimos encontros dos CIAM crescia a ideia de que o funcionalismo do Movimento Moderno e o racionalismo defendido pela *Carta de Atenas* não constituíam a solução para os problemas que se verificavam nas cidades europeias.

Estabeleceu-se, assim, uma crítica que gerou novos pensamentos sobre a forma como a arquitectura se deveria relacionar com o meio ambiente e com os seus utilizadores. Estas ideias foram exploradas por grupos como o *Cobra* e o *Team X* que adoptaram um modelo de acção e uma prática mais humanista.

Dirigido pelo holandês Jacob Berend Bakema, o *Team X* contava com o holandês Aldo van Eyck, os britânicos Alison e Peter Smithson, os franceses Georges Candilis, Alexis Josic e Sadrach Woods, o italiano Giancarlo De Carlo, entre outros. As suas ideias não foram expressas numa teoria nem constituíram um estilo, mas antes uma maneira de projectar, raciocinar e abordar os problemas, atentos ao contexto e ao ambiente particular de cada comunidade. (Montaner, 2011, p.8) É neste sentido que o grupo estabelece as bases da crítica ao Movimento Moderno, opondo-se à visão funcionalista do modernismo de aproximar a arquitectura do mundo da ciência, da tecnologia e da produção, procurando, ao invés, uma nova arquitectura mais humanista e próxima às ideias do Movimento Internacional Situacionista<sup>3</sup>.

humanização da  
arquitectura

3. Sobre o trabalho de alguns arquitectos dos anos sessenta e setenta José António Bandeirinha fala de um desejo por uma “prática situacionista de arquitectura, a qual como todas as outras práticas artísticas, deveria perder o seu carácter alienado do quotidiano”. (Bandeirinha, 2007, p.31)

sense-nommo  
 change and growth  
 cluster  
 2 m-chemin  
 imagination versus common-sense  
 2pm perceived  
 expected  
 la plus grande realité du seuil  
 l'espace corridor  
 stad als interieur van de Gemeenschap  
 identity  
 het oogenblik van core  
 hierarchy of human associations  
 mobility  
 l'habitat pour le plus grand nombre  
 harmony in motion  
 aspect of ascending demensions  
 identifying devices  
 gedifferentieerde wooneenheden  
 visual group

# 17. Conceitos desenvolvidos pelo Team X

Team X. Capa da revista Forum, 1959



Para o *Team X* a hierarquia funcional da *Carta de Atenas* deveria ser substituída por uma hierarquia das relações humanas, reintroduzindo na arquitectura a experiência da comunidade. Dentro do grupo, foram Alison e Peter Smithson que mais defenderam esta ideia, tendo desenvolvido um trabalho prático particularmente relevante. Estas ideias acabariam por derivar numa prática de arquitectura que integrava de forma activa o utilizador no processo de concepção, construção e gestão da obra de arquitectura.

Nos anos sessenta e setenta do século XX persistiam ainda muitos dos problemas pelos quais o Movimento Moderno se tinha debatido. Os problemas no espaço urbano assumiam novos contornos, e o problema da habitação não tinha sido ainda resolvido. José António Bandeirinha (2007, p.29), referindo Chombart de Lauwe, afirma que os interesses dos promotores imobiliários, centrados nas margens de lucro e em jogos de poder, se sobrepunham aos interesses da restante população. O compromisso com uma prática participativa, incentivando os utilizadores a colaborar activamente nos projectos, na gestão e planeamento das suas cidades, surgia, assim, associado à ideia de “democratização” da arquitectura.

prática  
participativa

José António Bandeirinha (2007, p.31) considera que os vários contributos teóricos que suportaram a prática arquitectónica participativa ao longo da década de setenta resultaram também do reconhecimento da diversidade cultural, contrária ao conceito de universalidade e abstracção promovido pelo Movimento Moderno.

Ao mesmo tempo, os conceitos que emergem nas décadas de sessenta e setenta estão associados a um deslocamento disciplinar da arquitectura em direcção às ciências sociais e humanas. Num mundo cada vez mais complexo, bipolarizado entre o capitalismo e o socialismo, o arquitecto movia-se entre a objectividade da encomenda e a incapacidade de desenvolver outras competências que não as tradicionais de desenho, que, quase nunca, eram suficientes para apresentar uma solução satisfatória para os problemas. (Bandeirinha, 2007, p.5) Assim, como forma de conferir maior credibilidade

prática  
interdisciplinar



à disciplina para desenvolver processos de participação activa, a arquitectura expandia os seus domínios para outras áreas de conhecimento. Procurava uma renovação em áreas como a sociologia e a antropologia, incorporando métodos científicos, como a investigação sociológica e modelos matemáticos, para ser capaz de responder aos problemas da época.

Ainda que distintas, no fundo todas estas diferentes abordagens, expunham a vontade de atribuir maior relevância aos usuários e às suas ambições. Argumentando que a arquitectura é um acto público e só poderia ser legitimada pelos utilizadores, estes arquitectos deixaram de projectar para as pessoas para passar a projectar em conjunto com as mesmas. Esta abordagem interdisciplinar, marcada por um carácter experimental, conduziu a práticas arrojadas e, por vezes, utópicas.

No início da década de sessenta, o trabalho desenvolvido pelo grupo *Archigram*, constituiu-se como crítica a uma arquitectura que, segundo o grupo, se centrava demasiado no funcionalismo e que estava dependente das formas do Estilo Internacional. Peter Cook (Cit. por Sadler, 2005, p.434), membro do grupo, desafiando o pensamento arquitectónico que era aceite como norma, defendia que a solução para um problema de arquitectura nem sempre é um edifício.

*“Uma das conquistas do Archigram foi reorientar a arquitectura para a mudança dos padrões ideológicos e sociais, reconhecendo que o individualismo e o consumismo eram os movimentos do pós-guerra europeu e americano.”* (Sadler, 2005, p.194)

De acordo com Sadler (2005, p.194), o grupo considerava que a tecnologia incorporada na arquitectura seria capaz de ajudar a satisfazer tanto as necessidades como os desejos das pessoas, disponibilizando-lhe os meios para que fossem capazes de dar uma nova forma à sua vida. Como forma de promover a alteração dos padrões sociais, desenvolveram alternativas radicais, de casas, cidades e outros arquétipos de arquitectura, inspirados pelas viagens ao espaço, pela cultura popular, pela ficção científica e pelos novos materiais,



18. *Spacebuster*

Raumlabor

influenciando outros grupos e arquitectos, que surgiram posteriormente, um pouco por todo o mundo.

Posteriormente, nas décadas de oitenta e noventa do século XX, segundo Lisbet Harboe (2012, p.15), as motivações dos arquitectos centraram-se sobretudo na procura pelo aperfeiçoamento das formas, pela tectónica e pela exploração dos sentidos. José Capela (2007, p.9) considera mesmo, que a partir da década de setenta, nem no contexto internacional nem no contexto nacional, as questões do domínio social na arquitectura tiveram particular relevância, se não em contextos de extrema pobreza ou em situações de emergência em países em desenvolvimento.

O debate em torno das questões sociais e políticas na arquitectura ressurgiria, então, nos anos noventa do século XX, motivado pelo um novo conjunto de trabalhos de jovens estudantes e arquitectos. Entre estes, no panorama europeu, Lisbet Harboe (2012, p.15), destaca, a dupla francesa Lacaton e Vassal, o grupo italiano *Stalker*, o arquitecto espanhol Santiago Cirugeda, o colectivo alemão *Raumlabor*, entre outros.

Estes arquitectos focavam-se em temas, espaços e grupos de pessoas que não eram normalmente servidos pela prática de arquitectura. Alguns destes trabalhos, que surgiam à margem da tendência geral da época, começaram, inclusive, a expressar-se em projectos cuja iniciativa partiu dos arquitectos, sistematizando-se o conceito de arquitectura não solicitada.

O conceito de arquitectura não solicitada foi originalmente explorado por Ole Bouman no estúdio *Unsolicited Architecture* do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, onde foi professor, e numa série de artigos, mais tarde compilados na revista *Volume* (2007). Bouman define uma arquitectura não solicitada como uma prática activa, de procura e pesquisa, transgressora, que se constitui como uma alternativa. Activa, de procura e pesquisa porque propõe que seja o arquitecto a identificar os problemas, a levantar as questões, a propor uma solução, a traçar um plano, a definir um orçamento e a procurar um cliente, ao invés de esperar pela solicitação de um cliente, com lugar,

prática não  
solicitada





19. Trienal de Arquitectura de Lisboa 2013

programa e orçamento definidos. Transgressora, porque não cumpre pelo menos um dos quatro princípios, que o autor considera serem os “pilares tradicionais” da arquitectura - o programa, o cliente, o lugar, o orçamento. Nesse sentido, pressupõe a rejeição, a reinterpretação, a recontextualização e a reclamação. (Bouman, em Volume, 2007)

### **2.3. Revisão dos conceitos para um modelo alternativo de prática**

*“O papel do arquitecto deste princípio do século parece querer re-aproximar-se ao do princípio do século XX, onde outra mudança de paradigma o lançou à procura de uma nova identidade da sociedade, imprimindo à arquitectura um papel interventivo, pró-activo e visionário relativamente ao desenvolvimento humano.”* (Bonaccorso, em Arqa, 2009, p.44)

Actualmente assiste-se a um renovado interesse social na arquitectura, através de um crescente número de projectos, eventos, publicações e exposições que se tem desenrolado ao redor do tema, entre os quais a Trienal de Arquitectura de Lisboa de 2013, com o nome de *Close, Closer*. Incentivando à reflexão e à crítica, *Close, Closer* questionou as diversas abordagens ao projecto de arquitectura na actualidade e as condições em que estas se processam. Centrou o debate em trabalhos que se distinguem do convencional, apresentando uma leitura alternativa para a prática de arquitectura contemporânea, focada mais nos usos/vivências/modos de vida que caracterizam cada espaço e menos nos edifícios.

Este evento levantou importantes discussões sobre a disciplina na actualidade, enunciando alternativas para a arquitectura contemporânea. No entanto, algumas considerações se podem tecer relativamente ao alcance, ao sucesso, à organização e à comunicação da Trienal de 2013, tendo sido, no seu balanço, alvo de diversas críticas.

Segundo Inês Moreira (2014), um evento cultural de arquitectura deve ser capaz de levantar problemáticas culturais e sociais, o que implica considerar a arquitectura para lá do objecto, encarando-a como uma “proposta



*20. Exposição Metaflux*

9ª Bienal de Arquitectura de Veneza, 2004



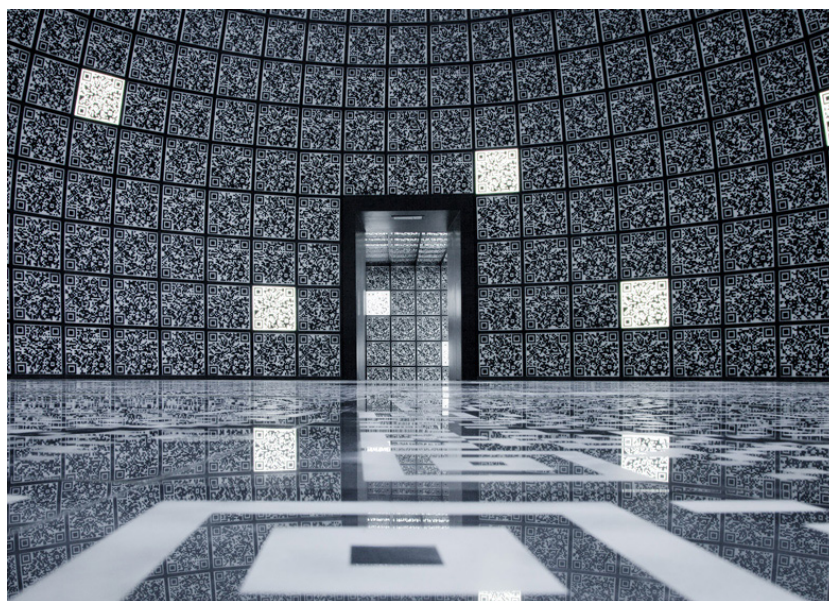
social, política e económica”. Desta forma é necessário um trabalho preciso sobre as diversas problemáticas e temáticas da arquitectura contemporânea, bem como uma análise cuidada sobre os factores que condicionam a prática profissional. Embora este tenha sido o objectivo declarado da Trienal de 2013, Inês Moreira, na sua crítica, deixa implícito que o contributo da Trienal de 2013, enquanto evento cultural, para a problematização da arquitectura e da sociedade é questionável.<sup>4</sup>

Contudo, ficou claro que uma nova tendência emerge, particularmente entre os arquitectos mais jovens, marcada por uma diversidade de abordagens à prática de arquitectura e um investimento em campos não convencionais, à margem da disciplina. Tendência que, no panorama português, indica uma ruptura mais acentuada entre o trabalho de uma nova geração e o das anteriores, assinalada pela revista *Arqa*, nos seus três números dedicados à Geração Z.

A exposição *Metaflux* de Pedro Gadanho e Luís Tavares Pereira, realizada para a 9ª edição da Bienal de Arquitectura de Veneza em 2004 introduziu o tema das gerações na arquitectura portuguesa. A exposição abordou o processo de transformação que se tem verificado na prática disciplinar, revelando os factores, influências e referências que estão na base das mudanças que ocorrem na arquitectura portuguesa mais recente.

Também a revista italiana *Domus*, no artigo *Portugal: micro-scale interventions*, onde constam os trabalhos de alguns dos casos de estudo apresentados no terceiro capítulo, retractou esta mudança de panorama dos ateliers em Portugal.

4. Considerando a Trienal de Arquitectura de Lisboa de 2013 como uma exposição de trabalhos, de “experiências” e processos, envolvendo áreas disciplinares desde a sociologia às artes que omitiu os objectos construídos, poder-se-á colocar a questão: o que caracteriza a prática disciplinar de arquitectura que a Trienal expôs? Segundo Jorge Figueira (2013) o que caracterizou esta Trienal foi a própria negação da arquitectura. Embora encontrando fundamentos para um desvio disciplinar, Jorge Figueira (2013), considera que este evento se fez à margem da arquitectura, tendo inclusive enveredado por uma luta de gerações. Nuno Grande (em *Arqa*, 2013, p.27) fala, inclusive, num “*insucesso crítico e mediático*” ao referir-se à Trienal de Arquitectura de Lisboa de 2013,



21. Pavilhão Russo na Bienal de Arquitectura de Veneza de 2012

Ao abordar o tema da questão geracional na arquitectura portuguesa, Luís Santiago Baptista (em Arqa, 2009, p.7), afirma que os jovens arquitectos portugueses *“assumem um posicionamento mais contaminante e híbrido, adoptando estratégias criativas mais eficazes e expeditas”* acrescentando que esta atitude se reflecte *“nas mudanças nos modos de estruturação dos ateliers, quase todos adoptando a forma de colectivo, e no desenvolvimento de colaborações, que atravessam múltiplos interesses e campos disciplinares.”*

Para Luís Santiago Baptista (em Arqa, 2009, p.6), as práticas emergentes podem ser entendidas como sintomas de uma transformação na sociedade, de uma realidade dinâmica e em mudança. Nesse sentido, considera, o autor, os novos modelos de prática, não são a causa em si da mudança, senão a resposta a uma mudança nas actividades sociais, impulsionadas pelas novas ferramentas tecnológicas, pela globalização e por uma nova realidade económica.

Também em Espanha, Jorge García de la Cámara (2010), director do *BIArch* (Barcelona Institute of Architecture), assinalou esta tendência. Ao escrever sobre uma nova geração de arquitectos espanhóis, este autor considera que uma das suas características é a forma como se posicionam perante outros profissionais e as demais disciplinas. Para García de la Cámara, estes arquitectos, quer seja, motivados por um compromisso social ou pelas dificuldades profissionais impostas por uma nova realidade económica, situam a sua prática nas fronteiras da disciplina. Através de uma arquitectura interdisciplinar, estabelecem ligações com outros profissionais e integram nos seus trabalhos conteúdos de áreas como a sociologia, antropologia, arte, design, entre outras, de forma a procurar ampliar e redefinir os limites da sua acção.

*“Esta tendência por projectos de curto prazo, muito controlados na sua execução, ligeiros, fugazes, onde se busca a cumplicidade do utilizador através das relações que estes propiciam, a participação na construção de bens colectivos e o humor frequente, poderia entender-se como uma reacção crítica à realidade que tem determinado boa parte da produção arquitectónica destes últimos anos.”*



(Cámara, 2010)

Uma tendência que se repete noutros países europeus, mesmo em diferentes contextos económicos. Também em 2010 o RIBA (Royal Institute of British Architects, 2010, p.38-39) apresentou o relatório *The Future for Architects* referindo que uma prática de arquitectura mais dinâmica e criativa, integrando competências e saberes de outras áreas profissionais é a solução encontrada pelos estudantes e recém-formados em arquitectura, insatisfeitos com as suas perspectivas de trabalho e com a falta de práticas atractivas na disciplina.

Em perspectiva, a crise do Movimento Moderno trouxe para o debate arquitectónico temas que até então tinham sido menosprezados. Começou a ser procurada uma arquitectura mais próxima do utilizador, mais participativa, não só incluindo-o no processo de concepção, como motivando processos de autogestão da cidade. A arquitectura voltou-se outra vez para as massas, agora com uma pluralidade de discurso, própria do reconhecimento da diversidade cultural da sociedade. Estes pensamentos procuraram uma arquitectura mais democrática, reflectindo sobre o papel social da arquitectura e do arquitecto.

Hoje a arte deixou de ser apenas representação para ser também espaço vivido e a arquitectura pode apropriar-se dela para acentuar o seu carácter crítico e o seu impacto. Também, ao estabelecer pontes com os outros saberes e disciplinas, a arquitectura pode, como foi afirmado pela história, apresentar soluções mais adequadas ao contexto social, político e cultural. Assim, este percurso pela história lembra a importância das ideias e dos conceitos que estão agora a ser reciclados para responder ao contexto actual. Lembrando Mies Van der Rohe, “a arquitectura é o desejo de uma época traduzida em espaço” sublinha-se a necessidade de adaptar estes conceitos à realidade vigente, quando se começa a assistir a uma proliferação de práticas de arquitectura, exposições e debates, com um renovado interesse social.



## MODELOS ALTERNATIVOS DE PRÁTICA

*“Uma sensibilidade paradoxal permite que apareçam unidas coisas aparentemente diferentes e que a sua incongruência sugira uma certa verdade.”*

August Heckscher





### 3.1. Ateliermob

*“A preocupação central das novas camadas (...) não é já constituída por problemas formais ou estilísticos (...) nem sequer pelo conflito entre a arte e a indústria ou a unidade de expressões artísticas (...) nem muito menos o conflito inicial entre tradicionalistas e modernidade. Ao contrário o que preocupa centralmente as novas camadas de quase todos os países (e sobretudo dos que atravessam a fase de «transição») são questões de responsabilidade política e social da Arquitectura, de posição do técnico perante as forças económicas e produtivas, de prioridade do planeamento e da distribuição dos bens sobre a organização qualitativa interna e a forma desses mesmos bens.”* (Portas, 1964, p.9-10)

A nova camada de arquitectos que Nuno Portas enunciava tem actualmente o seu paralelo em jovens ateliers, como o *Ateliemob*, um colectivo de arquitectos sediado em Lisboa, liderado por Tiago Mota Saraiva e Andreia Salavessa. O *Ateliemob* apresenta-se como uma plataforma multidisciplinar de desenvolvimento de ideias, projectos e investigação nas áreas de arquitectura, design e urbanismo.<sup>5</sup> Tomado como referência, entre os jovens ateliers portugueses, na procura por reinventar o papel do arquitecto, este atelier faz

5. Disponível na Internet: <http://ateliemob.com/>



um trabalho baseado em intervenções de pequena escala, que nem sempre se traduzem em algo construído.

Nos últimos anos, o *Ateliernob* tem vindo a desenvolver o seu trabalho, em parceria com entidades públicas e associações de moradores, orientado para comunidades sem recursos económicos que necessitam de serviços de arquitectura. Buscam, assim, resgatar alguma da relevância perdida da disciplina e fazer face às transformações económicas, sociais e políticas que se verificam. Além de outros importantes aspectos, como a interdisciplinaridade e o carácter experimental, o seu trabalho enquadra-se dentro de uma prática participativa, assemelhando-se a algumas das experiências desenvolvidas nos anos sessenta e setenta do século XX.

prática

O trabalho deste colectivo é também a consequência da atitude pró-activa que o atelier adoptou, procurando onde actuar, contactando os actores locais e candidatando-se a financiamento para intervir.<sup>6</sup> Neste sentido, o seu modelo de actuação, pressupõe não só uma preocupação com as questões de projecto, a gestão dos orçamentos, e as vontades dos seus clientes, como também, a procura pelos recursos financeiros que lhe permitam executar cada projecto, aproximando-se da prática não solicitada definida por Ole Bouman, exposta no segundo capítulo.

O primeiro projecto do atelier neste sentido foi realizado no bairro Prodac Norte, com o objectivo de encontrar uma solução para os residentes que viviam em construções de génese ilegal. O Prodac Norte é um bairro de autoconstrução, com cerca de 3000 habitantes, que surgiu na década de setenta, por iniciativa da Associação de Produtividade na Auto Construção (PRODAC). Nas últimas décadas houve a vontade por parte dos moradores em obter o direito de propriedade das casas em que habitam, processo que se revelou complexo, uma vez que é o município de Lisboa o titular dos terrenos.

6. Tiago Mota Saraiva (em entrevista ao autor, 2013) afirma que, com a redução do número dos concursos públicos, que se acentuou em 2008/2009, o atelier viu a necessidade de reposicionar a sua prática, passando a dedicar-se a intervenções de pequena escala, com vista à revitalização do tecido urbano e social.



*23. Prodac Norte*

Fotografia da assembleia de moradores com o Ateliermob

Neste contexto, o objectivo do *Ateliernob* foi legalizar as casas, num trabalho de proximidade com a Associação de Residentes e o Município, levantando e identificando os potenciais riscos e partilhando o seu conhecimento com os moradores. O financiamento foi conseguido através de uma candidatura ao programa público BIP-ZIP<sup>7</sup>. A parceria com a Câmara Municipal de Lisboa foi determinante porque possibilitou ainda contornar a lei portuguesa para acelerar um processo de legalização que, de outra forma, seria mais demorado e com mais custos.<sup>8</sup>

Ainda que no início a aproximação à comunidade tenha sido dificultada pelo facto de esta não ter sido a primeira tentativa de legalização das habitações, cedo se criou uma relação forte entre os arquitectos e os habitantes, através do diálogo, do empenho e da clareza com que a equipa explicou o processo que pretendia começar. Este processo participativo resultou também num fortalecimento dos laços entre as pessoas da comunidade, ao manifestarem a vontade de melhorar as condições físicas do bairro. Daí resultou a criação de uma assembleia de representantes para analisar os problemas existentes ao nível do espaço público, definindo um plano e candidatando-se a um novo programa de financiamento.

A possibilidade do arquitecto, enquanto detentor de conhecimentos, capazes de afectar a sociedade, de os disponibilizar, contornando as tradicionais vias de uma prática arquitectónica, é uma das vantagens do processo participativo. Ao fornecer ferramentas aos moradores para que o projecto não acabe quando o atelier abandona o local, estimula o investimento individual e a auto-iniciativa.

7. O BIP-ZIP (Bairros de Intervenção Prioritária / Zonas de Intervenção Prioritária) é um programa de financiamento da Câmara Municipal de Lisboa, que na sua primeira edição em 2010, financiava, num total de 1 milhão de euros, projectos que visassem a recuperação de áreas urbanas assinaladas como prioritárias pelo município.

8. Este projecto lembra que as parcerias com as instituições públicas são fundamentais, uma vez que no contexto português, como reflexo do estado social, as entidades públicas continuam a ser as maiores responsáveis pelas grandes reformas urbanas e sociais. Os programas de revitalização urbana dos centros históricos, os projectos de reabilitação dos bairros sociais, a recuperação de infra-estruturas urbanas são quase exclusivamente promovidos e desenvolvidos pelas entidades estatais.





*24. Arquitetura espontânea, Marrocos*

Exposição *Architecture Without Architects*, Bernard Rudofsky

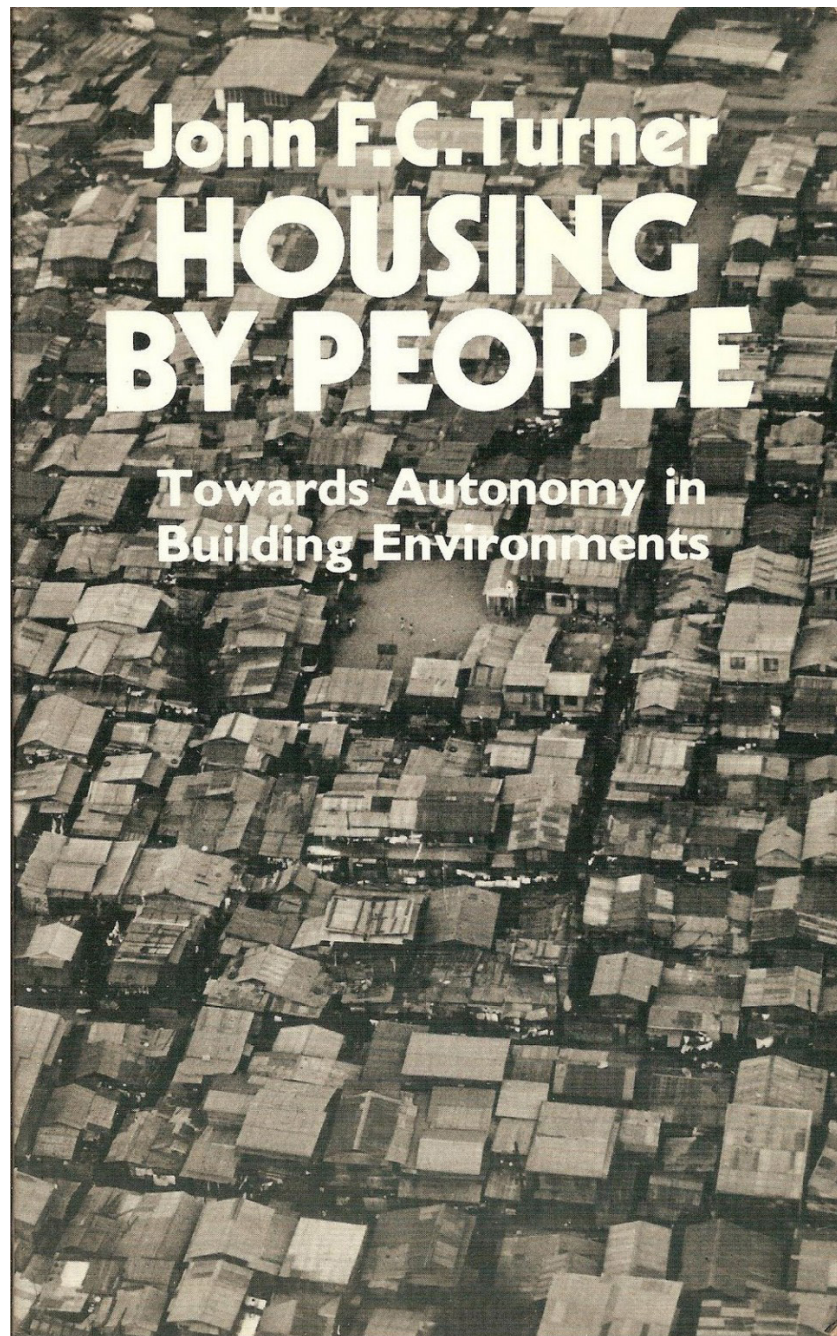
### 3.1.1. Processos participativos em arquitectura

*“(...) os arquitectos precisam de aceitar alterações nos métodos e valores da prática e, em particular, encarar as questões que a participação levanta não como uma ameaça, mas como uma oportunidade, conduzindo a uma forma de arquitectura que amplia as possibilidades. Isto é conseguido aceitando – ou, esperemos, acolhendo – os aspectos políticos do espaço, os caprichos dos usuários, os diferentes modos de comunicação e de representação, ampliando a definição do conhecimento arquitectónico e aceitando a inevitável contingência da prática.”* (Till, em Jones, Petrescu e Till, 2005, p.39)

A participação em arquitectura visa a inclusão do utilizador nos processos de decisão e concepção, desenho e construção. Mais do que a liberdade criativa do arquitecto, a força motriz do projecto é a vontade do utilizador. Intrínsecas a este modelo de trabalho estão duas ideias fundamentais. Primeiro, a ideia de que a participação dos destinatários da arquitectura permite mais facilmente à disciplina tomar-se, não apenas como uma resposta às encomendas do poder, mas como um meio de intervenção social. Segundo, a vontade de substituir os mecanismos de decisão, tendencialmente autocráticos, por um modelo mais democrático, facilitando uma comunicação ascendente entre a população e os decisores.

Um dos momentos que marcou e que ajudou a difundir este pensamento na arquitectura foi a exposição, comissariada por Bernard Rudofsky e inaugurada pelo MoMA, em Novembro de 1964, *Architecture Without Architects, a Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*. Contrariamente a uma prática de autoria, artística e financeira, a exposição mostrava exemplos de arquitectura vernacular desenvolvida em diferentes culturas pelas comunidades. Segundo Bandeirinha (2007, p.29), a exposição de Rudofsky ajudou a caracterizar uma nova época e assinalar o declínio de outra. Da exposição emergiram conceitos que consideravam a obra arquitectónica como um feito colectivo.

origens da prática  
participativa



*25. Housing by People*

John Turner



*“A ideia de uma participação mais activa dos destinatários da Arquitectura surgia, pela via das ciências sociais, como uma forma de conferir maior base de credibilidade à disciplina, alargando a sua capacidade de interferência social, tradicionalmente limitada ao papel de resposta às encomendas do poder.”* (Bandeirinha, 2007, p.30)

Numa altura em que intensificava a crítica ao Movimento Moderno, a participação surgia em conjunto com outras ideias, como a humanização da arquitectura e a integração de outros saberes na disciplina. Estas ideias estabeleciam-se como a resposta a uma cada vez mais latente passividade da arquitectura perante os problemas sociais de então, e um afastamento em relação ao que deveria ser a sua preocupação central: os seus destinatários. Entre as propostas abstractas do Movimento Moderno e os interesses especulativos em torno da habitação, a arquitectura esquecia-se da sua dimensão social. Entre os autores que promoveram esta prática destacam-se, o italiano Giancarlo De Carlo e o britânico John F. C. Turner.

Para Giancarlo De Carlo, um dos pioneiros a promover processos participativos em arquitectura, os modelos e esquemas propostos pelo Movimento Moderno eram demasiado abstractos, não reflectindo a complexidade e diversidade cultural da sociedade de então. Como alternativa propunha a participação dos utilizadores no processo de desenho e construção, cabendo ao arquitecto a responsabilidade de ajudar a configurar uma habitação de acordo com a forma de vida, memórias e aspirações de cada utilizador, bem como mediar as vontades destes com as da administração pública.

Giancarlo De Carlo concebeu, assim, o processo participativo de acordo com três fases: identificação das necessidades dos habitantes; formulação de uma ou várias hipóteses a serem discutidas com os habitantes; análise dos usos e avaliação dos resultados. Para De Carlo estas não eram fases distintas e independentes, sendo a presença do utilizador indispensável em todas as



## 26. Villaggio Matteoti

De Carlo: exposições, reuniões e entrevistas com os moradores

## 27. Prodac Norte

Ateliernob: reuniões e entrevistas com os moradores

etapas do processo para o sucesso do projecto.<sup>9</sup>

Postura semelhante foi adoptada pelo *Ateliermob* no Prodac Norte, lembrando o processo utilizado por De Carlo no bairro operário *Villaggio Matteotti* (1970-1975) em Terni, onde também o primeiro passo foi a realização de uma assembleia de moradores. De Carlo pretendia perceber as necessidades reais dos moradores tanto ao nível do espaço público como ao nível da habitação. Giancarlo De Carlo propôs várias soluções para serem apresentadas aos habitantes, em conjunto outros projectos residenciais de outros países, com vista a gerar novas ideias e alargar a discussão. A apresentação de outros projectos era considerada por De Carlo fundamental no processo participativo, vista pelo arquitecto como uma oportunidade de educação e desenvolvimento cultural da comunidade.

A participação, foi considerada por De Carlo como o espaço de reflexão, sendo da responsabilidade do arquitecto revelar, através do diálogo e dos meios de representação (desenhos, maquetes, fotografias etc.), as memórias e sonhos que podem ter em comum os habitantes de uma comunidade. Neste caso os arquitectos antes de projectar o espaço, programam o método participativo, ou seja, organizam a informação, a forma como intervêm os participantes e a ordem pela qual se realizarão as actividades.

A partir da ideia de uma prática participativa, alguns arquitectos começaram, inclusive, a promover e a prestar assistência em processos de autoconstrução, como John Turner. Este autor defendia que a habitação é melhor concebida e gerida por aqueles que a utilizarão, sendo que, dessa forma, a estes deveria ser dada a responsabilidade de organizar e gerir os seus

autoconstrução

9. Giancarlo De Carlo, enumerando os passos que envolvem a maioria da produção arquitectónica, concluiu que o único papel que o utilizador desempenha na arquitectura é o de usar a estrutura. A definição da função, a localização, o financiamento, a manutenção, a reutilização/reciclagem, demolição e substituição são da responsabilidade do proprietário. O arquitecto é responsável pela definição da organização espacial, pelo desenho da forma e da estrutura e pela supervisão da construção. Ao usuário cabe fazer uso da estrutura. Para De Carlo, entre as três fases que constituíam o processo de arquitectura, a “definição do problema”, a “elaboração da solução” e a “avaliação dos resultados”, havia uma cada vez maior separação. (Hatch, 1984, p.3-4)



28. Construir juntos

Guimaraes 2012, CuratorsLab

espaços. (Turner, 1991)

Apesar destes processos de autoconstrução terem sido realizados maioritariamente em países subdesenvolvidos, particularmente na América Latina, onde Turner trabalhou entre meados dos anos cinquenta e meados dos anos sessenta, assiste-se actualmente à proliferação de experiências idênticas em diferentes contextos, nomeadamente em países europeus. Talvez o apelo que Turner fez, ao assinalar a necessidade dos países desenvolvidos aprenderem com as experiências daqueles, então, considerados subdesenvolvidos, esteja hoje a ser respondido.

Na aldeia Cova do Vapor, em Portugal, foi realizada recentemente uma experiência de autoconstrução pelo colectivo de arquitectos franceses *Exyzt*. Este é um atelier sediado em Paris que conta com o contributo de uma série de profissionais desde arquitectos, a construtores, cozinheiros, jardineiros, fotógrafos e outros, desenvolvendo situações, acções e instalações em meios urbanos. Os *Exyzt* desenvolvem um trabalho de pesquisa a partir de situações e práticas experimentais, construindo os seus próprios projectos, a partir de uma rede alargada de colaboradores e sempre com um carácter temporário.

*Exyzt*  
Casa do Vapor

O seu projecto em Portugal, na aldeia Cova do Vapor, surgiu da vontade de reutilizar o material utilizado num outro projecto do grupo, desenvolvido no âmbito de *Guimarães – Capital Europeia da Cultura 2012*. O projecto consistiu na construção de um centro cultural temporário, Casa do Vapor, elaborado em conjunto com o colectivo *ConstructLab*, com a comunidade local e ainda com voluntários de outras partes do país, combinando esforços, ideias e competências de diferentes áreas. O programa albergava uma residência para artistas, uma biblioteca, uma cozinha comunitária, uma escola de surf e um espaço para *workshops*, bem como espaços exteriores para usos múltiplos. Este era, no entanto, um programa aberto às propostas dos moradores e, à medida que o projecto foi evoluindo, outros espaços foram tomando forma, como um *skatepark* e uma oficina de bicicletas.

A Cova do Vapor, aldeia com cerca de 200 habitantes, é caracterizada por



## 29. Casa do Vapor

Exyzt, voluntários e moradores: processo de construção



uma arquitectura informal, onde a autoconstrução é um processo recorrente, contexto que contribuiu para o sucesso desta iniciativa. As experiências e o conhecimento adquirido pelas pessoas no processo de construção das suas próprias casas potenciaram o projecto, valorizando o que esta comunidade tem de único.

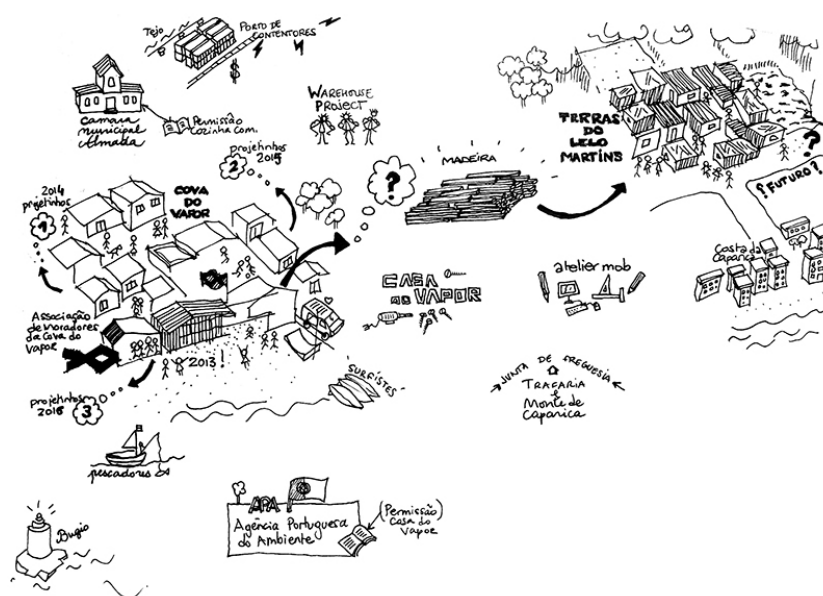
Turner *“argumentava que só estes tipos de aglomerado de geração espontânea tinham a flexibilidade suficiente para se moldarem a previsível evolução socio-económica dos habitantes, e condenava sempre a rigidez ‘arquitectónica’ dos conjuntos habitacionais de promoção pública, ou centralizada, que remetiam os moradores para uma extrema dificuldade de transformar os espaços, encerrados enquanto obra concluída, alheando-os dos sentidos mais íntimos de transformação e pertença.”* (Bandeirinha, 2007, p.46)

A Casa do Vapor, à semelhança de outras estruturas projectadas por este atelier, era temporária, tendo sido iniciada a construção a 15 de Abril de 2013, inaugurada a 15 de Julho e parcialmente desmontada a 15 de Outubro do mesmo ano.<sup>10</sup> O projecto, que envolveu mais do que a construção de uma estrutura, não terminou contudo nessa data, contribuindo para a criação de uma nova dinâmica e energia na comunidade local. Citando Eduardo Gomes (em Moutinho, 2013), morador, *“a Casa do Vapor veio fomentar a participação das pessoas, mostrar a importância de congregar esforços, conhecimentos para melhorar o que foi construído”*. Como reconheceu Ricardo Carneiro (em Moutinho 2013), arquitecto da Câmara Municipal de Almada, *“a consequência mais positiva foi a assunção por parte dos moradores da capacidade colectiva de modificar algo”*.

Estes processos resultam num ganho de parte a parte. Ao ser dado ao utilizador o poder de decisão sobre o espaço em que habita, este reflecte sobre o mesmo, o que potencia o seu envolvimento de forma activa nos

democratização  
da arquitectura

10. O material de construção será novamente reutilizado, desta vez pelo *Ateliernob* na construção de uma cozinha comunitária no bairro Terras do Lelo Martins, Costa da Caparica, onde muitas das habitações não têm ainda água, saneamento e electricidade.



### 30. Rede de relações

Desenho de Merril Sineus



processos de construção e gestão desse espaço. O arquitecto, ao promover o diálogo e ao valorizar o conhecimento dos utilizadores adquirido através da vivência dos espaços, aceita que não é o único autor da obra e aprende com as experiências dos utilizadores. Este processo, para além de reforçar o sentido de comunidade, permite o início de uma maior preocupação e investimento individual, podendo, desta forma, constituir-se como alternativa num país com uma situação económica fragilizada e com muitas populações a necessitar dos serviços e apoio dos arquitectos.

No entanto, como o próprio Giancarlo De Carlo (em Jones, Petrescu e Till, 2005) constatou, ao considerar a participação na arquitectura, é importante não perder de vista o sentido crítico. De Carlo (em Jones, Petrescu e Till, 2005, p.13) assinala que os processos participativos podem conter uma certa demagogia, ao criar falsos consensos, através da manipulação das vontades, com o intuito de legitimar determinada solução. Além disso, aludindo ao conceito de flexibilidade, Giancarlo De Carlo considera ainda que, idealmente, o processo participativo não termina com a conclusão do projecto, sendo que este deveria ser pensado para que um novo consenso se possa alcançar caso as circunstâncias ou vontades se alterem.

*“Não é uma questão de tentar encontrar um consenso entre as diferentes posições, mas usar o julgamento para chegar a uma solução coerente. O processo, que pode potencialmente conduzir a consequências inesperadas, ainda tem intencionalidade. Isto inevitavelmente leva à aceitação da diferença e não à imposição de uma falsa igualdade, ainda que isso possa contradizer as normas liberais da participação, na qual a procura por uma solução validada por todos é fundamental.”* (Till, em Jones, Petrescu e Till, 2005, p.39),

Segundo Jeremy Till (em Jones, Petrescu e Till, 2005, p.31-39), sugerir um processo participativo assente em *“condições ideais de cooperação mútua, conhecimento não contestado, comunicação aberta e um eventual consenso”* é irrealista. Este autor considera, que os processos participativos não dissolvem as estruturas de poder e as desigualdades das várias partes, pelo que as noções



de autoridade e alteridade devem fazer parte do conceito de participação em arquitectura. Não é, portanto, o consenso em si que torna a solução melhor, mas antes o processo que se gera a partir da troca de ideias, que tem esse potencial.

*“A participação não é uma medida digna para os nossos dirigentes políticos; nem é uma desculpa para a mediocridade; não é uma distração para valores supostamente superiores. A participação é o espaço em que a esperança é negociada. O que está claro é que essa esperança não se refere apenas a um futuro melhor para os usuários do ambiente construído, mas também a um futuro melhor para a prática arquitectónica.”* (Till, em Jones, Petrescu e Till, 2005, p.40)

Estes trabalhos reabrem o debate sobre a participação na arquitectura, os objectivos e valores que esta metodologia de trabalho incorpora, o papel que se atribui aos arquitectos e aos cidadãos, bem como as consequências das suas decisões. Os modelos de trabalho que lhe estão implícitos passam pela ideia de democratização da arquitectura, ao partilharem autoridade e conhecimento com os utilizadores ou mesmo com outras disciplinas. Em Portugal, no pós 25 de Abril, idêntico processo foi adoptado no programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) que promoveu a participação activa dos moradores no processo de concepção e construção das suas próprias habitações.<sup>11</sup>

Esta ideia de democratização da arquitectura, sobre a qual se fundou o programa SAAL, sustentava-se no vislumbre de um modelo de sociedade alternativo. Devido à sua brevidade temporal, o SAAL não teve tempo de madurar para se perceber a viabilidade deste modelo. Talvez a crise a que hoje se assiste seja o estímulo e a oportunidade para que se explore novamente este caminho. Sem certezas, fica a esperança e a vontade de que estas práticas o possam fazer.

11. O SAAL tinha como objectivo a melhoria das condições habitacionais das classes mais desfavorecidas, através de equipas de técnicos que actuavam localmente, gerindo e assistindo na construção de novas casas e infra-estruturas.



*32. Moradores e profissionais na Casa do Vapor*

Cova do Vapor

*“Por isso, todas as barreiras entre os construtores e os utilizadores devem ser abolidas, para que a construção e utilização se tornem duas partes diferentes do mesmo processo de planeamento. Portanto, a agressividade intrínseca da arquitectura e a passividade forçada do utilizador devem-se dissolver numa condição de equivalência criativa e de decisão onde cada – com impacto diferente – é arquitecto, e cada evento arquitectónico – independentemente de quem o concebe e o desenvolve – é considerado arquitectura.” (De Carlo, em Jones, Petrescu e Till, 2005, p.11)*



### 3.2. Santiago Cirugeda

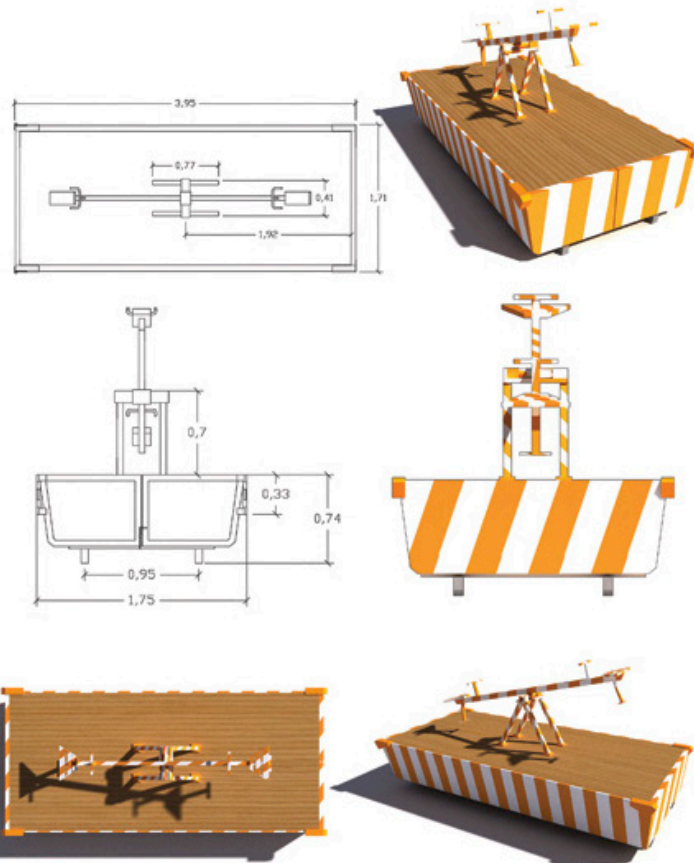
*“Desde o início da sua carreira Santiago Cirugeda tem concebido as suas acções e propostas como ensaios realistas, empíricos e divulgadores que, à margem das suas conquistas, podem proporcionar um conhecimento que pode ser usufruído por todos.”* (Benitez, em Cirugeda e outros, 2010, p.24)

No contexto de uma nova geração de arquitectos espanhóis que procuram, soluções para as carências que encontram na sociedade, Santiago Cirugeda destaca-se pelo carácter crítico e arrojado dos seus trabalhos.<sup>12</sup> A partir da observação e da análise da cidade e da sua envolvente social, Santiago Cirugeda propõe um modelo alternativo para a forma como é feito o planeamento urbano.

Em 2003 fundou o atelier *Recetas Urbanas* onde desenvolve estratégias de ocupação urbana, cujo denominador comum é o uso de procedimentos arquitectónicos com vista a rentabilizar espaços desaproveitados em favor

Recetas Urbanas

12. Em 2010 a revista 2G publicou uma edição “2GDossier. Jóvenes Arquitectos Españoles” expondo o trabalho que estes arquitectos têm desenvolvido, as suas ideias e motivações. Também em 2010, o jornal espanhol EL PAÍS publicou o artigo “Arquitectos con nuevas respuestas” onde são exploradas as motivações, ideias e características desta geração. Além de Santiago Cirugeda, são apresentados Adriana Cantis (FreshMadrid), Andrés Jaque, José Selgas e Lucía Cano, Enrique Krahe, Eva Morales, Rubén Alonso e David Cañavate (La Panadería), Victoria Garriga e Toño Foraster (AV62 arquitectos).



### 33. Contenedores de espacio publico

Santiago Cirugeda, Recetas Urbanas



da comunidade. Baseado em pressupostos como a reutilização, economia de meios e em serviços autogeridos pelos cidadãos, o atelier *Recetas Urbanas* tem vindo a conceber pequenas intervenções e a fornecer serviços de assessoria e aconselhamento para que o cidadão possa intervir no seu ambiente construído.

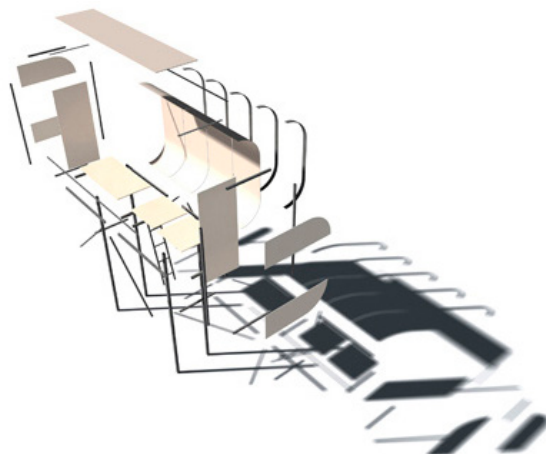
O trabalho de Cirugeda não incide maioritariamente sobre a prática de projecto na sua forma convencional, mas antes sobre a definição de estratégias de acção, que, quase nunca, constituem uma solução definitiva ou única e cujo objectivo principal é gerar o debate público. Neste sentido, e tendo em conta, o carácter temporário e de intervenção cívica dos seus trabalhos, mais do que intervenções arquitectónicas, estes podem ser entendidos como “acções” ou “receitas” para a apropriação de espaços desocupados, instalação e transformação de estruturas temporárias em espaços a serem habitados.

prática

Em 1997, após identificar um problema de falta de parques infantis no centro histórico de Sevilha, e perante a imobilidade de município que não atendia às reivindicações da comunidade, Cirugeda desenvolveu o projecto *Contenedores de espacio público*. A sua estratégia consistiu na solicitação de uma autorização para a instalação de um contentor na via pública, com o pretexto de o utilizar para o depósito de escombros de uma pequena obra, transformando-o, posteriormente, em espaço de recreio.

O contentor esteve instalado em vários locais, durante o Verão de 1997, tendo sido usado de forma activa pelos membros da comunidade como espaço de recreio, como palco para representação teatral e dança. Por último, serviu como lugar de reflexão sobre o espaço público, ao acolher uma exposição onde se apresentaram outras possibilidades para o seu uso, como pequenos jardins, através da plantação de árvores e pequenos arbustos, ou até uma pequena piscina.

No projecto *Hacia una arquitectura dinámica y ligera*, a estratégia adoptada por Cirugeda passou por “vandalizar” um edifício, escrevendo na fachada a sigla “S. C.” com o objectivo de pedir uma licença para a instalação de um andaime na via pública de forma a poder pintar a fachada. Depois



*34. Hacia una arquitectura dinámica y ligera*

*35. Andaime instalado por Santiago Cirugeda*

Rua Divina Pastora, Sevilha

de autorizado e instalado o andaime, Cirugeda fechou a parte superior do mesmo com perfis metálicos e placas de PVC. O andaime foi usado como espaço de refúgio, configurando uma habitação mínima durante o período de três meses concedido pela licença. Como afirma Santiago Cirugeda esta acção pode ser vista como uma possibilidade de ampliação de uma habitação no centro histórico, que estaria de acordo com as normas de construção neste contexto.<sup>13</sup>

Ambas as intervenções surgem da vontade de dinamizar e adaptar a cidade histórica às necessidades actuais dos seus cidadãos. Ao referir-se à cidade de Bath, como a cidade “preservada”, Kevin Lynch (1975, p.13-14) escreveu: *“para os turistas ou profissionais que a visitam, é um cenário magnífico, mas a cidade, como palco, carece de profundidade histórica e presença viva que devem ser sentidas numa urbe activa e completa.”* As acções de Cirugeda questionam se, ao restringir consideravelmente a actuação que se pode exercer sobre o património, não se estarão a transformar as cidades, em museus e cenários magníficos que não se adequam às necessidades reais dos seus cidadãos.

Em ambos os projectos, a intervenção do arquitecto foi mínima, no entanto capaz de gerar um considerável impacto sobre a comunidade. A pequena intervenção toma-se como uma forma de regeneração urbana, enunciando que a revitalização de uma determinada área da cidade, nem sempre necessita de grandes planos e intervenções que quase sempre implicariam grandes custos. Além disso, mostra como pequenas estruturas podem ser adaptadas para desempenhar outros usos para os quais não foram pensadas. Subvertendo as normas para resolver um problema e expor o seu ponto de vista, a lei, que à partida seria um impedimento para intervir, foi contornada de forma a desacreditar o argumento utilizado pelo município, demonstrando que a cidade beneficiaria pela introdução destas estruturas.

13. Os andaimes, como estruturas baratas, flexíveis e ligeiras, poderiam constituir-se como uma solução para um crescimento urbano feito pelos cidadãos, e compatível com as exigências impostas pela preservação do património. (Cirugeda, 2007)



Um dos traços mais característicos do trabalho de Cirugeda, é, assim, a sua estreita relação entre a legalidade e a ilegalidade, na procura por vazios legais e situações ambíguas na lei, que aproveita a seu favor e da comunidade. Além de procurar responder aos problemas que encontra na cidade, os seus trabalhos constituem-se como crítica ao actual estado da disciplina, procurando reavivar o envolvimento social e político da arquitectura, reafirmando a sua relevância.

subversão da lei

*“As genealogias, então, serão diferentes, feitas não de corporativismo senão de interdisciplinaridade, porque além de essa disposição em concentrar-se em questões como a optimização e a adequação - aspectos que podemos encontrar noutras práticas arquitectónicas - o que destaca o trabalho de Cirugeda é a existência de uma dimensão crítica. Uma dimensão crítica que realça as implicações da especulação sobre o solo e a casa.”* (Torres, em Cirugeda e outros, 2010, p.16)

A dimensão crítica, que David Torres (em Cirugeda e outros, 2010) assinala, não reside apenas no campo teórico, uma vez que Cirugeda, através de acções práticas de subversão de normas e leis que regulam a planificação urbana, tem activamente contribuído para o debate sobre a cidadania, a economia, a política e a ideologia na arquitectura.

Verifica-se ainda um distanciamento da arquitectura da necessidade imperativa de ser objecto construído. *“Num contexto de mobilidade de referências, perante a cada vez maior intangibilidade da grande encomenda, perante a própria crise de permanência dos valores, a arquitectura deixa de estar necessariamente subjugada à ideia do objecto construído. Como consequência desta condição, as ideias e tácticas arquitectónicas também se expressam através de objectos temporários ou acções efémeras.”* (Gadanhó, em Arqa, 2009, p.30)

### 3.2.1. Prática de código-aberto

Cirugeda disponibiliza gratuitamente informação detalhada sobre os



*37. Aula abierta*

Recetas Urbanas, Sevilla

seus projectos, através de um sistema de consultoria de arquitectura *online*.<sup>14</sup> Os seus trabalhos são tomados como um conjunto de acções exemplificativas para incentivar os outros cidadãos a intervir activamente na sua envolvente. Neste modelo de cidade autogerida pelos cidadãos, Santiago Cirugeda reserva ao arquitecto a responsabilidade de fornecer um serviço de aconselhamento e assessoria. Esta prática, aproxima-se do trabalho desenvolvido por alguns arquitectos que, nas décadas de sessenta, setenta e oitenta do século XX, defendiam a introdução do utilizador no processo de concepção. No entanto, ao contrário da arquitectura participativa, esta prática não pressupõe um trabalho em conjunto com a comunidade. O papel do arquitecto é, ao invés, o de fornecer as ferramentas que possibilitem que o cidadão actue sobre o seu ambiente construído, segundo uma “receita” pré-estabelecida pelo arquitecto que pode ser, ainda assim, adaptada ao contexto e à vontade daquele que toma a acção.

Um autor que enunciou esta vontade através dos seus projectos foi Yona Friedman. Nas décadas de sessenta e oitenta do século XX, desenvolveu uma série de manuais de autoconstrução para trabalhadores não qualificados na Índia, e em vários países em África e na América do Sul. Anteriormente, na Exposição Internacional de Osaka em 1970, Yona Friedman tinha já apresentado o seu projecto *Flatwriter*. Inspirado na máquina de escrever, *Flatwriter* consistia num aparelho constituído por um teclado com 53 teclas com referência a diversas associações que se poderiam fazer entre os espaços funcionais de uma habitação. Assim, cada pessoa ao “escrever” poderia definir a sua própria casa e contribuir para o desenho urbano. (Bandeirinha, 2007, p.34)

Esta prática, como é formulada por Santiago Cirugeda, é classificada na publicação *Camiones, Contenedores, Colectivos* e por outros ateliers que a promovem, como uma arquitectura de código-aberto. (Cirugeda e outros, 2010, p.86) Desta forma, a arquitectura constitui-se como uma ferramenta

14. Disponível na Internet: <http://www.recetasurbanas.net/index1.php>





### 38. Taller de autoconstrucción

Recetas Urbanas, Sant Cugat del Vallès



para que as pessoas reinterpretem, redefinam, redesenhem e se apropriem da sua envolvente construída.

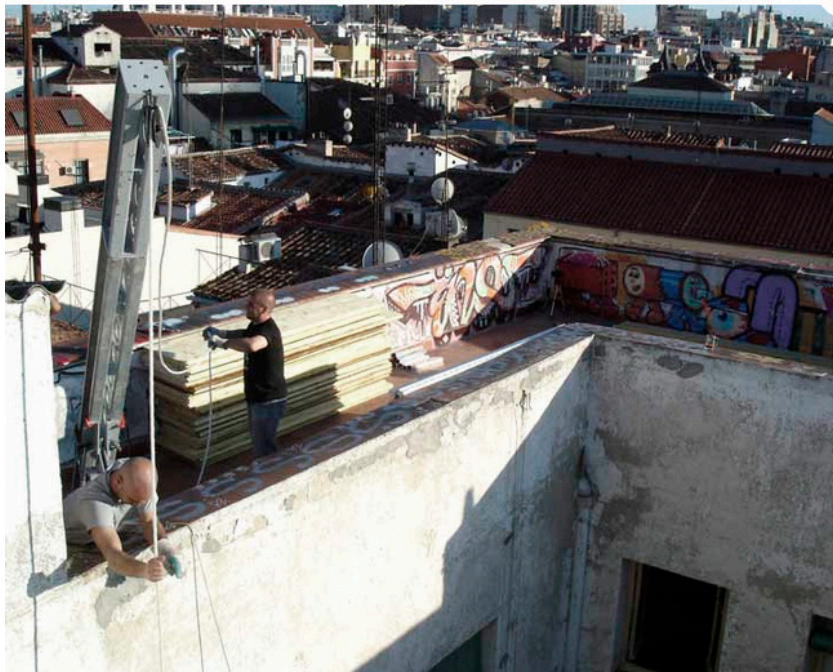
A liberdade concedida ao utilizador é também uma das características identificadas por Nuno Portas na “obra-aberta”. Abordando o tema da “obra-aberta” na arquitectura, Nuno Portas fala de uma arquitectura “incompleta” que deixa uma “margem de adaptabilidade” capaz de responder a variações e transformações funcionais ao longo do tempo.<sup>15</sup> Característica que o mesmo autor identifica como tendo estado sempre presente na arquitectura, uma vez que todos os edifícios se adaptam ao longo do tempo, mas que normalmente não é pensada pelo arquitecto durante a fase de concepção do projecto.<sup>16</sup> Uma arquitectura que procura na flexibilidade dos espaços uma margem para a individualidade, distinguindo-se, contudo, de uma prática participativa.

“obra-aberta”

Embora distinta da “obra-aberta”, a prática de arquitectura de código-aberto parte do mesmo princípio, a oferta de um “serviço” adaptável às necessidades e vontades do utilizador. Porém, enquanto a “obra-aberta” se estabelece como um produto “inacabado”, resultado de uma prática de arquitectura que não diverge necessariamente de uma prática tradicional, mas que procura dotar-se de maior flexibilidade ao conceber liberdade ao utilizador, na arquitectura de código-aberto são fornecidos exemplos de acção que pretendem ser repetidos, adaptados, reinterpretados pelos cidadãos integralmente. Na prática de código-aberto o utilizador pode reinterpretar todo o projecto, partindo não de um produto inacabado mas de um manual exemplificativo, assumindo um maior protagonismo face ao arquitecto, que

15. Uma atitude que lembra a estratégia do “espaço-extra” da dupla francesa Lacaton e Vassal. O “espaço-extra” foi a forma encontrada por Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal para potenciar o espaço e fomentar a liberdade do habitante. Uma estratégia que marca uma mudança na abordagem ao projecto, ao deixar espaço ao utilizador para intervir na arquitectura, apostando numa maior economia de custos, mais contundente com o panorama actual, uma das estratégias a valorizar nas práticas emergentes que se apresentam nesta investigação.

16. Na Introdução ao livro “Obra-aberta”, Umberto Eco assinala também, que toda a obra de arte é aberta, no sentido em que está sujeita a diferentes interpretações, desperta diferentes sentimentos e estímulos a quem a experiencia ou dela usufrui. Posteriormente o mesmo autor introduz um outro significado ao termo “obra-aberta”, como aquela que foi concebida para ser alterada. (Eco, 1991, p.7-11)



### 39. Grúa

Recetas Urbanas

passa a tomar um papel equiparável ao de assessor.

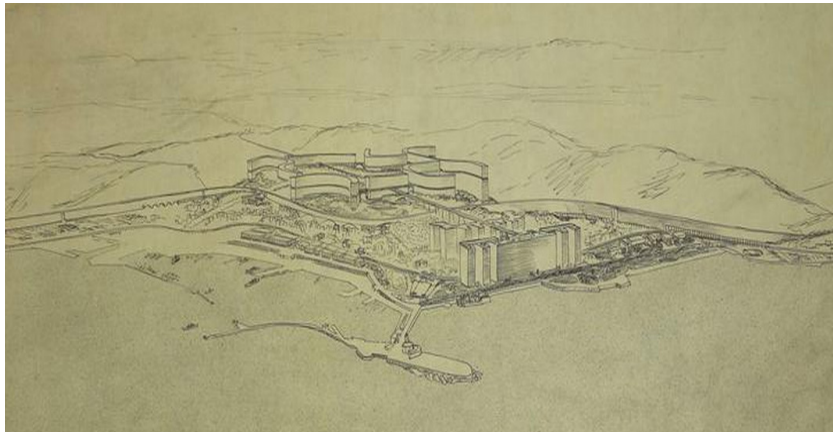
Numa época de crise económica esta prática estimula o cidadão a intervir, promovendo acções de arquitectura que de outro modo não seriam desenvolvidas. É uma prática que, ao incentivar à acção e ao promover a autoconstrução, aproxima a arquitectura do cidadão, contrariando a ideia de que um projecto de arquitectura é algo inacessível à maioria da população.

arquitecto como  
assessor

José María Galán Conde (em Cirugeda e outros, 2010, p.22), ao escrever sobre a prática que Santiago Cirugeda tem vindo a desenvolver, considera que o papel do arquitecto pode ser *“entender o potencial de uso de um conjunto de dispositivos, gerir a sua distribuição ou oferecer assessoria legal sobre modos de ocupação. O seu papel não tem já que abranger todo o processo de decisão da obra, e pode limitar-se a promover uma investigação, ainda que a aparência final seja decidida por outros arquitectos ou agentes.”* Desta forma, o arquitecto prescinde do seu papel como autor individual da obra, promovendo, ao invés, a actuação e a criatividade dos cidadãos.

Porém, ao analisar na prática estes trabalhos, assentes num modelo de arquitectura de código-aberto, poder-se-ão levantar algumas dúvidas sobre a viabilidade deste modelo, algumas das quais também expostas por Cirugeda. Será o cidadão comum, que, em princípio, não desenvolveu as competências técnicas nem têm as capacidades de percepção e organização espacial do arquitecto, capaz de responder de forma adequada a determinada situação de arquitectura? Por outro lado, ainda que à partida, esta atitude possa ser vista como capaz de expandir a prática disciplinar, uma vez que o arquitecto passa a desempenhar funções de “assessoria”, não resultará este modelo de prática, em última instância, numa maior limitação do seu campo de acção, visto que dele não dependem algumas das decisões de projecto?

Manfredo Tafuri (1985, p.88-90), abordando o trabalho de Le Corbusier para Argel, escreveu: *“A todos os níveis de fruição e leitura, a Argel de Le Corbusier impõe uma participação total do público. Mas atenção: o público é aqui condicionado a uma participação crítica, reflectida, intelectual.”*



40. *Projecto Obus para Argel*

Le Corbusier

Tafuri (1985, p.90) afirmou ainda que esta liberdade concedida ao público não pode ser considerada senão como forma de explicar aos “participantes” o seu “mau gosto”, assumindo-se a arquitectura “*como acto pedagógico e instrumento de integração colectiva*.” Entendendo a prática de Santiago Cirugeda como um convite à intervenção activa do cidadão, o papel do arquitecto passa não só por gerir os instrumentos técnicos e humanos, percebendo, através das suas competências, que opiniões são válidas e a que vontades atender mas, simultaneamente, o de educar o cidadão. Neste sentido, é indispensável um conhecimento abrangente, não só do ambiente físico, mas também do contexto social sobre o qual se intervém.

“*Na actualidade os cidadãos não estão habituados a participar activamente na construção do contexto onde vivem. Seria necessário idealizar novas estratégias para motivá-los a tomar iniciativas independentemente da administração.*” (Cirugeda, 2007, p.28)

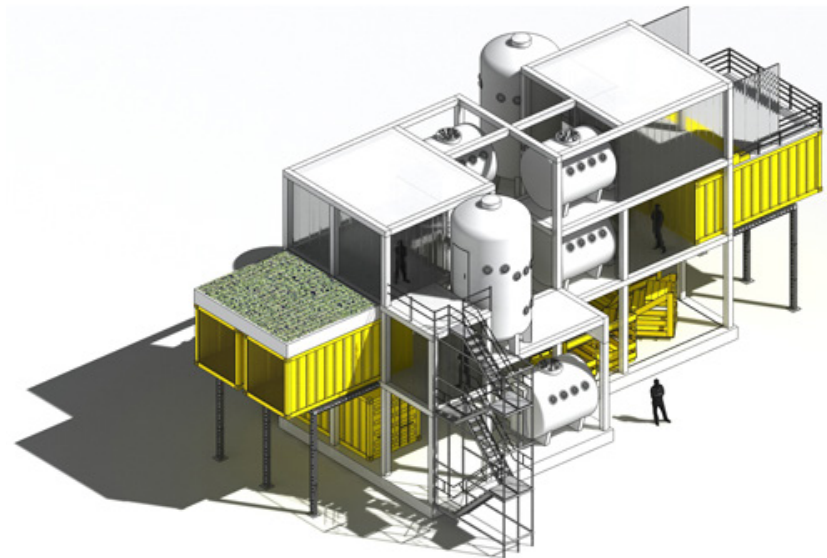
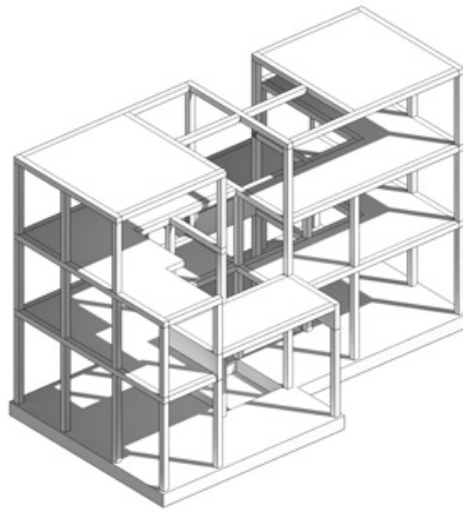
Ao analisar os factores que conduziram ao fracasso do projecto de Le Corbusier para Argel, Tafuri (1985, p.91) aponta que a indefinição das suas propostas não se enquadrava com as mentalidades que pretendia despertar.<sup>17</sup> A questão que se coloca então é a de saber se as pessoas realmente respondem a este tipo de estímulos e se não se trata esta prática, de um “modelo de laboratório” sem a possibilidade de ser posto em prática. Nos projectos de Cirugeda, um dos principais objectivos, que seria o de motivar os cidadãos a repetirem as suas acções, não se verificou, quer tenha sido pelo medo de subverter as normas ou de se envolverem num processo demasiado complexo.

Partindo desta lógica de disponibilização dos projectos aos cidadãos que queiram intervir na cidade, o atelier *Recetas Urbanas* tem vindo a construir colectivamente com outros ateliers de arquitectura, associações e

plataformas online

17. Sobre o trabalho de Corbusier, Tafuri escreveu ainda: “Ele «inventar» a sua encomenda, generaliza-a, está disposto a pagar pessoalmente o seu papel activo. Isto faz com que todos os seus modelos assumam as características de experiências laboratoriais: e não se dá a um modelo de laboratório qualquer possibilidade de traduzir-se *tout-court* na realidade. (...) O carácter genérico das hipóteses esbarra contra as estruturas retrógradas que pretende estimular.” (Tafuri, 1985, p.91)





*41. Colonización esqueleto para residencia-taller*

Todo por la praxis inserido no proyecto "Increasis"

outros profissionais, a plataforma *Arquitecturas Colectivas*. Esta plataforma é, assim, destinada à troca de informações, estabelecimento de protocolos e promoção de encontros entre todos aqueles que queiram intervir sobre o seu ambiente físico<sup>18</sup>. São neste momento 91 colectivos associados a esta rede de trabalho e partilha, entre os quais o grupo *Todo por la Praxis*.

Partilhando características com o trabalho de Santiago Cirugeda, *Todo por la Praxis* promove acções de subversão, insubordinação e ocupação espontânea do espaço público, na procura por modelos alternativos de organização e gestão da cidade, contrários aos modelos que promovem a especulação, a *gentrification* e a segregação ou controlo social. Através do seu projecto *Increasis*<sup>19</sup>, apresentado em Junho de 2013, propõe-se divulgar *online* estratégias de activação e revitalização de estruturas que se encontram desocupadas, seguindo a lógica de reabilitação do património imobiliário inacabado ou sem uso.<sup>20</sup> Nesse sentido, *Increasis* assume-se como uma base de dados *online* onde será disponibilizada informação sobre as fases do processo de construção, e os requerimentos legais necessários para essa ocupação.

Esta prática de partilha de conhecimento e experiências entre colectivos e outros profissionais, vai além de uma arquitectura de código-aberto, ao estabelecer uma rede de contactos entre colectivos partilhando informação entre eles e com o público com o objectivo de promover o seu trabalho e difundir um modelo de acção que tem questionado a maneira como se trabalha em Espanha. Ao incorporar as potencialidades das novas tecnologias de comunicação no seu trabalho ampliam a sua eficácia, admitindo que não podem chegar a todo o lado e que uma atitude de promoção e troca de ideias

18. Disponível em: <http://arquitecturascolectivas.net>

19. *Increasis* está disponível na Internet: <http://increasis.org/>

20. Em Portugal, José Aguiar assumiu esta crítica no seu artigo para o I Congresso da Ordem dos Arquitectos, em 2000, considerando que, face ao excesso de construção, a cidade do futuro já existe hoje. José Aguiar assinala que as actuais oportunidades para os arquitectos estão na rentabilização do património construído. (Aguiar, 2000)



*42. Hacia una arquitectura dinámica y ligera*

Santiago Cirugeda, Recetas Urbanas



levará a um sucesso mais alargado.<sup>21</sup>

A humanização da arquitectura e a integração do indivíduo no processo de concepção e construção a partir de modelos de participação, autoconstrução e autogestão, bem como a promoção de uma arquitectura de código-aberto são temas transversais ao trabalho de Santiago Cirugeda e de outros colectivos que recorrem a estas plataformas de partilha de informação. Neste sentido, como afirmou S. Giendion (Cit. por Filgueiras, 1985, p.93): *“a arquitectura deixou de ser já um monopólio de especialistas agnósticos e negociantes que construíam tudo quanto os seus clientes desejavam. Abandonou a sua indiferença; adquiriu o valor necessário para enfrentar decisivamente a vida, contribuindo para a moldar.”*

21. O projecto *FreshMadrid* é um outro exemplo de uma publicação na Internet que surgiu em 2006 com a vontade de divulgar e promover o trabalho destes jovens arquitectos, particularmente de ateliers de Madrid. Adriana Cantis, comissária *FreshMadrid*, em entrevista à revista Arqa, explica que o projecto surgiu depois de ter sido detectado, entre os finais dos anos 90 e princípios dos anos 2000, na Escola Superior Técnica de Arquitectura de Madrid, um novo posicionamento do arquitecto perante o projecto, acompanhado por uma expansão dos limites do discurso da disciplina. Contrapondo-se com as plataformas tradicionais da especialidade, *FreshMadrid* pretende, simultaneamente, estimular e apoiar a produção de novos projectos e difundir os trabalhos que evidenciem a transformação e evolução que ocorre na arquitectura, dando lugar para o protagonismo dos jovens arquitectos. Desde 2006 a 2009, anualmente, e em 2012, *FreshMadrid* organizou exposições de trabalhos de alguns ateliers de Madrid e ibero-americanos e debates sobre os novos paradigmas da arquitectura actual.



### 3.3. Atelier MOOV

*“Os arquitectos não são os únicos que enfrentam os problemas de hoje e devem misturar-se da maneira mais simples com os outros especialistas empenhados no apetrechamento do cenário construído: técnicos de todos os sectores, administradores, juristas, etc. Para esse encontro devem levar, não uma mensagem superior, mas uma liberdade de abordagem para criar as modificações necessárias às pessoas, para fazer com que as opções colectivas aconteçam numa base suficientemente ampla.”* (Benevolo, 1998, p.115)

O atelier MOOV, composto pelos arquitectos António Louro, José Niza e João Calhau, define-se como um estúdio de arte e arquitectura que opera nos limites da disciplina.<sup>22</sup> Os MOOV identificam o seu processo de trabalho como *adisciplinar*, uma abordagem ao projecto que permite uma contaminação dos processos de trabalho e das ideias, cruzando diferentes modos de pensar e actuar ao recorrer a ferramentas próprias de outras disciplinas.

Indo ao encontro das palavras de Leonardo Benevolo, António Louro (em entrevista ao autor, 2013) define esta prática como *“um conjunto*

prática

22. Disponível na Internet: <http://www.moov.pt/>



#### 43. Seta Amarela

Fotografias da instalação/performance no Festival Lugar à Dança'06, Lisboa

*de pessoas que têm uma formação qualquer mas que estão todos em pé de igualdade e, idealmente, todos a pensar num campo disciplinar que não é o seu*”. Contrariamente à ideia de abstracção, o seu trabalho surge de uma mistura, atitude que António Louro compara ao conceito musical do remix. Recorrendo a instrumentos e metodologias que, tradicionalmente, não estão associados à prática de arquitectura, os trabalhos do atelier MOOV procuram, também, constituir-se como uma crítica à disciplina. Exemplos destes trabalhos, que assinalam uma mudança na abordagem à disciplina, bem como a expansão dos seus limites, são os projectos *Seta Amarela* e *SWARS*.

O projecto *Seta Amarela* surge como resposta a um concurso para um festival de artes performativas em Lisboa, que apelava aos artistas a intervirem no espaço público. A partir de uma reflexão sobre o significado e forma de ocupação dos dispositivos urbanos contemporâneos, o projecto consistia em seis setas espalhadas pelo espaço público, expostas em diferentes sítios e dispostas de diferentes formas. A ideia era intervir no espaço público com um número reduzido de objectos, deixando que a imaginação das pessoas possibilitasse estas diferentes apropriações.

Estas intervenções efémeras, que situam entre a intervenção arquitectónica e as artes visuais e performativas, têm o potencial de, ao possibilitar diferentes usos, atribuir múltiplos significados a um espaço. Como consequência, como refere José Capela (2007), o uso sobrepõe-se à função prevista para determinado espaço. *“O uso, tal como se sobrepõe à lógica funcional que pode ter determinado ou caracterizado os espaços, sobrepõe-se também ao seu simbolismo social – facto evidente nas deliberadas subversões de uso promovidas sob a designação de ‘détournement’. Neste sentido, caberá à boa arquitectura potenciar o uso, mais do que determinar formas.”* (Capela, 2007, p.7)

O projecto *SWARS*, realizado em conjunto com o estúdio *Dass*, integrou a exposição *Arquitecturas Digitais* da primeira edição da Trienal de Arquitectura de Lisboa. Partindo de uma selecção de edifícios mediáticos de

# SWARS

## ARCHITECTURE STRIKES BACK

SWARS is an epic space satire, where the paradigmatic buildings of the Empire have been converted into spaceships and stations that digladiate among themselves for galactic supremacy.



44. Swars - Architecture Strikes Back

Atelier Moov

arquitectos portugueses, *SWARS* fazia uma analogia entre o filme *Star Wars* e a rivalidade promovida pelo *star-system*. Os edifícios foram reinterpretados em naves e estações espaciais em confronto e foi realizado uma vídeo-instalação em formato de trailer de um filme que nunca iria existir. O projecto tinha como objectivo estabelecer-se como uma crítica e estimulando o debate torno do *star-sytem*.

*“Num universo cada vez mais mediatizado, o Arquitecto é fundamentalmente uma assinatura. Um actor que se apresenta como autor de fórmulas mágicas. Essa assinatura é a ferramenta da sua afirmação e um ás de trunfo na conquista palmo a palmo das batalhas da galáxia.”* (Arqa, 2007, p.105)

Embora possa contradizer a noção convencional de arquitectura como algo estável e duradouro, as intervenções deste grupo, com um carácter temporário, ao libertarem a arquitectura de uma prática disciplinar formal e tradicional, abrangem um alargado campo de acção. Recorrendo a formas de expressão que, convencionalmente, estão associadas às práticas artísticas, os seus trabalhos materializarem em instalações no espaço público, performances, vídeos e exposições, entre outros, e, desta forma, questionam os limites da arquitectura.

*“É o espaço de acção ao qual têm recorrido muitos jovens arquitectos para se posicionarem criticamente mostrando insatisfação com certas dinâmicas da profissão. Foi o caminho encontrado para entrar na prática de arquitectura com uma certa liberdade, num momento em que as operações urbanísticas e edificatórias e a massificação e restrição dos concursos dificultam o acesso à obra construída. Tem sido o cenário para manifestar um compromisso com a sociedade através da acção, o momento para estabelecer cumplicidades com outros profissionais interessados também no feito urbano: artistas, desenhadores gráficos, colectivos de cidadãos, ciências sociais, etc. Em definitivo, a oportunidade para mostrar, actuando, que a arquitectura devia ampliar e reposicionar os seus limites disciplinares.”* (Cámara, 2010)



**To really appreciate architecture,  
you may even need to commit  
a murder.**



Architecture is defined by the actions it witnesses  
as much as by the enclosure of its walls. Murder  
in the Street differs from Murder in the Cathedral  
in the same way as love in the street differs from  
the Street of Love. Radically.

*The High Window 1987*

*45. Advertisements for Architecture*

Bernard Tschumi



O reposicionamento disciplinar assinalado por Jorge García de La Cámara é, segundo Bernard Tschumi (1994a, p.102) um processo natural em todas as áreas do saber, nas quais, frequentemente, se geram trabalhos situados nos seus limites. Para este autor, tais trabalhos fornecem um importante contributo para perceber o estado da disciplina, os seus paradoxos e as suas inquietações. Numa realidade em constante mutação, as novas dinâmicas sociais e as novas relações espaço-tempo podem ser entendidas como a consequência destes processos híbridos, de contaminação de saberes e de expansão dos limites da arquitectura. Processos que podem ser compreendidos a partir de uma leitura às correntes expressivas do início do século XX, como o Expressionismo, o Futurismo, o Construtivismo, e em trabalhos de autores da década de sessenta.

### 3.3.1. Prática interdisciplinar

*“Limites actuais da arquitectura: 1) coisas relativas à relação entre os espaços e o seu uso, entre ‘tipo’ e ‘programa’, entre objectos e eventos; 2) coisas relativas à noção de arquitectura. (No entanto, podem ser plantas precisas, secções, e axonometrias, cada qual implicando uma redução lógica do pensamento arquitectónico para o que pode ser mostrado, para a exclusão de outras preocupações. Estão, assim, contidos numa espécie de prisão da linguagem arquitectónica, onde ‘os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo’. Qualquer tentativa de ir para além desses limites, para oferecer uma outra leitura da arquitectura, obriga a questionar os modelos estabelecidos.)”* (Tschumi, 1994b, p.XX)

Considerando a definição dos limites disciplinares da arquitectura apresentada por Tschumi (1994b)<sup>23</sup>, vários foram os momentos em que se

23. *The Manhattan Transcripts* foi pela primeira vez publicado em 1981 no Reino Unido na revista Architectural Design, e posteriormente reeditado, em 1994, pelo MIT Press. Os textos que acompanham a segunda edição do livro são excertos da palestra que teve lugar na Architectural Association em 8 de Junho de 1982.



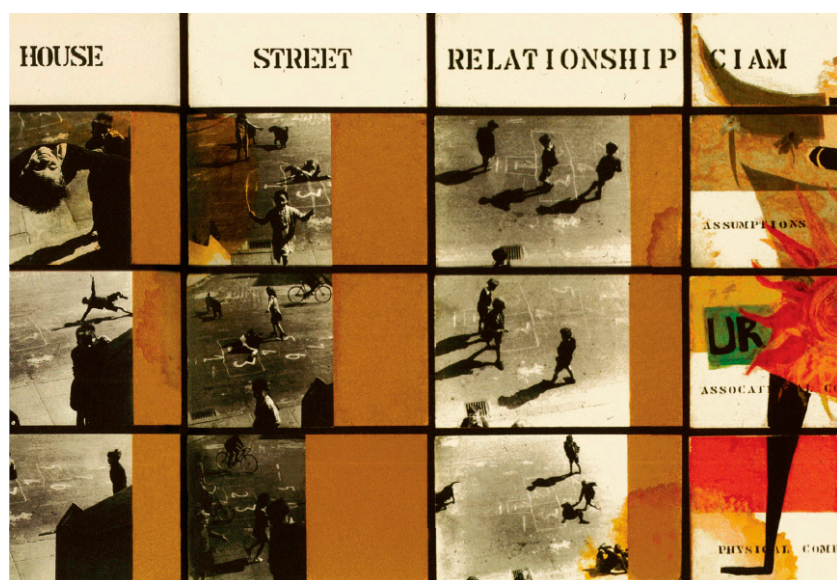
assistiu à expansão do campo de acção da arquitectura. Em movimentos como o Construtivismo Russo, já referido anteriormente, a arquitectura e a arte juntaram-se para permitir uma experiência que ambicionava redefinir a cidade em todos os seus campos. Foi com a consciência que as outras artes influenciam a arquitectura que surgiu a *Bauhaus* em 1919, do ideal de criar uma escola que reunia o ensino de arquitectura, do artesanato e das artes. Este espírito colaborativo entre as várias disciplinas permitia a valorização da obra não construída, propiciando momentos de reflexão sobre o avanço da arquitectura.

A relação entre as artes plásticas e a arquitectura data da sua origem enquanto disciplinas, quando não era clara a distinção entre artista e arquitecto. Vários foram os arquitectos que questionaram as suas barreiras, como Boullée e Piranesi, ao porem em causa a possibilidade da obra construída expressar de forma completa as suas ideias. Recorrendo a obras pictóricas conceptuais que materializavam pensamentos utópicos e visionários, utilizaram instrumentos das artes plásticas para idealizar projectos de arquitectura experimentais que vieram, mais tarde, a influenciar a obra construída.

origens de  
uma pratica  
interdisciplinar

Os anos cinquenta, sessenta do século XX em Inglaterra foram um momento particularmente importante, quando o grupo britânico *The Independent Group*, criou uma rede artística capaz de pôr em confronto disciplinas diversas como a literatura, o teatro, a arquitectura, o cinema, a pintura e a escultura, para espalhar mensagens onde a crítica social e a irreverência eram muito claras. Cruzando influências diversas, desde o New Brutalism à Pop-art, os diferentes pólos artísticos foram articulados procurando satisfazer as necessidades do pós-guerra. Neste sentido a arquitectura não era mais uma disciplina isolada, mas sim um elemento articulado numa acção multidisciplinar.

Alison e Peter Smithson tiveram um papel determinante ao assinalarem através de estudos, diagramas e projectos a necessidade da arquitectura se relacionar mais com as ciências sociais. Procuraram uma cidade mais



46. *Urban Re-Identification Grid*

Alison e Peter Smithson

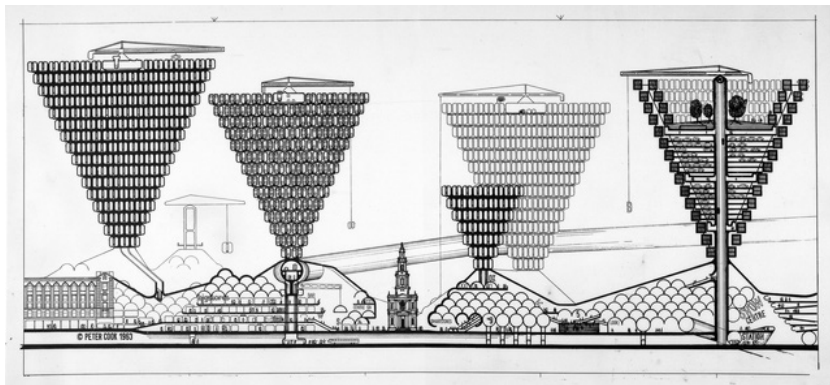
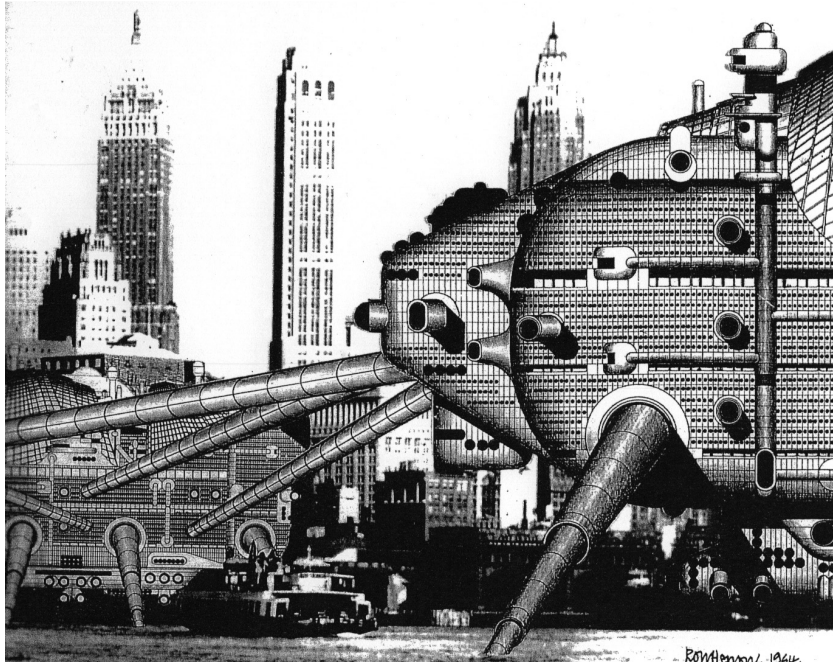
complexa, capaz de responder a mudança e ao crescimento e capaz de se revitalizar socialmente. Através da célebre *Urban Re- Identification Grid* analisaram os elementos de transição entre os espaços, os actos quotidianos levados a cabo pelos habitantes e a relação entre a cultura dos vários lugares, recorrendo a associações sócio-espaciais entre a casa, a rua, o bairro e a cidade.

A arquitectura procurou, assim, uma prática interdisciplinar aliando-se a outras disciplinas, não só no campo artístico como também no campo das ciências sociais, como a sociologia e a antropologia, incorporando métodos científicos, como a investigação sociológica e modelos matemáticos, para ser capaz de responder aos problemas da época.

Os eventos, as situações e os acontecimentos que resultam deste reposicionamento são marcados por uma certa irreverência, não só pelo facto de se assumirem como uma alternativa de abordagem ao projecto em relação a um modelo de trabalho mais convencional, que só por si seria um sinal de ousadia, mas também porque estes trabalhos são quase sempre acompanhados por um forte discurso crítico.

Grupos como o *The Independent Group* e os *Archigram* em Inglaterra, os *Metabolistas* no Japão, ao estabeleceram novas formas de expressão e linguagem, romperam com os modelos vigentes, questionando a ordem dos sistemas estabelecidos. Os seus trabalhos, marcados por um carácter experimental, e por vezes utópico, além de contribuírem para a reflexão e o debate em torno de questões que inquietavam a sociedade de então, reposicionavam a prática arquitectónica como um meio para a crítica. Com as suas propostas visionárias, os *Archigram* sublinhavam a necessidade de transformar a maneira de pensar a disciplina para que esta pudesse traduzir as mudanças que a sociedade impunha.

O limite disciplinar, marcado pela experimentação, pode ser então considerado como um lugar intermédio entre dois territórios, desencadeando novas linguagens e modos de expressão. Embora este não seja um fenómeno



47. *Walking City*

Archigram

48. *Plug-in City*

Archigram

novo, um novo conjunto de tecnologias e uma nova realidade económica têm-no potenciado, abrindo caminho a diferentes modos de projectar o espaço e fazer arquitectura. Características de uma prática que se define na ambiguidade entre a arte e a arquitectura, exprimindo uma ideia, uma crítica ou uma ideologia.

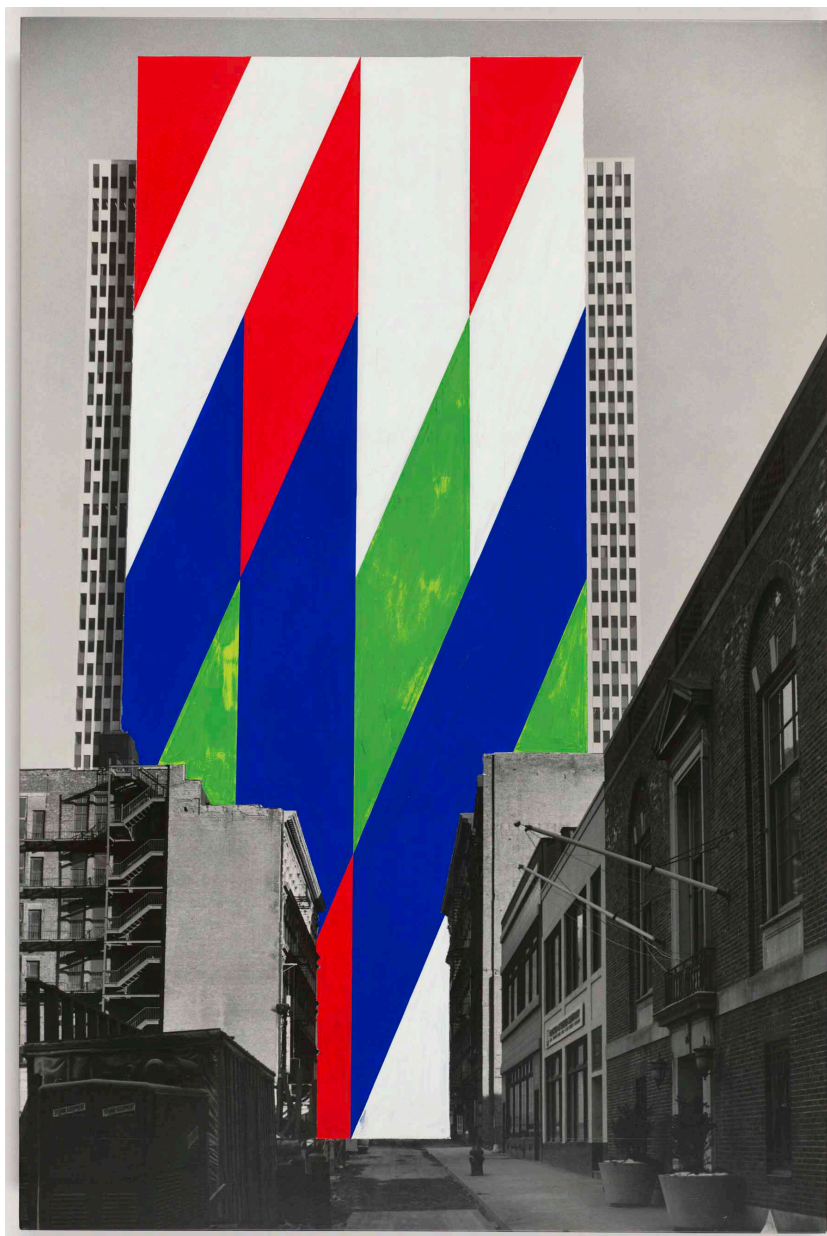
José Capela (2007, p.14), ao se indagar sobre a utilidade da arquitectura, põe a possibilidade de esta não se destinar a servir, mas antes à acção crítica. Lembrando o texto *Interventions in the Relations of Production, or Sublimation of Contradictions? On Commitment Then and Now* de Hilde Heynen e as referências que este autor faz a Theodor Adorno e Walter Benjamin, José Capela (2007, p.15) considera que fazer arquitectura com a única intenção de passar uma mensagem, seria “*prescindir de fazer projectos para serem construídos (o que seria criar modelos) ou de enunciar uma ética (o que seria entrar no âmbito racional) para, em vez disso promover uma acção crítica ficcional.*” Pondo em causa esta forma de fazer arquitectura, Capela (2007, p.17) vê a possibilidade de conjugar a acção crítica com um projecto de arquitectura, quando conciliadas “*uma operatividade vocacionada para o questionamento do programa disciplinar – com um sentido político que assim não se refugia exactamente na política – e, por outro, o processo criativo, definidor da condição artística da arquitectura.*”

arquitectura como  
acção crítica

“*A minha resposta parcial, muito parcial, enquanto um educador de arquitectos é (re)politizar a arquitectura e aceitar a sua fragilidade diante das forças contingentes.*” (Till, Cit. por Harboe, 2012, p.11)

Quando Jeremy Till escreve sobre a necessidade de (re)politizar a arquitectura refere-se à necessidade de recuperar a carga ideológica que a caracterizou nas épocas passadas. De acordo com esta ideia, assim como uma política define orientações e acções a serem tomadas segundo determinada ideologia, também a arquitectura o pode fazer, definindo os princípios, objectivos e ideias que lhe sirvam de guia.





*49. Project for a Painted Wall*

Projecto de Jason Crum na exposição do MoMA “9+1 Ways of Being Political”



Entre Setembro de 2012 e Junho de 2013 esteve patente no MoMA a exposição *9+1 Ways of Being Political: 50 Years of Political Stances in Architecture and Urban Design* comissariada por Pedro Gadanho. Através de um olhar histórico, a exposição investiga as diferentes esferas de acção política que foram ocupadas pela arquitectura desde meados do século XX até à actualidade.

Integrado na exposição estava o projecto *IKEA Disobedients* do arquitecto espanhol Andrés Jaque.<sup>24</sup> Este arquitecto defende que as imagens e o slogan que a marca de mobiliário IKEA utiliza para caracterizar o ambiente doméstico não reflectem a heterogeneidade da sociedade actual: “*tudo o que a IKEA fabrica é com o objectivo de transformar a esfera doméstica numa vida feliz, ensolarada, num espaço despolitizado, habitado por pessoas jovens, contentes e saudáveis.*”<sup>25</sup>

Andrés Jaque  
*IKEA Disobedients*

Questionando os modelos familiares e os espaços domésticos que a marca sueca promove, o arquitecto espanhol concebeu uma instalação/performance, a partir de um conjunto de móveis IKEA, dispostos no espaço, não seguindo as instruções de instalação fornecidas pela empresa. Neste espaço, um grupo de actores representou várias ambiências domésticas atípicas, reflexo de um estudo realizado durante quatro meses na cidade de Nova Iorque. Ao visitante é, ainda, dada a possibilidade de interagir com a obra, alterando-a pouco a pouco.

Esta peça é um exemplo de uma nova forma de desenvolver a prática arquitectónica, neste caso, através de acções performativas de envolvimento do público com a arquitectura de uma maneira não-tradicional. Neste caso a arquitectura não se trata de construir um edifício, mas antes representar as diversas situações que nele se geram e questionar, assim, a forma estandardizada como se constrói.

24. *IKEA Disobedients* foi pela primeira vez apresentado em Madrid em Novembro de 2011, integrado na exposição *Performance y Arquitectura* comissariada por Ariadna Cantis.

25. Disponível na Internet: <http://www.andresjaque.net/cargadorproyectos.php?variable=38#>



50. *IKEA Disobedients*

Andrés Jaque

Estes trabalhos, ao situarem a prática da arquitectura entre a crítica, a acção política e a arte, ou mesmo ao aproximar-se das ciências sociais, questionam os limites da disciplina. Segundo Bernard Tschumi (1994a, p.102-103) a acção da arquitectura começa e acaba na resposta a uma necessidade. Porém, este autor considera ainda, que a arquitectura, acima de tudo, é uma forma de saber e, enquanto tal, não se limita à produção de objectos com relação directa com a utilidade. limites disciplinares

*“É evidente, a partir de episódios isolados – frequentemente postos de lado no passado - que a natureza da arquitectura não se encontra sempre em edifícios. Eventos, desenhos e textos expandem os limites das construções socialmente justificáveis.”* (Tschumi, 1994a, p.112)

Tschumi (1994a, p.102-103) afirma ainda que, perante a tentadora vontade de centrar a crítica de arquitectura em questões formais, funcionais e racionais, são os trabalhos situados na fronteira da disciplina, que podem, mais do que os edifícios construídos, dar uma indicação sobre o estado da disciplina e que têm o poder de fazer avançar o pensamento arquitectónico. Este encontro de diferentes disciplinas fomenta a evolução dos procedimentos, das formas, dos formatos e das representações do pensamento arquitectónico.

À medida que se incrementam conhecimentos e metodologias de outras disciplinas na prática de arquitectura, assiste-se a uma reinvenção, reformulação e inovação das ordens e dos padrões estabelecidos. Neste sentido, os trabalhos aqui expostos são importantes não apenas pelo resultado final mas mais pelo processo e intenções que os motivaram, isto porque, uma vez expostos, revelam possibilidades que a obra arquitectónica em si mesma não poderia transmitir.

*“Aqueles que dizem que a arquitectura se torna impura se tiver de pedir argumentos emprestados a outras disciplinas, não só esquecem as inevitáveis interferências da cultura, da economia e da política, como subestimam a própria capacidade da arquitectura de estimular o desenvolvimento da cultura*



*contribuindo para a sua polémica. Enquanto prática e enquanto teoria, a arquitectura deve importar e exportar.” (Tschumi, Cit. por Capela, 2007, p.12)*

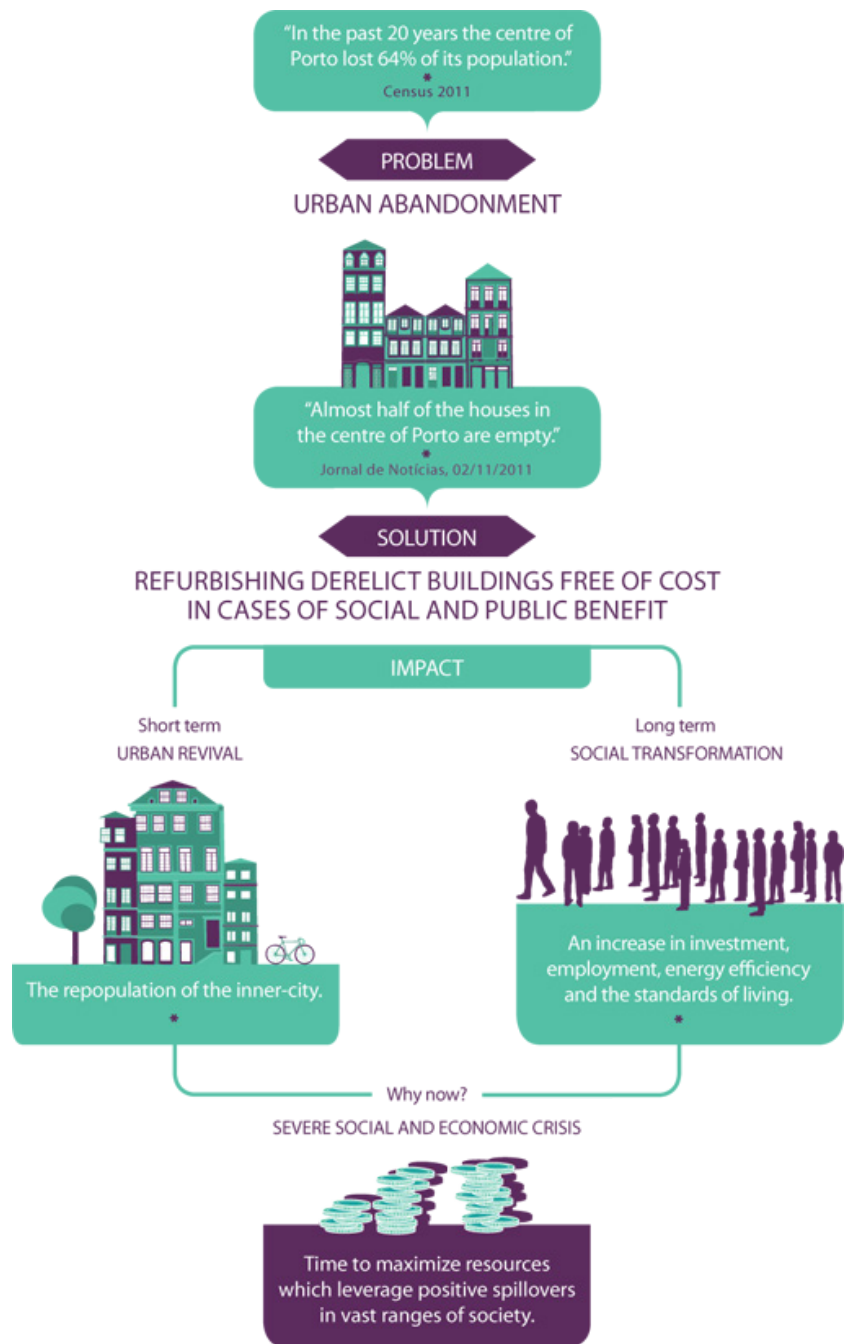


### 3.4. ArrebitalPorto

*“A matéria do arquitecto não é revolucionar a sociedade mas a própria arquitectura’, como diria Gregotti, citado por Bohigas, nos anos 60. Mas também não se revoluciona a arquitectura seguindo estritamente as pegadas das instituições que detêm o poder. Isto é, a intervenção do arquitecto tem que se sustentar fundamentalmente nas hipóteses e espaços intersticiais da disciplina, naquilo que permite à arquitectura funcionar como um acrescento de civilização, de drama, e de transcendência na requalificação do urbano.”* (Figueira, 2005, p.35)

O *ArrebitalPorto* é um projecto de reabilitação urbana com o objectivo de recuperar e requalificar edifícios devolutos do centro da cidade do Porto sem custos. O projecto surgiu como resposta ao apelo feito pelo concurso *Faz - Ideias de origem portuguesa* na sua primeira edição em 2010, promovido pela *Fundação Calouste Gulbenkian* e pela *Fundação Talento*.<sup>26</sup> José Paixão (em entrevista ao autor, 2013), arquitecto e autor do *ArrebitalPorto*, na altura residente na Áustria, explica que foi a degradação e o abandono dos centros

26. *Faz - Ideias de origem portuguesa* incentivava os portugueses residentes no estrangeiro a apresentar projectos a serem aplicados em Portugal, nas áreas do ambiente e sustentabilidade, inclusão social, diálogo cultural e envelhecimento.



## 51. Combater o abandono dos centros urbanos

Arebita!Porto



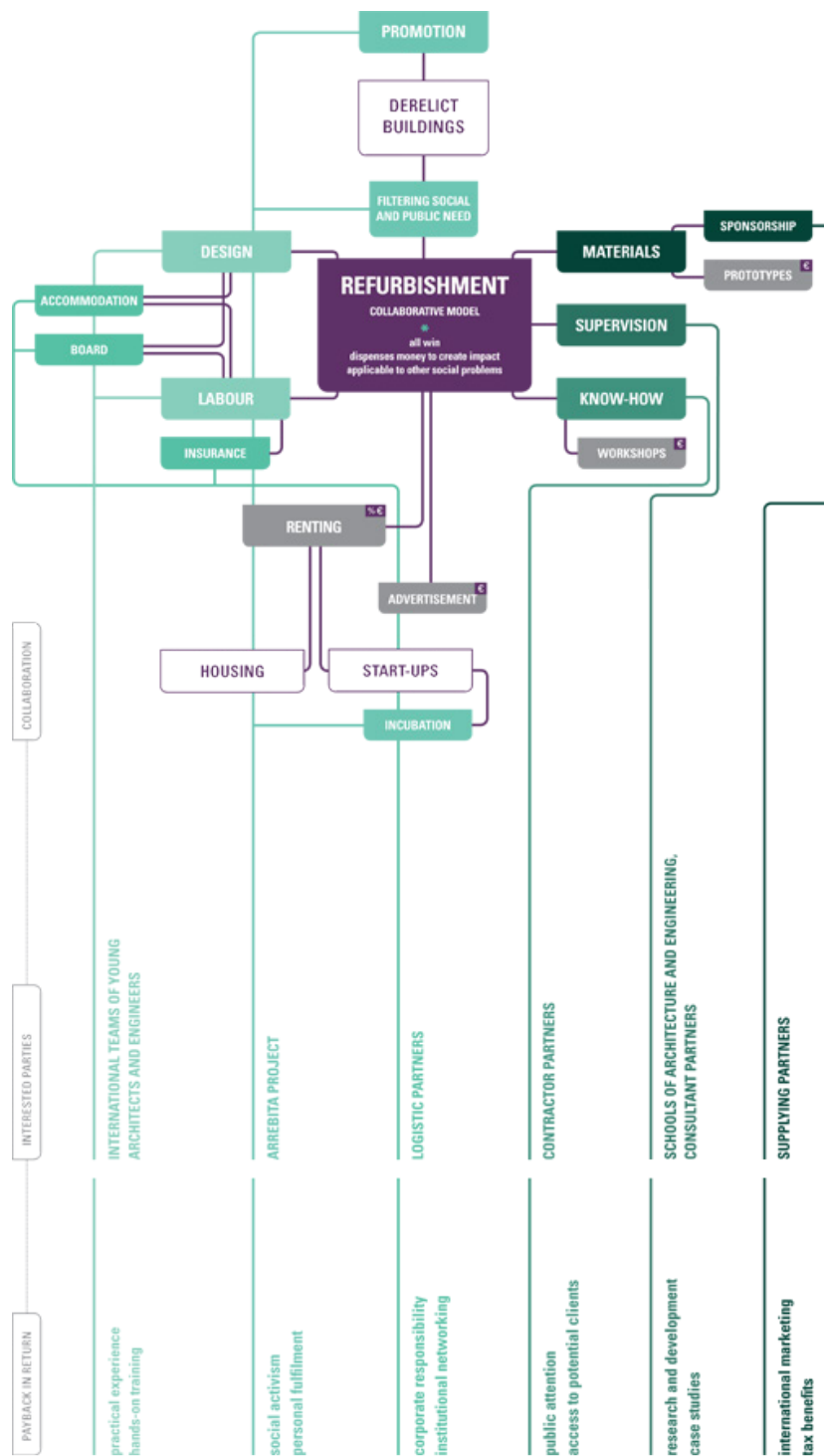
históricos em Portugal, uma realidade que contrastava com o contexto onde vivia, que o motivou a apresentar esta proposta.

Para alcançar o objectivo a que se propõe, o *Arrebital!Porto* depende de parcerias e protocolos estabelecidos com empresas, entidades públicas e universidades, e de uma equipa de estudantes e jovens profissionais voluntários em sistema de rotatividade. Assenta no pressuposto, fundamental, de criar valor, para todos, sem que haja custos associados. As soluções técnicas são adoptadas consoante as parcerias que se estabelecem com as empresas que prestam serviços de consultadoria e fornecem os materiais, o que lhes permite, além de, deduzir os custos no IRC (em estatuto de mecenato), promover a sua imagem e divulgar os seus produtos. Aos estudantes e jovens profissionais é dada a oportunidade de adquirirem experiência prática, fora do meio universitário. As universidades prestam apoio de supervisão, e beneficiam de um acesso à prática a partir de possíveis casos de estudo. Assente nestas premissas, foi atribuído ao projecto o primeiro lugar no concurso.

Actualmente integrado na *Fundação Porto Social*, o *Arrebital!Porto* propõe-se a reabilitar edifícios devolutos ou degradados no centro da cidade do Porto, elegendo aqueles para os quais não há solução, por não atraírem investimento por parte do mercado ou pela falta de meios e disponibilidade das entidades públicas. Neste sentido, o *Arrebital!Porto* não procura ser uma alternativa às soluções estabelecidas, mas antes um modelo que as complementa.

prática

Este projecto é apresentado por último por se situar entre um projecto de arquitectura e um projecto de acção social. Mais do que um projecto de arquitectura, este é um projecto social que se serve das ferramentas da arquitectura, bem como de outras disciplinas, para atingir o objectivo pretendido. Embora distinto pela sua abordagem mais pragmática e pelo modelo de trabalho em rede que sugere, parte dos mesmos princípios na procura por soluções não convencionais para resolver um problema urbano e social, reunindo muitas das questões anteriormente enunciadas.



## 52. Trabalho em rede

Arrebita!Porto

José Paixão defende que este não é um conceito de projecto tal como é concebido tradicionalmente, uma vez que não surge da vontade de produzir arquitectura, mas antes da vontade de resolver um problema social, criando um modelo de actuação, que possa ser repetível, para o qual a arquitectura, em coordenação com outras áreas, se pode constituir como o meio para alcançar esse objectivo.

### 3.4.1. Um modelo de trabalho em rede

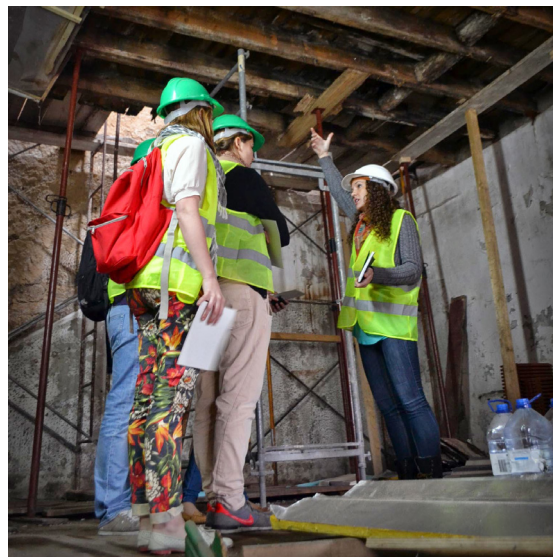
*“O projecto Arrebita! não vai resolver, nem o problema do abandono dos centros das cidades, nem, numa escala maior, o problema da conjuntura económico-social do país. Por outro lado, em paralelo, eu acho que é importante sermos pró-activos e tentarmos dar o contributo na medida das nossas possibilidades, para contornar estas dificuldades. O valor do Arrebita! está, exactamente, em ser um projecto agregador, um projecto aberto, e quase que inovador, no sentido em que é positivo e, de facto, consegue ultrapassar as dificuldades impostas pelas circunstâncias.”* (José Paixão, em entrevista ao autor, 2013)

Baseado no WWOOF (World-Wide Opportunities on Organic Farms)<sup>27</sup>, o Arrebita!Porto assenta no princípio da troca directa de bens e serviços por forma a superar a falta de recursos económicos. O contributo das diversas áreas profissionais para o projecto, o envolvimento do proprietário e dos parceiros empresariais, bem como os limitados recursos económicos, traduzem-se num modelo que é construído colectivamente e em que todas as partes desempenham um papel igualmente importante. Partindo do diagrama ilustrado na imagem à esquerda, a relação que se procura não é de cliente ou usuário e prestador de serviços, mas uma relação de pares.

Estabelece-se, assim, uma rede de colaboração com diferentes agentes

interacção do  
arquitecto com  
outros profissionais

27. WWOOF é uma associação internacional de quintas onde os proprietários dão alojamento e comida a voluntários que se disponibilizam a trabalhar a meio tempo em trabalhos agrícolas. Desta forma há uma troca de serviços sem que seja necessária a troca de dinheiro. (<http://www.wwof.net>)



*53. Primeira intervenção*

Arrebita!Porto. Primeiros trabalhos no edifício da rua da Reboleira, 42, Porto

profissionais, com a criação de um banco de conhecimento, de experiências, de recursos e práticas de colaboração, tanto na concepção como na execução de projectos. É esta rede de relações que permite encontrar soluções e viabilizar este modelo de intervenção. Na medida em que supõe que todos os parceiros trabalhem em cooperação, permite que a informação e as ideias sejam partilhadas promovendo, desta forma, a formação de uma cultura de participação, de colaboração e de responsabilidade. É neste sentido que o trabalho em rede permite, não só, que o objectivo do projecto seja alcançado, mas também, beneficiar os parceiros que o apoiam, aumentando assim o seu impacto.

Inerente a esta organização em rede, está também a ideia da arquitectura como espaço de encontro de outras áreas, na promoção de uma prática interdisciplinar. O projecto *Arrebital!Porto* reforça a ideia, exposta nas outras partes deste capítulo, que para resolver um problema social é necessário não só o empenho de diversos indivíduos e entidades, como também de diversas disciplinas.

A sua mais valia está em conseguir agregar os diferentes parceiros em torno de um objectivo e dessa forma criar um modelo de trabalho, que pode ser encarado como forma de aproximar as empresas, as universidades, as entidades públicas, permitindo com limitados recursos económicos, responder a um problema. Neste sentido pode conduzir ao debate sobre uma acção interdisciplinar com vista a melhorar a qualidade dos espaços marginalizados das cidades, debate que esteve muito presente nos anos sessenta e setenta do século XX mas com pouco reflexo nos exercícios práticos de arquitectura.

*“Como é possível relacionar a multiplicidade dos aspectos do espaço examinados dentro das várias disciplinas, perspectivas e metodologias: ‘espaço arquitectónico’, ‘espaço gestual’, ‘espaço de habitantes’, ‘espaço vivido?’” (Stanek, 2011, p.137)*

Entre 1960 e 1970 esta questão trazia para o debate uma maior preocupação com as diferenças sociais e culturais dentro do espaço urbano.



HENRI LEFEBVRE

# la production de l'espace



*éditions anthropos*

54. *La Production de l'espace*

Henri Lefebvre

Uma preocupação que enunciou que os problemas sociais da cidade não ficavam resolvidos somente através de uma resposta programática e funcional. Assim, as preocupações sociais e culturais não deveriam terminar quando começava o projecto de arquitectura, sendo necessário uma reunião de esforços e um diálogo maior entre os diversos agentes. Em França, na segunda metade do século XX, este debate em torno desta questão ganhou um maior destaque através do trabalho de um conjunto de sociólogos.

*“Não se limitando a discussões teóricas, a questão sobre a unidade e a multiplicidade de espaço chegou ao centro dos debates franceses sobre arquitectura e urbanismo no final da década de 1960 e o início da década de 1970. O que à primeira vista parecia estar muito longe de preocupações práticas, eventualmente, resumia-se a uma pergunta sobre a possibilidade de uma cooperação interdisciplinar entre os arquitectos, urbanistas, geógrafos e sociólogos nas áreas da educação, pesquisa e design. O conceito de espaço - espaço urbano, o espaço social, ou espaço ‘tout court’ - desenvolvido desde 1950 pelo Chombart, Ledrut e Lefebvre, foi investido com a capacidade de se tornar um ponto de encontro entre estas disciplinas.” (Stanek, 2011, p.136-137)*

Henri Lefebvre contribuiu para a investigação sobre a produção do espaço através da execução de estudos e da organização de seminários onde reuniu profissionais do campo das ciências sociais, bem como arquitectos e urbanistas, promovendo a constituição de equipas interdisciplinares para execução de projectos. As teorias de Lefebvre, expostas na sua obra *La Production de l'espace* de 1974, estão hoje na base de teorias de pensamento urbano que anunciam alternativas para a organização da cidade.

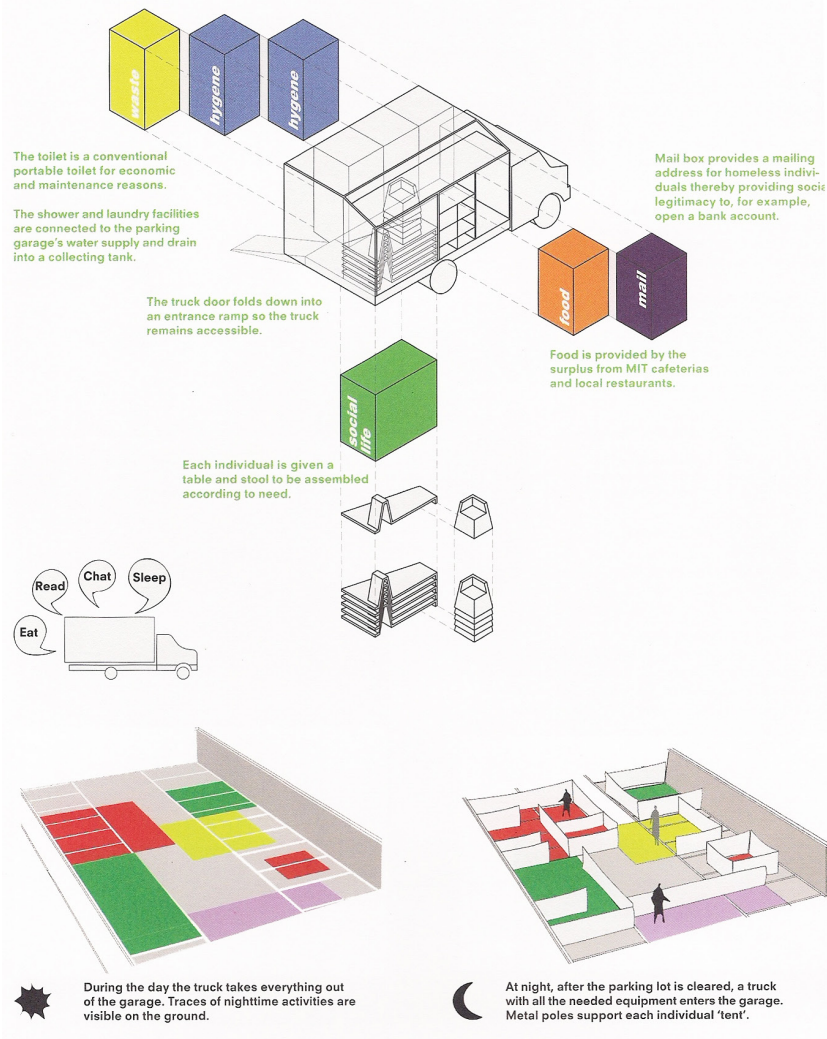
Lefebvre propunha que se encarasse a arquitectura como um estímulo para a produção de relações sociais, opondo-se à instrumentalização da disciplina como consequência do capitalismo. Desse modo, propunha a interacção do arquitecto com outros agentes profissionais, acreditando que, desta forma, a arquitectura poderia não só dar resposta às necessidades funcionais mas também contribuir na prática para o debate social, cultural e



## PROJECT STRATEGY

### 'Free Parkinn' – the truck

Instead of building a shelter over us, we take all of our domestic activities with us and find someplace nobody is using. The mobile truck injects the program of a home into a parking structure, which is under-utilized at night. Can these activities turn public space into a 'home'?



## 55. Free Park-in

OUA. Possibilidade de divisão do parque

político.

Ao promover este diálogo entre os vários agentes profissionais, o projecto *Arrebital!Porto*, pode ser analisado dentro de uma esfera de acção interdisciplinar. Este projecto questiona a maneira o posicionamento da disciplina, explorando os seus limites de actuação. Ao abstrair-se do formalismo e da forma tradicional de projectar, o arquitecto assume uma abordagem mais operativa, prática, e contundente com a condição económica vigente. Ao actuar mesmo quando não solicitada, a arquitectura toma-se como um agente activo na requalificação urbana e social.

Como forma de mitigar o problema dos sem-abrigo e de rentabilizar as estruturas que têm um funcionamento parcial, um modelo (de troca de serviços) idêntico foi proposto pelo atelier *OUA (Office for Unsolicited Architecture)* no seu projecto *Free Park-In*. *OUA* propõe a instalação de estruturas ligeiras em parques de estacionamento cobertos, habitualmente desocupados durante a noite, para que estas acolham os sem-abrigo da cidade. A partilha de espaço supõe que os programas não se sobrepõem, uma vez que durante o dia estas estruturas são removidas para que o parque possa servir a sua função.<sup>28</sup>

Como faz em todos os projectos que desenvolve, *OUA* propõe uma estratégia de financiamento para viabilizar a proposta. Neste caso, para suportar os custos que estas estruturas teriam, cada residente concordaria em prestar serviço durante o dia nos parques, estacionando, lavando carros e prestando apoio noutras tarefas. Desta forma, os parques poderiam cobrar taxas adicionais por estes serviços de forma a financiar o projecto. Esta pode ser também considerada uma forma de conceder uma ocupação para os sem-abrigo durante o dia, ao inseri-los na dinâmica da sociedade, potenciando a diminuição da exclusão social.

28. Ao final do dia, quando o parque se esvazia, as estruturas são transportadas por um camião que contém todo o equipamento necessário para a montagem das “habitações” que estão já delimitadas no chão. Ao sem-abrigo são providenciadas desde estruturas de suporte para as “tendas”, a casas-de-banho, comida e algum mobiliário de apoio.

OUA  
Free Park-In



56. *San Pedro Apóstol*

Open Architecture Network

Da mesma forma que o projecto *ArrebitalPorto*, a mais-valia do *Free Park-In* não está no objecto em si, mas antes no modelo que sugere. Esta troca de valor baseada numa rede de parcerias é, segundo José Paixão (em entrevista ao autor, 2013), o grande potencial do *ArrebitalPorto*. Este, aliás, é um modelo de trabalho que as organizações não-governamentais têm vindo a desenvolver com sucesso. Pode-se referir, a título de exemplo, o caso da organização *Architecture for Humanity* e o seu projecto *Worldchanging/Open Architecture Network*.

Este projecto nasce da vontade de criar oportunidades para os arquitectos ajudarem as comunidades em crise. Desta forma foi criada uma plataforma *online* que oferece aos arquitectos, designers, construtores, utilizadores, a possibilidade de partilhar ideias e projectos de arquitectura num sistema de partilha livre e gratuita. *Worldchanging* é dedicado a projectos que tenham como objectivo melhorar as condições de vida da população e do ambiente construído.

Através desta partilha de ideias, planos e desenhos, pretendem-se divulgar os projectos e estimular o debate e a colaboração em rede para a resolução de diferentes desafios entre pessoas das mais diversas áreas, desde arquitectos, engenheiros, políticos, membros da comunidade, organizações sem fins lucrativos, entre outros.

*“Afiml, se estamos a responder de forma significativa os desafios da construção de um futuro sustentável, precisaremos de (muita) ajuda de pessoas de todas as esferas.”*<sup>29</sup>

Em última análise, a mais valia de projectos como o *ArrebitalPorto*, é a forma pragmática como se propõem soluções para a resolução de problemas específicos, neste caso, a degradação dos centros urbanos. Tomando uma atitude diferente de Santiago Cirugeda, este projecto enquadra-se no sistema para nele encontrar os meios para a sua viabilização. Todavia, até que ponto

29. Disponível na Internet: <http://openarchitecturenetwork.org/about>



*57. Trabalhos de reabilitação*

Arrebita!Porto

se pode tomar este modelo como uma fórmula a generalizar? O sucesso do *Arrebata!Porto* resulta da sua singularidade e carácter inovador. A solução para a arquitectura não parece ser a generalização deste modelo, isto porque, à semelhança dos exemplos anteriormente expostos, a sua relevância está também na sua diferenciação. No entanto, não deixa de ser ainda necessário, que mais iniciativas destas surjam para que o debate possa continuar e a arquitectura resgate, de novo, o seu papel social.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS



*“(...) será possível responder aos dados e meios limitados da conjuntura presente posta ao projectista, mas sem comprometer o futuro, isto é, contendo tendencialmente uma necessidade de evolução e reconversão aberta à visão utópica que se arrisca no presente?”*

*Cremos que esta é a via a tentar, e mais: que há arquitecturas que a preparam e arquitecturas que a negam, barrando o futuro. Via que seria uma forma de ser de um tempo em que é necessário “fazer reforma e permanecer revolucionário” (Ricoeur).” (Portas, 2007, p.19)*

No final desta investigação surge a necessidade de responder à pergunta que o seu título enuncia. Será possível falar numa arquitectura de intervenção que através de modelos alternativos de trabalho propõe uma renovação do papel social do arquitecto?

De forma a responder a esta pergunta será necessário esboçar algumas considerações finais, em jeito de conclusão. Os trabalhos expostos demonstram que, para que a arquitectura tenha sucesso na resolução das questões complexas da actualidade, tem de se aliar a outras disciplinas, como, a economia, a sociologia, a antropologia, a arte, etc. Assim, é importante olhar para outras áreas que podem ser igualmente importantes para o arquitecto.



Os trabalhos apresentados demonstram um renovado compromisso social através de uma diversidade de práticas arquitectónicas.

Embora estas práticas assinalem uma mudança na disciplina, delineando novos contornos, importa assinalar que, na actualidade, estas estão restritas, na sua generalidade, a um grupo de arquitectos jovens. Em face das transformações inerentes a um momento de “transição”, estes arquitectos têm respondido com modelos de trabalho que, embora pretendam ser uma alternativa a uma arquitectura que tem estado principalmente comprometida com questões formais, estéticas e tecnológicas, não se querem constituir como ruptura, mas antes como ampliação.

Assim, importa, desde logo, afirmar que a arquitectura de intervenção que aqui se expõe não se destaca tanto por uma desvinculação com os modelos tradicionais, mas antes pela ampliação do seu campo de acção, pela inclusão de saberes e abordagens próprias de outras disciplinas e/ou pela reinterpretação de alguma das premissas nas quais se baseia a prática de arquitectura, como a relação cliente-arquitecto.

Fica explícita a ideia de que a prática de arquitectura não se esgota na construção de edifícios e no planeamento urbano, e que pode compreender outros trabalhos como estruturas efémeras, performances, vídeos e intervenções temporárias no espaço público.

Os projectos apresentados, não pretendem ser tomados como referências de uma nova forma de actuar, mas sim constituir-se como exemplos concretos de abordagens contundentes com o actual contexto económico. Processos de trabalho que respondem às transformações sociais, às quais se assistem, particularmente desde o acentuar da crise económica em 2008. Mudanças encaradas, nos trabalhos expostos, como uma oportunidade para o desenvolvimento da sociedade e da própria disciplina. O trabalho destes arquitectos é, assim, apresentado com vista a estimular uma reflexão sobre a viabilidade de um modelo de trabalho assente na encomenda, sujeito



à instabilidade da economia e ao mercado de trabalho, que não tem dado resposta ao cada vez maior número de arquitectos.

Perante a actual crise, a solução mais imediata para os arquitectos na procura por um caminho profissional tem sido a emigração, deixando implícita a ideia que em Portugal não há oportunidades de trabalho. O incentivo dado aos jovens para que emigrem e deixem o seu país, como referido pelo arquitecto Eduardo Souto de Moura (Agência Lusa, 2011): *“a solução para a arquitectura portuguesa é emigrar”*, poderia revelar a incapacidade da arquitectura em se adaptar a novas circunstâncias sociais e económicas.

Num tempo favorável à construção, impulsionada pela entrada de Portugal na União Europeia, em que dominava a encomenda pública e a expansão do parque imobiliário, os arquitectos lidaram com uma realidade muito diferente da actual.

*“Os anos 80 são um fardo difícil de gerir, estão já na história como uma década de excesso de maquilhagem e de excesso de gel, fenómenos directamente ligados ao início das emissões da MTV. Na arquitectura, os anos 80 correspondem à pré-história da mediatização do arquitecto e das suas obras. O arquitecto português tende a abandonar a indumentária da revolução e a integrar o relativismo cultural que lhe permitirá acompanhar o boom económico.”* (Figueira, 2005, p.53)

As referências estéticas e o processo de trabalho que se estabeleceram para a arquitectura portuguesa no período referido por Jorge Figueira, não parecem estar hoje adequadas à nova realidade socioeconómica. Parece evidente a necessidade de adaptar a disciplina a esta realidade. No entanto, o modelo baseado na arquitectura de autor é aquele que continua a ser explorado nos programas académicos, como refere Luís Tavares Pereira (em Arqa, 2009, p.38). Este autor considera que a actual dificuldade de acesso dos arquitectos ao mercado de trabalho não é só o resultado da desregulação no ensino da arquitectura e do elevado número de escolas, mas também de um modelo de





ensino vocacionado unicamente para uma prática projectista.

*“Ora a questão é que os arquitectos - e as escolas de arquitectura - têm que estar preparados para pensar experimentalmente e actuar com instinto pedagógico. (...) A atitude experimental é uma dádiva face à história e ao futuro da cidade; a atitude pedagógica envolve os utentes numa narrativa que os aceita e engloba. A falta destes dois tipos de envolvimento traduz-se numa perda de sentido para o projecto de arquitectura.”* (Figueira, 2005, p.35)

Os ateliers aqui apresentados, estão a demonstrar como uma adaptação pode ser feita, sendo proactivos, actuando em contextos socioeconómicos fragilizados, procurando financiamento para os seus projectos, envolvendo o utilizador nos processos de concepção e construção, fornecendo “ferramentas” para as pessoas actuarem e aliando-se a outros profissionais.

Remete-se para o trabalho desenvolvido pelo *Ateliernob* no bairro do Prodac e o projecto *Arrebata!Porto* para realçar que o financiamento foi conseguido depois de uma primeira abordagem ao projecto. O *Arrebata!Porto* desenvolveu, inclusive, um modelo alternativo de financiamento, reforçando a ideia de que o arquitecto não tem necessariamente que esperar por uma encomenda para fazer arquitectura. Santiago Cirugeda foi ainda mais longe ao desenvolver um manual de actuação incentivando o cidadão a actuar sobre o seu ambiente físico. Apesar de assentarem em modelos que não são novos, afinal já Piranesi foi à procura de clientes para os seus projectos e Palladio construiu as suas próprias obras, estes projectos são inovadores e alternativos na sua articulação experimental que fazem para resolver um problema específico.

Ao incluir o utilizador no processo de concepção o arquitecto assume o papel de assessor baseado num trabalho de aconselhamento vocacionado para auxiliar os cidadãos a tomar a acção. Utilizando a sua capacidade de organizador espacial o arquitecto pode adoptar uma prática de código-aberto pondo as ferramentas à disposição das pessoas, para que estas reinterpretem,



redesenhem, reutilizem e se apropriem da envolvente em que vivem, incorporando as suas próprias lógicas, vontades e necessidades. O papel do arquitecto passa a ser o de identificar situações urbanas concretas, que possam necessitar da sua intervenção, disponibilizando as suas competências e conhecimentos a entidades, instituições privadas ou simples cidadãos que delas possam necessitar.

Ao longo desta investigação, através da análise dos projectos expostos, foram apontados alguns exemplos de estratégias actuais de prática arquitectónica que se situam no limite da disciplina. Estes exemplos têm-se fomentado em ambientes colaborativos livres de barreiras disciplinares. Não se defende que é este o caminho que a disciplina deve seguir, mas, como se afirmou no terceiro capítulo e como defende Tschumi será necessário tê-lo em consideração para impulsionar o avanço da prática disciplinar da arquitectura.

*“O desafio é encontrar pontos de contacto entre estes universos e gerar práticas críticas e analíticas capazes de atravessar fronteiras que, na nossa opinião, tendem a tornar-se cada vez mais estanques. Talvez assim a arquitectura possa reencontrar uma posição social de relevo e contribuir para a sua reinvenção necessária e urgente.”* (Jornal Arquitectos, 2013, Editorial)

Contudo, o reposicionamento disciplinar que estas práticas enunciam, deixa a dúvida se a arquitectura não correrá o risco de se perder noutras áreas profissionais. Através de estratégias de actuação alternativas, o arquitecto prescinde, por vezes, do rigor formal e do controlo do projecto e da construção que está na base da sua formação. Como ressalva o Jornal Arquitectos (2013, Editorial), *“e se os arquitectos prescindem da base estruturante do seu saber, correm o risco de se dissolver noutros campos profissionais, ou numa lógica de mercado que já não os contempla.”*

Questionado sobre qual a razão desta mudança de mentalidade dos arquitectos mais jovens, manifestando uma maior preocupação para com as questões sociais e a expansão do seu campo de acção, Tiago Saraiva (em



entrevista ao autor, 2013) refere que é neste campo onde existe muito trabalho a fazer. Perante o processo de regressão social a que assistimos, contrariamente ao que se possa pensar, o trabalho do arquitecto é cada vez mais necessário. A falta de fundos, não é sinónimo de falta de oportunidades, por isso, nesse sentido, António Louro (em entrevista ao autor, 2013) considera que o número de arquitectos em Portugal, tendo em conta as necessidades do país, não é exagerado, havendo ainda espaço para mais arquitectos.

No entanto, esta abordagem optimista e pragmática, é marcada, particularmente nos exemplos estrangeiros apresentados, por um certo carácter utópico. Ao manifestarem algum radicalismo, os seus discursos teóricos revelam alguma incapacidade de serem postos em prática. Contudo, esta atitude não é inconsciente e pode-se considerar, fundamentalmente, como uma forma de levantar um problema e estimular o debate. As ferramentas da arquitectura são utilizadas para estabelecer uma crítica, não só à própria disciplina, mas também a um determinado problema social ao qual não está a ser dada a devida atenção.

À crítica que apresentam está associada uma ideologia, a manifestação de uma ideia de sociedade, com os princípios, objectivos e as ideias que lhe servem de guia bem definidos. Tafuri (1985, p.18) refere a importância da ideologia na arquitectura que aceita tornar política a sua obra: *“enquanto agentes políticos, os arquitectos devem assumir a tarefa de invenção contínua de soluções de vanguarda, aos níveis mais generalizáveis. O papel da ideologia, nestas condições, torna-se determinante.”* Também Tatjana Schneider (2009)<sup>30</sup> defende que a arquitectura é uma forma de expressão política e social: *“Entendemos a arquitectura como uma disciplina que é inerentemente política e, por isso, sempre crítica.”*

Neste sentido, poder-se-ia ainda recordar as considerações feitas

30. Tatjana Schneider é co-autora de uma investigação sobre práticas alternativas de arquitectura apresentada na Universidade de Sheffield realizada em conjunto com Jeremy Till.



por Bruno Zevi (1996, p.140-142), relativamente à dimensão política da arquitectura quando, na sua obra “Saber ver a arquitectura”, considerou que, em qualquer sociedade, as formas de expressão arquitectónica estão intimamente relacionadas com os acontecimentos políticos e sociais do seu tempo.

Os modelos apresentados passam pela ideia de democratização da arquitectura, ao procurarem um público mais alargado, ao partilharem autoridade e conhecimento com outras disciplinas ou mesmo com os próprios usuários. Seguindo os ideais socialistas, situam-se entre a vontade reformista e revolucionária.

Relativamente a este ponto, poder-se-á fazer uma distinção entre o trabalho dos arquitectos portugueses e o do arquitecto espanhol Santiago Cirugeda. Atendendo à redefinição do papel social do arquitecto, o conjunto de abordagens propostas pelos arquitectos portugueses enquadra-se dentro do que se pode considerar uma acção reformista, baseada numa reorganização do sistema existente. Por outro lado, as acções de Santiago Cirugeda poderão ser vistas mais como acções revolucionárias como forma de subversão do sistema.

É necessário retomar a uma atitude proactiva e progressista, uma atitude que pontou tempos de evolução na História, como no Iluminismo, apresentado por Tafuri (1985, p.18) como o momento em que *“renunciando a um papel simbólico, pelo menos no sentido tradicional, a arquitectura – para evitar a sua própria destruição – descobre a sua vocação científica.”*

Contudo, Ole Bouman (Cit. por Harboe, 2012 p.17), bem como outros autores, questionam se esta nova prática, que remonta aos ideais dos anos cinquenta, sessenta e setenta do século XX, não será uma nostalgia, uma moda, e se implicará de facto um compromisso social da arquitectura. Importa reforçar, que alguns dos arquitectos que manifestam a vontade de um compromisso social chegam a revelar alguma contradição a essa mesma vontade, não reflectindo na prática o discurso teórico que defendem. À semelhança do que aconteceu com o tema da sustentabilidade, transformado





numa marca de publicidade muitas vezes sem reflexo real, fica a dúvida se não acontecerá o mesmo com estes projectos que fazem, agora, uso da bandeira do social.

Estes ateliers anunciam o prenúncio de uma moda que se está a multiplicar e que poderá conduzir ao desgaste do discurso. Um desgaste que poderá resultar em projectos irreflectidos e, consequentemente, pouco adequados, conduzindo a uma descridibilização de quem realmente se compromete com estas questões.

Para perceber esta ideia, poder-se-á fazer a alusão ao Movimento Moderno, à sua rápida difusão e ao seu consequente descrédito e crítica. Assente também numa ideologia que tinha por base preocupações sociais, procurando uma arquitectura para todos que pudesse ir ao encontro das necessidades da época, foi quando o Estilo Internacional surgiu e se difundiu que a sua arquitectura começou a ser produzida em massa, sob princípios quase meramente formais e esquecendo o seu propósito inicial. Fica a dúvida se a rápida difusão destas novas práticas e a sua transformação em moda não terá consequências semelhantes.

Importa ainda questionar se, ao negarem o estatuto de “arquitecto-estrela” recorrendo a modelos alternativos de trabalho, alguns destes arquitectos não terão a pretensão de se tornarem eles próprios mediáticos. A propósito da avaliação da Trienal de Arquitectura de Lisboa de 2013, Nuno Grande refere (em Arqa, 2013, p.27) que *“a questão é que esse discurso se está a tornar, hipocritamente, num novo “sistema” mainstream, guiado por uma “fórmula” organizativa que arrasta consigo uma outra “fauna” de curadores e de criadores, cujo modo de organização e de acção se revela tão “tribal” quanto o das velhas “tribos” culturais, por eles mesmo criticadas.”* Ainda que de uma forma caricaturada, a reflexão de Nuno Grande não deixa de alertar para este facto.

Chega-se ao fim desta investigação com a convicção de que é a



valorização do processo em relação ao objecto que se obtém, que poderá conduzir a soluções mais comprometidas socialmente e que respondam efectivamente às transformações actuais. São as acções e decisões, desde o início do projecto, através do seu planeamento e execução, passando pela forma como se usam os edifícios, pela necessidade da sua readaptação ou não, até à sua final demolição que se devem concentrar os esforços do arquitecto.

*“Talvez se devesse actuar exactamente sobre a formação dos profissionais, sobre a reeducação dos próprios arquitectos, de maneira a que estes fossem capazes de dizer adeus à arquitectura naquilo que ela hoje representa, e de inventar uma capacidade verdadeira de intervenção sobre o real, sobre o bem da comunidade e da cidade.”* (La Cecla, 2011, p.55)

Após estas considerações, e respondendo à pergunta que então se deixou em aberto, conclui-se que a arquitectura pode realmente contribuir para a resolução dos problemas que hoje afectam a sociedade, através de uma prática consciente e interventiva. Dessa forma a arquitectura pode superar os condicionamentos inerentes à sua prática, passando a desempenhar, efectivamente, um papel fundamental na vida das pessoas. Os exemplos apresentados demonstram-no, não constituindo, certamente, os únicos caminhos viáveis para alcançar uma arquitectura de intervenção.

*“Porque é homem e porque a sua acção não é fatalmente determinada, ele deve procurar criar aquelas formas que melhor serviço possam prestar quer à sociedade quer ao seu semelhante, e para tal a sua acção implicará, para além do drama da escolha, um sentido, um alvo, um desejo permanente de servir.”* (Távora, 1996, p.74)

Se a arquitectura ambiciona ser uma disciplina relevante tem de participar activamente na discussão dos problemas da esfera pública, dirigindo-se novamente para as massas e não apenas para uma minoria que pode pagar este serviço. A maioria da população, ainda que possa apreciar um jogo de formas bem proporcionadas, tem, actualmente, outras preocupações



mais imediatas, às quais a arquitectura, em conjunto com outras disciplinas e agentes, pode responder, tal como se procurou demonstrar nesta investigação. Deste modo é necessário manter e aprofundar o debate e a reflexão, para que a profissão não perca o seu valor e se constitua um meio imprescindível de resistência e de apoio à superação da crise que se enfrenta.

*“Mas os arquitectos, que com alguma inconsciência se auto-atribuem a qualificação de homens de síntese, talvez porque alguns riscam e imaginam um pouco melhor, se quiserem re-dar qualidade à cidade da era da técnica e dos técnicos e dos fenómenos complexos de cuja solução há que dar conta, terão de abalançar-se a um intenso esforço de estudo, a modificar a sua formação, re-formulando corajosamente o seu lugar na edificação da cidade.” (Portas, 2007, p.16)*



## REFERÊNCIAS





## Livros

ALHAVA, Antti (2002). **Architecture in Consumer Society**. Helsínquia: University of Art and Design. ISBN: 051-558-110-9

AUGUSTO, Sofia F. (2011). **Estratégias de participação no espaço público contemporâneo: uma viagem pela criatividade e subversão na regeneração urbana**. Porto: [s.n.]. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

BANDEIRINHA, José António (2007). **O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974**. P21-59. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. p.21-59. ISBN: 9789728704766.

BENEVOLO, Leonardo (1998). **A cidade e o arquitecto**. Trad. Rui Eduardo santana Brito. Lisboa: Edições 70. ISBN: 972-44-0107-3

BOUMAN, Ole (2011). **Testify! The consequences of architecture**. Rotterdam: NAI. ISBN: 9789056628239

CAMPOS, Carlos Miguel Freire (2011). **Nuno Portas: Diálogos entre teoria e prática [1957-1974]**. Coimbra: [s.n.]. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

CAPELA, José (2007). **Utilidade da Arquitectura: 0+6 Possibilidades**. Opúsculo 1: Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura. Porto: Dafne. ISSN: 1646-5253

CARVALHAL, Mário André Correia Teles do (2010). **Arquitectura e Revolução: Debates sobre o papel social e cultural do arquitecto no último século**. Coimbra: [s.n.]. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

CASTELLS, Manuel (1997) **La Sociedad Red: La era de la información: economía, sociedad y cultura**. Trad. Carmen Martínez Gimeno e Jesús Alborés. 8ª ed. Cast. Madrid: Alianza Editorial.

CIRUGEDA, Santiago (2007). **Situaciones Urbanas/ Santiago Cirugeda**. Barcelona: Tenov. ISBN: 9788461183425

CIRUGEDA, Santiago e outros (2010). **Camiones, contenedores, colectivos**

= **Trucks, containers, collectives**. Sevilla: Vib[o]k. ISBN 9788461360260

CRESPO, Omayra Rivera (2011). **Procesos de Participación: Proyectar, construir y habitar la vivienda contemporánea**. Barcelona: [s.n.], 2011. Tese de Doutoramento em Arquitectura à apresentada Escola d'Arquitectura la Salle Universitat Ramon Llull

CROMPTON, Dennis; JOHNSTON, Pamela (1994). **A Guide to Archigram 1961-74 = ein Archigram-Program**. Londres: Academy Editions. ISBN: 1854903764

DIAZ, David Moriente (2011). **Resistencias arquitectónicas en el espacio urbano español: el caso de Santiago Cirugeda**. In: REYES, Carlos Pérez - Actas I Jornadas Internacionales de Investigación Arte y Ciudad. Madrid: Grupo de Investigación Arte, Arquitectura y Comunicación en la Ciudad Contemporánea. Universidad Complutense de Madrid. p.261-274. ISBN: 978-84-695-5133-2

ECO, Umberto (1991). **Obra Aberta**. 8ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva. p.7-37

EICHENGREEN, Barry (2008). **The European Economy since 1945: Coordinated Capitalism and Beyond**. New Jersey: Princeton University Press. ISBN: 978-0-691-13848-0

ESTEBAN, Núria Ruiz (2013). **En los limites de la arquitectura: Espacio, sitema y disciplina**. Barcelona: [s.n.]. Tese de Doutoramento em Comunicación visual en arquitectura y diseño apresentada ao Departamento de Expresión Gráfica Arquitectónica da Universidad Politécnica de Cataluña.

FIGUEIRA, Jorge (2005). **Agora que está tudo a mudar: Arquitectura em Portugal**. Caleidoscópio. ISBN: 972-8801-70-X

FILGUEIRAS, Octávio Lixa (1985). **Da Função Social do Arquitecto: Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada**. 2.ª ed. Porto: Escola Superior de Belas Artes do Porto. ISBN: ISBN 972-9483-10-8

GADANHO, Pedro (2006). **Para que serve a arquitectura?** Opúsculo 2: Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura. Porto: Dafne. ISSN: 1646-5253

HANN, Chris Hann; DUNN, Elizabeth (2005). **Civil society: Challenging western models**. Nova Iorque: Taylor & Francis e-Library. p.1-24. ISBN

0-203-63386-5

HARBOE, Lisbet (2012). **Social Concerns in Contemporary Architecture: Three European Practices and Their Works**. Oslo: The Oslo School of Architecture and Design. ISBN 978-82-547-0241-3

HATCH, C. Richard (1984). **The Scope of Social Architecture**. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1984. ISBN: 0442261535

JONES, Peter Blundell; PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy (2005). **Architecture and Participation**. Londres: Spon Press. ISBN: 0-45-31745-2.

LA CECLA, Franco (2011). **Contra a Arquitectura**. Casal de Cambra: Caleidoscópio. ISBN: 9789896581053.

LATOUCHE, Serge (2009). **Farewell to Growth**. Trad. Para inglês por David Macey. Cambridge: Polity Press. ISBN: 978-0-7456-4616-9

LEFEBVRE, Henri (1991). **The Production of Space**. Traduzido para inglês por Donald Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell. ISBN: 0-631-14048-4

LEPIK, Andres (2010). **Small scale, big change: New Architectures of Social Engagement**. Nova Iorque: The Museum of Modern Art. ISBN: 0870707841

LODDER, Christina (1988). **El Constructivismo ruso**. Trad. Para espanhol por María Cándor Orduña. Madrid : Alianza. ISBN: 8420690376

LYNCH, Kevin (1975). **¿De qué tiempo es este lugar?: para una nueva definición del ambiente**. Barcelona: G. Gili.

MONTEYS, Xavier e outros eds. (2012). **Rehabitar en nueve episodios**. Habitar - grupo de investigación. Barcelona: Lampreave. ISBN: 978-84-616-0054-0.

MONTANER, Josep Maria (2001). **Depois do Movimento Moderno: Arquitetura da segunda metade do século XX**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. ISBN: 84-252-1828-4.

MURPHY, Richard (2004). **Theorizing the Avant-Garde: Modernism, Expressionism, and the Problem of Postmodernity**. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN: 0-521-64869-6

PORTAS, Nuno (2007). **A Cidade como Arquitectura: Apontamentos de método e crítica**. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN: 972-24-1463-1

PORTAS, Nuno (1964). **A arquitectura para hoje: finalidades, métodos, didácticas**. Lisboa. Dissertação expressamente elaborada para o concurso para um lugar de professor do 1º grupo do curso de arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa.

RESTIVO, Joana Cravo de Almeida (2003). **Imaginário e condição experimental da arquitectura: para a compreensão da situação actual da arquitectura**. Porto: [s.n.]. Prova final da licenciatura em arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

SÁ, Ana Luísa Teixeira de (2003). **Utopia social = distopia real: participação e outras alternativas para a redução do gap existente entre a arquitectura e o público**. Porto: [s.n.]. Prova final da licenciatura em arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

SADLER, Simon (2005). **Archigram. Architecture without architecture**. Cambridge: MIT Press. ISBN: 0262195216

SANTANA, Tiago André Clemente (2010). **A prática não-solicitada do arquitecto**. Coimbra: [s.n.]. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

STANEK, Lukasz (2011). **Henri Lefebvre on Space: Architecture, Urban Research, and the Production of Theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press. ISBN: 978-0-8166-6617-1

SUÀREZ, Alejandro Muchada (2012). **Experiencia y reflexiones en cooperación al desarrollo: arquitectura y compromiso social (1994-2011)**. Sevilla: Arquitectura y Compromiso Social, Universidad de Sevilla. ISBN 9788461573769

TAFURI, Manfredo (1985). **Projecto e Utopia: Arquitectura e desenvolvimento do capitalismo**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença.

TÁVORA, Fernando (1947). **O problema da Casa Portuguesa**. Cadernos de arquitectura n.º 1. Edictorial Organizações. Liboa.

TÁVORA, Fernando (1996). **Da organização do espaço**. Porto: Faculdade

de Arquitectura da UP, 1996. ISBN: 9729483221

TEIXEIRA, Liliana Franco (2013). **Start-up Architecture! Repensar o espaço doméstico sob uma nova lógica de flexibilidade e adaptabilidade**. Coimbra: [s.n.]. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Till, Jeremy (2009). **Architecture depends**. Cambridge: The MIT Press.

TSCHUMI, Bernard (1994a). **Architecture and Disjunction**. The MIT Press. ISBN: 0262200945 p.100-118

TSCHUMI, Bernard (1994b). **The Manhattan Transcripts**. 2ª ed. Londres: Academy Editions. ISBN: 1854903810

TURNER, John F.C. (1991). **Housing by people: towards autonomy in building environments**. Nova Iorque: Marion Boyars. ISBN: 0-7145-2569-3

ZEVI, Bruno (1996). **Saber ver a arquitectura**. Trad. Maria Isabel Gaspar e Gaêtan Martins de Oliveira. 5ª ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora. ISBN: 85-336-0541-2

### Revistas

Arqa (2013). N.º 110. Lisboa. ISSN 1647-077X.

Arqa (2009). N.º 75/76. Lisboa. ISSN 1647-077X.

Arqa (2007). N.º 51. Lisboa. p.99-106. ISSN 1647-077X.

Cx (2013). N.º 12. Lisboa. p.18-19

Domus (2013). N.º 971 p.48-57

Volume (2007). Vol.14. Amesterdão. ISBN: 987-90-77966-14-3

### Documentos Electrónicos

(2005). **España edificó el año pasado más viviendas que la suma de Alemania, Italia y Francia**. [Acedido em 13 de Ago. 2013] Disponível na Internet: [Http://elpais.com/diario/2005/02/04/portada/1107471614\\_850215](http://elpais.com/diario/2005/02/04/portada/1107471614_850215).

html

Agência Lusa (2011). **Arquitetura/Pritzker: “A solução para a arquitetura portuguesa é emigrar”**. [Acedido em 30 de Ago. 2013] Disponível na Internet: [Http://expresso.sapo.pt/arquiteturapritzker-a-solucao-para-a-arquitetura-portuguesa-e-emigrar-souto-de-moura=f653231](http://expresso.sapo.pt/arquiteturapritzker-a-solucao-para-a-arquitetura-portuguesa-e-emigrar-souto-de-moura=f653231)

AGUIAR, José (2000). **Memória, Cidade e Projecto: Questões e paradoxos na conservação do património arquitectónico e urbano**. Évora: Congresso da Ordem dos Arquitectos. [Acedido em 11 de Jan. 2013] Disponível na Internet: <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarcongressooa2000.pdf>

BASTOS, Joana Pereira (2012). **Há mais de 735 mil casas vazias em Portugal**. 24 de Nov. 2012 [Acedido em 12 Mar. 2013] Disponível na Internet: [Http://expresso.sapo.pt/ha-mais-de-735-mil-casas-vazias-em-portugal=f769205](http://expresso.sapo.pt/ha-mais-de-735-mil-casas-vazias-em-portugal=f769205)

CÁMARA, Jorge García de la (2010). **Editorial**. 2G Dossier. Jóvenes Arquitectos Españoles. Editorial Gustavo Gili. [Acedido em 16 de Ago. 2013] Disponível na Internet: <http://ggili.com/es/tienda/productos/2g-dossier-jovenes-arquitectos-espanoles?section=content>

FIGUEIRA, Jorge (2013) - **Outra coisa qualquer**. [Acedido em 31 Mai. 2014] Disponível na Internet: <http://saladeimprensa.ces.uc.pt/index.php?col=opinio&id=8806#.U4r1UvldWSq>

GALILEE, Beatrice – **Três por três, a terceira Trienal de Arquitectura de Lisboa**. Jornal Arquitectos. 2013. [Acedido em 9 de Ago. 2013] Disponível na Internet: <http://www.jornalarquitectos.pt/tres-por-tres-a-terceira-trienal-de-arquitetura-de-lisboa/>

HYDE, Rory (2009). **Unsolicited Architecture**. [Acedido em 21 de Mai. 2013] Disponível na Internet: <http://roryhyde.com/blog/?p=294>

JENSEN, David (1994). **Architects, Architecture, and Activism?** [Acedido em 11 de Feb. 2013] Disponível na Internet: <http://laforum.org/content/articles/architects-architecture-activism-by-david-jensen>

Jornal Arquitectos (2013). **Editorial: Combate e táctica**. Jornal Arquitectos nº 247. [Acedido em 15 de Set. 2013] Disponível na Internet: <http://www.jornalarquitectos.pt/editorial-2/>

JUBANY, Helena L. (2011). **The Social Responsibility of Architects**.

[Acedido em 12 de Feb. 2013] Disponível na Internet: [http://www.di.net/articles/the\\_social\\_responsibility\\_architects/](http://www.di.net/articles/the_social_responsibility_architects/)

MAYNE, Thom (2007). **Thom Mayne: How architecture can connect us.** [Acedido em 15 de Jul. 2013] Disponível na Internet: [http://www.ted.com/talks/thom\\_mayne\\_on\\_architecture\\_as\\_connection.html](http://www.ted.com/talks/thom_mayne_on_architecture_as_connection.html)

MOREIRA, Inês (2014) - **Pós-Trienal 2013: Relações instáveis entre eventos, arquiteturas e cidades.** [Acedido em 31 Mai. 2014] Disponível na Internet: [http://www.artecapital.net/arq\\_des-102-pos-trienal-2013-relacoes-instaveis-entre-eventos-arquitecturas-e-cidades-](http://www.artecapital.net/arq_des-102-pos-trienal-2013-relacoes-instaveis-entre-eventos-arquitecturas-e-cidades-)

MOUTINHO, Vera (2013). **Casa do Vapor: A casa vai abaixo: O que fica?** [Acedido em 10 de Jan. 2014] Disponível na Internet: <Http://www.publico.pt/portugal/jornal/a-casa-vai-abaixo-o-que-ficacasa-do-vapor-27242841>

MUSCHAMP, Herbert (1994). **Architecture View; Architecture As Social Action, And Vice Versa.** [Acedido em 11 de Feb. 2013] Disponível na Internet: <http://www.nytimes.com/1994/02/27/arts/architecture-view-architecture-as-social-action-and-vice-versa.html>

Organização das Nações Unidas (2005). **World Social Situation 2005: The Inequality Predicament.** [Acedido em 22 de Ago. 2013] Disponível na Internet: <http://www.un.org/esa/desa/desaNews/desa95.html#feature>

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2011). **Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising.** OCDE, 2011. ISBN: 978-92-64-11953-6 [Acedido em 22 de Ago. 2013] Disponível na Internet: [http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migration-health/the-causes-of-growing-inequalities-in-oecd-countries\\_9789264119536-en#page4](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migration-health/the-causes-of-growing-inequalities-in-oecd-countries_9789264119536-en#page4)

RAMÒS, Filipa (2013) **Exyzt, ConstructLab: Casa do Vapor.** [Acedido em 27 de Ago. 2013] Disponível na Internet: [http://www.domusweb.it/en/architecture/2013/08/06/casa\\_do\\_vapor.html](http://www.domusweb.it/en/architecture/2013/08/06/casa_do_vapor.html)

Royal Institute of British Architects (2010). **The Future for Architects.** [Acedido em 12 Mar. 2014] Disponível na Internet: <http://www.buildingfutures.org.uk/projects/building-futures/the-future-for-architects/the-future-for-architects-report/>

SCHNEIDER, Tatjana (2009). **What architects also do.** In **RIBA Research Symposium 2009: Changing Practices.** [Acedido em 12 Mar.



2014] Disponível na Internet: <http://www.architecture.com/TheRIBA/AboutUs/InfluencingPolicy/ResearchAndInnovation/ResearchSymposium/ResearchSymposium2009.aspx#.U29E1vmSySp>

SINCLAIR, Cameron (2006). **Cameron Sinclair fala de arquitetura de código aberto.** [Acedido em 12 de Jul. 2013] Disponível na Internet: [http://www.ted.com/talks/cameron\\_sinclair\\_on\\_open\\_source\\_architecture.html](http://www.ted.com/talks/cameron_sinclair_on_open_source_architecture.html)

VIDAL-FOLCH, Ignacio (2013). **Victoria Garriga: «La arquitectura contribuye a la felicidad o infelicidad de las personas».** [Acedido em 04 de Ago. 2013] Disponível na Internet: <http://www.jotdown.es/2013/05/victoria-garriga-la-arquitectura-contribuye-considerablemente-a-la-felicidad-o-infelicidad-de-las-personas/>

ZABALBEASCOA, Anatxu (2010). **Arquitectos con nuevas respuestas.** [Acedido em 16 de Ago. 2013] Disponível na Internet: [Http://elpais.com/diario/2010/10/10/eps/1286692015\\_850215.html](Http://elpais.com/diario/2010/10/10/eps/1286692015_850215.html)

## Sites

<Http://www.freshmadrid.com/> [Acedido em 16 de Ago. 2013]

<http://www.moov.pt/> [Acedido em 23 de Ago. 2013]

<Http://www.despachodepan.com/lapanaderia> [Acedido em 16 de Ago. 2013]

<Http://www.exyzt.org/> [Acedido em 24 de Ago. 2013]

<Http://openarchitecturenetwork.org/about> [Acedido em 13 de Ago. 2013]

<Http://www.andresjaque.net/cargadorproyectos.php?variable=38#> [Acedido em 12 de Ago. 2013]

<Http://www.revarqa.com/content/1/492/markus-bader/> [Acedido em 26 de Ago. 2013]

<Http://www.trienaldelisboa.com/pt/#/triennale/> [Acedido em 29 de Mai. 2014]

<Http://increasis.org/> [Acedido em 21 de Set. 2013]

1. Jornal Arquitectos (2013). Nº 247. (Capa)
2. GURRÍA, Angel (2011). **Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising**. OCDE. ISBN: 978-92-64-11953-6 (Capa)
3. GURRÍA, Angel (2011). **Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising**. OCDE. ISBN: 978-92-64-11953-6 p.24
4. MONTEYS, Xavier e outros eds. (2012). **Rehabitar en nueve episodios. Habitar - grupo de investigación**. Barcelona: Lampreave. ISBN: 978-84-616-0054-0. p.22
5. TEIXEIRA, Liliana Franco (2013). **Start-up Architecture! Repensar o espaço doméstico sob uma nova lógica de flexibilidade e adaptabilidade**. Coimbra: [s.n.]. p.42
6. <http://lacomunidad.elpais.com/danmacgill/2009/1/7/crisis-what-crisis-supertramp->
7. [http://www.nytimes.com/2010/01/05/business/global/05tower.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2010/01/05/business/global/05tower.html?_r=0)
8. [http://www.nytimes.com/interactive/2013/10/13/magazine/look-architecture-arms-race.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/interactive/2013/10/13/magazine/look-architecture-arms-race.html?_r=0)
9. <http://noticiasdoribatejo.blogs.sapo.pt/2592443.html>
10. <http://www.exyzt.org/be-utopian/>
11. <http://www.allartnews.com/wp-content/uploads/2011/10/Smoke-from-a-fire-rises-near-the-fire-damaged-Mandarin-Oriental-hotel.jpg>
12. [http://www.moma.org/collection/browse\\_results.php?criteria=O%3AAD%3AE%3A11904&page\\_number=7&template\\_id=1&sort\\_order=1](http://www.moma.org/collection/browse_results.php?criteria=O%3AAD%3AE%3A11904&page_number=7&template_id=1&sort_order=1)
13. [http://en.wikipedia.org/wiki/Constructivism\\_\(art\)#mediaviewer/File:Plakat\\_mayakowski\\_gross.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/Constructivism_(art)#mediaviewer/File:Plakat_mayakowski_gross.jpg)
14. [http://www.moma.org/collection/browse\\_results.php?criteria=O%3AAD%3AE%3A3569&page\\_number=18&template\\_id=1&sort\\_order=1](http://www.moma.org/collection/browse_results.php?criteria=O%3AAD%3AE%3A3569&page_number=18&template_id=1&sort_order=1)
15. [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d7/Congres\\_Team\\_10\\_in\\_Otterlo\\_-\\_Team\\_10\\_Meeting\\_in\\_Otterlo.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d7/Congres_Team_10_in_Otterlo_-_Team_10_Meeting_in_Otterlo.jpg)
16. OLIVEIRA, Joana Rafaela Fernandes de (2013). **Políticas de autor ou políticas sociais: Nuno Portas e o papel do arquitecto em Portugal**. Coimbra: [s.n.]. p.32

17. LAPA, Ivo César Pereira (2010). Tabula Non Rasa: Um enquadramento do trabalho dos Lacaton & Vassal no debate sobre o contexto. Coimbra: [s.n.]. p.12
18. BARREIROS, Mariana (2010). **Lugares radicais: O lúdico e o experimental na arquitectura e no urbanismo europeu, 1950-2010**. Coimbra: [s.n.]. p.122
19. Fotografia de Liliana Franco Teixeira
20. <http://shrapnelcontemporary.files.wordpress.com/2009/06/4metaflux02a.jpg?w=998&h=534>
21. Pavilhão Russo na Bienal de Arquitectura de Veneza de 2012
22. Domus 971 p.51
23. <http://ateliermob.com/tag/%23+155>
24. <http://www.brainpickings.org/wp-content/uploads/2012/01/architecture-without-architects4.jpg>
25. [http://www.spatialagency.net/2010/04/26/johnturner\\_2-960x1536.jpg](http://www.spatialagency.net/2010/04/26/johnturner_2-960x1536.jpg)
26. CRESPO, Omayra Rivera (2011). **Procesos de Participación: Proyectar, construir y habitar la vivienda contemporánea**. Barcelona: [s.n.]. p.153
27. <http://ateliermob.com/352577.html>
28. <http://www.exyzt.org/agenda/CASA-DO-VAPOR-eng.pdf>
29. <http://constructlab.net/projects/casa-do-vapor/>
30. <http://constructlab.net/projects/casa-do-vapor/>
31. OLIVEIRA, Joana Rafaela Fernandes de (2013). **Políticas de autor ou políticas sociais: Nuno Portas e o papel do arquitecto em Portugal**. Coimbra: [s.n.]. p.136
32. Domus 971 p.56
33. <http://www.recetasurbanas.net/index1.php?idioma=ESP&REF=1&ID=0002&IDM=i00806>
34. <http://www.recetasurbanas.net/index1.php?idioma=ESP&REF=1&ID=0003&IDM=i00810#img>
35. <http://www.recetasurbanas.net/index1.php?idioma=ESP&REF=1&ID=0003&IDM=i00808#img>

36. <http://www.recetasurbanas.net/v3/index.php/es/>
37. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=439278849434027&set=a.439278839434028.111312.126500177378564&type=1&theater>
38. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=753389718022937&set=a.753389644689611.1073741827.126500177378564&type=3&permPage=1>
39. <http://www.recetasurbanas.net/v3/index.php/es/component/joomd/proyectos/items/view/grua>
40. <http://laboratoireurbanismeinsurrectionnel.blogspot.pt/2012/01/m-tafuri-la-crise-de-lutopie-le.html>
41. <http://increasis.org/colonizacion-esqueleto-para-residencia-taller/>
42. <http://www.recetasurbanas.net/index1.php?idioma=ESP&REF=1&ID=0002>
43. <http://www.moov.pt/>
44. <http://www.moov.pt/>
45. TSCHUMI, Bernard (1994a). **Architecture and Disjunction**. The MIT Press. ISBN: 0262200945 p.100
46. LAPA, Ivo César Pereira (2010). **Tabula Non Rasa: Um enquadramento do trabalho dos Lacaton & Vassal no debate sobre o contexto**. Coimbra: [s.n.]. p.42
47. <http://archipressone.files.wordpress.com/2012/09/archigramw.gif>
48. [http://ad009cdnb.archdaily.net/wp-content/uploads/2013/07/51d719a5e8e44ebb50000029\\_ad-classics-the-plug-in-city-peter-cook-archigram-\\_749\\_medium-528x241.jpg](http://ad009cdnb.archdaily.net/wp-content/uploads/2013/07/51d719a5e8e44ebb50000029_ad-classics-the-plug-in-city-peter-cook-archigram-_749_medium-528x241.jpg)
49. <http://www.moma.org/visit/calendar/exhibitions/1313>
50. <http://www.domusweb.it/en/architecture/2012/10/03/ikea-disobedients-at-moma-ps1.html>
51. <http://www.arrebita.org/en/about-us/mission/>
52. <http://www.arrebita.org/en/about-us/modus-operandi/>
53. <http://arrebitaporto.blogspot.fr/>
54. [https://sunkyungoh.files.wordpress.com/2012/06/henri-lefebvre\\_la-production-de-l-espace\\_1974.jpg](https://sunkyungoh.files.wordpress.com/2012/06/henri-lefebvre_la-production-de-l-espace_1974.jpg)

55. Volume. Amesterdão: 2007, vol.14 ISBN: 987-90-77966-14-3. p.70

56. <http://openarchitecturenetwork.org/>

57. <http://www.arrebita.org/en>

FONTE DAS IMAGENS



ANEXOS





**João Carlos Alves:** Começo por fazer um apanhado das questões que quero colocar-te. Primeiro gostava de perceber como é que este projecto do *Arrebita!Porto* surge. Sei que nasce de um concurso de ideias promovido pela Fundação Gulbenkian e pela Fundação Talento. As primeiras perguntas relacionam-se com as motivações que te levaram a concorrer com este projecto. De seguida queria que me falasses sobre o projecto, como é que se estabeleceu e perceber como é que funciona em termos de logística, se são vocês que contactam as empresas e as entidades públicas, com que entidades procuram parcerias e como é que se estabelecem essas parcerias. Como é que é feita a identificação das estruturas a intervir? De seguida queria perceber um pouco como é que vocês trabalham, ou seja qual é a vossa metodologia, estratégia de intervenção. Que fases é que envolve? Por fim, as últimas perguntas seriam relacionadas com alguns temas que eu acho que o vosso trabalho envolve, nomeadamente este carácter que o atelier tem, de abranger outras áreas disciplinares para além da arquitectura, esta relação de coordenação que o arquitecto tem entre as diferentes áreas, e podendo desenvolver trabalhos não só na área disciplinar da arquitectura.

**José Paixão:** Eu se calhar começo mesmo por aí, dizendo que este não é um atelier de arquitectura. Nós somos um projecto social que tem uma missão social e recorre-se à arquitectura, como ferramenta, para produzir esse impacto pretendido. À arquitectura como a outras ferramentas, sendo elas a engenharia, design, comunicação, apoio jurídico, etc. Portanto, é a convergência de valências na sociedade em torno de uma missão colectiva. Esse é o ponto de partida. O ponto de partida aqui não é fazer arquitectura, mas é resolver um problema social, para o qual as competências de arquitectura são relevantes.

**JCA:** Ou seja, não é um atelier de arquitectura mas é a partir da arquitectura que se aspira resolver um problema?

**JP:** A partir da arquitectura e de outras ferramentas. O problema que visamos é intervir em edifícios devolutos e degradados do centro da cidade para os quais não existe outra solução. O que é que isto quer dizer? Reabilitações que

não foram feitas até agora e que não há perspectiva de virem a ser feitas por carência financeira de proprietários ou inquilinos, por se situarem em zonas problemáticas da cidade que não atraem investimento, por muito dificilmente ser justificado o investimento pelo retorno durante a sua exploração, etc. Intervimos através de projectos de reabilitação para os quais o mercado não consegue actuar, numa margem muito limitada, e complementando o esforço público e as iniciativas comerciais, no sentido da regeneração do centro da cidade. Portanto o *Arrebata!Porto* é uma solução através de um modelo alternativo que tem essa capacidade de intervir onde os outros não conseguem e nunca de forma concorrencial.

**JCA: Aproveito para te perguntar, uma vez que já definiste qual é a área de acção do vosso projecto, no fundo na tua resposta está implícito como vocês selecionam os edifícios e estruturas a intervir, como é realmente feita essa escolha? Vocês contactam os proprietários, fizeram uma análise do edificado da zona da sé?**

JP: Nós estamos a intervir num edifício que fica na Rua da Reboleira que serve como piloto, como exercício para testar a validade deste modelo. Foi seleccionado exactamente porque se inseria neste quadro. Era um edifício que estava abandonado há mais de vinte anos. Pertence à Câmara Municipal do Porto que, durante este período, se tentou desfazer dele sem qualquer sucesso. Por outro lado, a Câmara também não tem capacidade ou disponibilidade para intervir em todo o seu património, portanto é um bem público que nos pertence a todos e que está desperdiçado, que está inactivo. É especialmente neste tipo de casos, situados em zonas nobres da cidade que urgem ser dinamizadas, que nós queremos intervir. Eu posso-te falar do processo de selecção deste edifício, que foi feito em colaboração com a Câmara Municipal do Porto. Posso-te justificar que foi seleccionado por ser da Câmara, em primeiro lugar, para que a Câmara também tenha aqui um papel neste modelo. Nós pretendemos aqui reunir diferentes forças no mesmo sentido e a Câmara como poder local não se podia ausentar. Por isso, e também porque a Câmara concede ao projecto,

muito mais facilmente, uma utilidade pública e uma utilidade social, que é, não diria difícil, mas mais complexo de justificar em casos de particulares.

**JCA: Para um primeiro exercício parece mais fácil esta parceria com a Câmara, até para validar o projecto como tu dizias.**

JP: Exacto.

**JCA: Ou seja antes de partirem para o projecto, para a reabilitação, estabeleceram uma parceria com a Câmara, e aqui parece-me que foi bastante importante esta parceria.**

JP: Exactamente. Não só na figura da Câmara, mas também através dos seus diferentes órgãos. Este é um atelier da Porto Vivo, onde nós estamos instalados, onde é o nosso local de trabalho. A Porto Vivo presta-nos também apoio técnico, consultoria, fiscalização de obra. Nós, enquanto projecto, não estamos instituídos autonomamente, estamos incubados num outro organismo municipal que é a Fundação Porto Social, através da qual estabelecemos parcerias com terceiros, com fornecedores, com consultores, etc. Portanto, é a Câmara, através dos seus diferentes órgãos, que nos presta um apoio.

**JCA: As parcerias que vocês estabelecem com as empresas é feita através da Fundação Porto Social?**

JP: A Fundação Porto Social é, digamos, a nossa instituição de alojamento, a estrutura onde estamos incubados e que tem as competências e a personalidade legal para poder celebrar estas parcerias. Nós, nesta fase piloto, optamos por não avançar com uma constituição autónoma, exactamente porque seriam encargos acrescidos, para os quais não tínhamos experiência, e também porque estamos numa fase de experimentação. Existe aqui um risco associado, podendo o projecto não resultar e portanto invalidando a continuidade da organização. O plano, se tudo correr bem, como nós esperamos, conseguindo validar em meados do próximo ano este modelo, é emanciparmo-nos da fundação e constituirmos uma estrutura própria.

**JCA: O que é que te motivou a concorrer ao concurso “Faz - Ideias de origem portuguesa” com este projecto? Qual foi a motivação? Vias um problema e uma oportunidade nos centros, no caso, no centro histórico do Porto?**

JP: Sim. Há aqui duas coisas. Uma é a oportunidade proporcionada pelo concurso. Esta não era uma ideia premeditada, não era um sonho de infância, foi algo que surgiu em resposta a uma convocatória que foi lançada, com a qual eu me identifiquei, por ser imigrante há doze anos, erradicado e sem estar ligado ao país. Estimei este concurso e queria participar. Isto por um lado. E depois, por outro, a necessidade que me parecia muito imediata de reabilitar e de regenerar os centros das cidades portuguesas. Uma coisa que contrastava com a experiência que eu tinha por onde andei. Sempre que eu regressava não era só dramático, era inconcebível, era inadmissível. Havia aqui um problema óbvio à partida se eu tinha que eleger um para abordar.

**JCA: Consideras ou consideravas, na altura, que as entidades públicas e os arquitectos não estão/estavam sensibilizados para este problema da necessidade da revitalização dos centros?**

JP: O que eu acho, em relação aos arquitectos é que havia, se calhar, uma excessiva concentração no produto, na autoria e no desenho, e, se calhar, carecia alguma atenção a modelos para viabilizar esse resultado. Portanto, o projecto não parte da ideia de criar um edifício ou da ideia de reabilitar um edifício. Parte da ideia de regenerar o centro da cidade e criar um modelo que viabilize esse objectivo. O ponto de partida é aquele diagrama, que tu vês ali atrás, que encaixa todas as partes que estão envolvidas através de um sistema de trocas e contrapartidas. Nós não temos dinheiro, ou pelo menos é o que se diz, e também se dizia que ninguém ganhava com a reabilitação, portanto temos de criar aqui um modelo alternativo antes de pensarmos na concepção do edifício e nos aspectos técnicos que estão implicados num projecto deste género. A montante está um modelo que viabiliza esse processo. A arquitectura é uma disciplina técnica, tem de se focar nessa dimensão, mas também tem um plano social, e portanto às vezes, se calhar, falta a capacidade de conseguir

interagir com outros agentes, por forma a viabilizar as soluções, e não delegar isso para outras entidades, outros gestores, assumindo também a arquitectura dessa responsabilidade directa.

**JCA: Depreendo, pela resposta a esta pergunta, que consideras que há uma responsabilidade do arquitecto em dar resposta a alguns dos problemas da sociedade, nomeadamente aqueles que passam pela arquitectura.**

JP: Não só dos arquitectos. Eu acho que todos, em todas as profissões.

**JCA: A falta de meios não pode ser vista como uma desculpa para intervir?**

JP: A falta de meios não pode ser negligenciada. Tem de ser compreendida e tem de ser solucionada, mas isto não impede que se tente agir através de outros mecanismos, criando ferramentas, abrindo novos caminhos. Portanto há aqui duas faces da mesma moeda. Por um lado, compreender a conjuntura, as dificuldades, as exigências e tentar trabalhar nas raízes do problema. O projecto *Arrebita!* não vai resolver, nem o problema do abandono dos centros das cidades, nem, numa escala maior, o problema da conjuntura económico-social do país. Por outro lado, em paralelo, eu acho que é importante sermos pró-activos e tentarmos dar o contributo na medida das nossas possibilidades, para contornar estas dificuldades. O valor do *Arrebita!* está, exactamente, em ser um projecto agregador, um projecto aberto, e quase que inovador, no sentido em que é positivo e, de facto, consegue ultrapassar as dificuldades impostas pelas circunstâncias.

**JCA: Recordo-me de uma entrevista tua à RTP, no qual descrevias o projecto como sendo, e ainda agora o disseste, uma ideia diferente, “*outside the box*”, assim a chamaste. Poderia dizer-se que este vosso atelier não se encaixa num modelo tradicional? Faço esta pergunta, por um lado, porque o vosso objectivo não é produzir valor económico para o atelier, e por outro porque surge da identificação de um problema na cidade e da vossa vontade em apresentar uma solução, sem que tenham sido solicitados a fazê-lo.**

JP: Eu começo por dizer que não é um atelier. É a tal história, ‘nem tudo o que parece é’. Aqui o conceito de projecto não é um conceito de projecto tal como concebido na arquitectura. É um projecto na medida em que aqui se desenha um modelo para combater um problema social. A arquitectura é apenas uma ferramenta, uma peça chave, entre outras, para a concretização desse resultado.

**JCA: Consideras, então, este vosso projecto mais como um veículo para atingir um fim, possibilitando que outras pessoas possam também participar, intervir?**

JP: Sim, exactamente.

**JPA: O trabalho que vocês fazem não é arquitectura? Tu já disseste que não é um atelier.**

JP: É arquitectura ao serviço. O que eu me recuso é a estar a destacar a arquitectura entre as outras ferramentas que nós usamos. Mais do que um projecto de arquitectura ou um atelier de arquitectura é um projecto de comunicação, no sentido em que só é possível se nós conseguirmos transmitir o que fazemos, dando retorno e conhecimento às partes envolvidas. Se conseguirmos convocar as pessoas a participar e se tornar o tal veículo, a tal oportunidade para aqueles que estão sensibilizados para o problema poderem ter um papel relevante na sua resolução. É um projecto de comunicação que se faz nos dois sentidos de dentro para fora, apelando também à participação. Por isso, tão relevante como ter competências profissionais ao nível da arquitectura, da engenharia, etc., há que tê-los também ao nível da comunicação.

**JCA: O vosso projecto é feito de cooperação, de coordenação entre diferentes áreas, de comunicação, como me dizias agora. A comunidade é também um factor importante no projecto?**

JP: Eu diria que até agora, neste ano e pouco de actividade, que essa se calhar tem sido a nossa maior falha. Não temos conseguido potenciar, tanto quanto

desejariamos, a participação local no projecto. Há diferentes factores que podem justificar esse facto, como o facto de os trabalhos que têm sido desenvolvidos até agora, terem sido sobretudo técnicos, e que não são muito acessíveis. Não sei se será isso, mas se calhar termo-nos fechado um bocado dentro das questões das minúcias técnicas do projecto não tem permitido estabelecer o *link* com a comunidade.

**JCA: Vocês têm agora a reabilitação de um edifício em andamento. Podes falar-me da forma como vocês trabalham?**

JP: Nós começamos em Abril de 2012. Os primeiros meses foram de inspecção, diagnostico, levantamento, etc. Desde então desenvolveu-se a arquitectura, as especialidades, a especificação de soluções consoante as parcerias que íamos estabelecendo com fornecedores e afins, a parte de medições, que foi entretanto concluída, prospecções arqueológicas. Portanto, toda esta parte de instrução de processo foi terminada recentemente e estamos agora numa fase de transição para a entrada em obra, havendo diversos caminhos que se afiguram para a realização do trabalho. A participação de um empreiteiro é imprescindível, construtores, uma vez que não temos alvará de construção e precisamos desse enquadramento para a empreitada e de *know-how* para formar e orientar as equipas na aplicação das técnicas e na execução dos trabalhos. Precisamos da cedência também de algum equipamento mais pesado e mesmo a afetação de alguns recursos para a realização de tarefas mais exigentes e de maior risco. Esta é também uma peça fundamental, um pilar, no projecto. Aqui temos diferentes opções em cima da mesa que estamos a explorar para que se possa consumir essa parceria e se possa dar seguimento ao projecto.

**JCA: Relativamente ao programa, e voltando à questão da participação da comunidade no projecto, num dos vídeos publicados no jornal Público, falavas de um programa de carácter público para o piso do rés-do-chão. Como é que é feita a definição do programa?**

JP: Surgiu de algumas condicionantes impostas pela Câmara, que é o pro-



prietário, e aqui nós estamos a prestar um serviço e não estamos a adquirir a propriedade. A propriedade mantém-se em sede da Câmara Municipal e nós apenas exigimos que a sua exploração seja de natureza social para reforçar mais uma vez este aspecto de não ser concorrencial ao mercado, de não haver uma rentabilização própria, mas sim um benefício público. Também associado à missão de combater o abandono está a função programática de habitação. Quanto ao piso térreo, apesar de estar definido como sendo um programa público, nós optámos por aguardar um pouco mais pelo desenrolar do processo, para também, se calhar já de uma forma mais credibilizada pelos primeiros resultados que se conseguem ver deste esforço, definir em conjunto com a Câmara qual a solução que interessa a ambas a partes.

**JCA: Embora a vossa primeira reabilitação venha a estar concluída em 2014, será uma preocupação vossa manter um contacto com a obra depois de concluída? Ou seja, pensas que o trabalho do arquitecto termina com a conclusão da obra?**

JP: A minha função neste projecto não é na qualidade de arquitecto, é na qualidade de coordenador que é muito diferente. Eu não estive envolvido, de todo, no processo de elaboração da arquitectura ou qualquer aspecto técnico. Para isso existem as equipas de jovens profissionais e existem também coordenadores técnicos que fazem parte do núcleo de coordenação do projecto. A minha função é fazer gestão de parcerias, fazer abordagens, relações públicas, etc. Contudo, eu respondo-te de uma outra forma. Eu acho que o projecto *Arrebita!Porto* de forma alguma se desvincula do seu produto, até por ser o seu piloto. Este é também um dos aspectos que faz com que o projecto seja tão atractivo para as empresas, o facto de a sua contribuição permanecer na forma de um edifício, com um reconhecimento duradouro, na medida em que é um contributo para a cidade que permanecerá. Nesse sentido é fundamental continuar a acompanhar toda a ocupação e utilização do edifício e também fazer sempre a avaliação dos resultados. Avaliação após a conclusão deste processo de reabilitação, mas também a avaliação contínua de como é que o processo

de exploração tem sido gerido, sempre com um esforço de tentar otimizar o modelo. O modelo de selecção, o modelo de execução e depois o modelo de gestão.

**JCA: É importante para vocês manter o contacto até para melhorar no futuro o projecto e as estratégias de actuação.**

JP: Exactamente.

**JCA: Nesta relação, que vocês mantêm com as entidades públicas, as empresas, as universidades, achas que se poderia considerar este vosso projecto como um exemplo de aproximação entre as universidades, as empresas e a sociedade? Numa altura em que, muitas vezes se fala que as universidades vivem um pouco ausentes da realidade social e também desligadas do contexto empresarial.**

JP: Eu vejo o potencial, eu vejo um potencial enorme sinceramente, porque o grande valor do projecto é a rede que está montada na prática no terreno, uma rede que se vai consolidando. Há um *know-how* nesta gestão que eu acho que pode ser aproveitado de forma muito útil também pelas faculdades para testarem os conhecimentos na prática, no terreno, numa relação de simbiose que resulte em benefício para ambas as partes. Eu acho que existe um potencial enorme que não está a ser aproveitado como poderia. Mas é a tal coisa, este é um projecto-piloto, há aqui muito para se melhorar e eu acho que este é, de facto, um dos aspectos que não se está a reflectir tal como eu tinha previsto na prática.

**JCA: Têm encontrado alguma dificuldade nesta relação? Que feedback é que têm recebido? Estás-me agora a falar das faculdades que não tem corrido como tinham previsto.**

JP: Por um lado o papel das faculdades seria de prestar um apoio de supervisão. Esta é a nossa necessidade que seria satisfeita pela contribuição das faculdades. E, por outro lado, as faculdades retiravam daqui os tais casos de estu-

do, o tal acesso à prática, onde testar, onde demonstrar, onde criar exercícios, onde ensinar, etc. Esta relação não tem existido. Por um lado, não tem existido de todo no aproveitamento, eu acho, dos casos de estudo. E são esporádicas e casuísticas as vezes em que nós temos situações deste género, em que a experiência que está criada é útil para a criação de conhecimento e para este esforço de racionalização que é importante. É também importante para nós refletirmos segundo uma perspectiva crítica, para conseguirmos aprender a partir daí, e de uma forma comparativa. Não tem acontecido e o apoio que temos recebido, de facto tem havido um apoio, é um apoio muito mais pessoal do que institucional. Apesar de ser de uma professora da Faculdade de Arquitectura e apesar de haver um enquadramento protocolar que nos vincula, a instituição e o projecto, na prática, a sua tradução é um apoio a título pessoal de uma professora da faculdade. Isto tem sido um bocado por nós termos tido muita mais facilidade em satisfazer as nossas necessidades através de parcerias empresariais. Olhando para a rede que está montada verifica-se facilmente a quantidade de consultores das mais diversas especialidades que temos, do lado da engenharia, por exemplo, que prestam apoio, em detrimento das faculdades.

**JCA: Com a Faculdade de Engenharia passa-se o mesmo?**

JP: Exactamente, passa-se exactamente o mesmo. Acho que há muito mais maleabilidade e agilidade por parte das empresas em se decidir e em concretizar essa vontade na prática, do que por parte das faculdades. Mas eu não estou a criticar ou a acusar qualquer uma das partes. Nós também somos responsáveis por não termos efetivado e promovido essa parceria tanto quanto podíamos. Mas, de facto, não passou de um apoio institucional e eu acho que há aqui muito potencial que não está a ser aproveitado.

**JCA: Falando agora dos colaboradores que são estudantes.**

JP: São sobretudo jovens recém formados. Mas, se calhar, falavas diretamente com eles, para conheceres a experiência deles.

**JCA: Como é que vocês conheceram o projecto? Como é que iniciaram a vossa participação no *Arrebital!Porto*?**

Bruno Costa: Eu conheci o projecto através da difusão mediática que teve na altura e depois acabei por ter, também, vários amigos envolvidos no *Arrebital!*. Sempre me interessou o projecto e sempre estive com esta ideia de participar no *Arrebital!*, já há bastante tempo. Depois tive a oportunidade, inscrevi-me e comecei agora o trabalho. Iniciamos o trabalho há um mês todos e entramos numa fase quase transitória, entre a fase de projecto, dar os últimos retoques, e a partir para a fase de construção. Embora o projecto como o José disse não é só um projecto de arquitectura e acabamos por estar envolvidos em diferentes campos, a fazer outro tipo de campanhas para projecto, a participar em *workshops* de seminários. O Projecto é muito dinâmico nesse aspecto porque acabamos por estar envolvidos em vários acontecimentos e não apenas na produção arquitectónica, dita física.

**JCA: O facto de não estares só envolvido na arquitectura ou na engenharia e poderes também desenvolver trabalho noutras áreas, também o lado prático e o objectivo social do projecto, foram factores que vos motivaram?**

BC: Motivou-me mais participar na fase de construção, porque é, realmente, aquele papel que o arquitecto acaba por nunca ter na construção do edifício, embora faça acompanhamento de obra etc. Nunca põe as mãos na massa e acho interessante que isso se faça, aprendendo no local, com outros meios e de forma mais eficiente. Por vezes mesmo em obra notamos que o construtor civil tem um entendimento muito mais aprofundado de construção do que nós, porque, realmente, põe as mãos na massa. Depois sim, a função social do projecto foi o dado mais decisivo que levou a que eu me candidatasse, ainda mais no Porto, uma cidade com a qual eu tenho uma ligação sentimental forte, que está realmente a necessitar. Este projecto era urgente para a cidade, porque as instituições camarárias não estavam a sortir todo o efeito necessário. Este projecto tem um carácter diferente e acho que era necessário.

Cláudia Ribeiro: Eu conheci o projecto através de pessoas que estiveram cá. O que me interessou foi este carácter social muito forte e a solução que tem, que acho muito indicada. Se resultar, tenho a certeza que vai resultar, é incrível. É contrapor tudo o que está a ser feito agora, mesmo a ideia do arquitecto, da arquitectura, que se calhar não passa tanto pela estetização, mas realmente por pôr em prática e resolver questões que são importantes, nos dias de hoje, nas sociedades em todo o mundo.

**JCA: Vocês vêm este projecto a ser expandido para outras cidades, talvez portuguesas, e para outras áreas da cidade que não só os centros? Pensaram nisso? Veem essa necessidade?**

BC: Acho que essa resposta tem de ser dada, em primeiro lugar, pelo José que ele é que tem em mente o que pensou para o projecto. Mas sim, acho que é um modelo, tanto quanto eu conheço do modelo, acho que é um modelo adaptável a outras circunstâncias. No entanto, julgo que será mais directa a sua adaptação a centros históricos não operacionais como o Porto, mais há uns anos até, centros históricos completamente parados e congelados por várias dinâmicas que não funcionam como a lei das rendas. Há muitos problemas envolvidos nisto, não vale a pena começar a falar sequer. Acho que a intervenção no centro da cidade é mais directa porque encontramos edifícios em tal estado de degradação e em zonas não atractivas que o seu valor de mercado é quase nulo e então será mais fácil. Mais fácil e mais complicado ao mesmo tempo. Para não fazermos parte desta concorrência de mercado são edifícios que são mais apetecíveis para este tipo de projecto.

Yuri Piffer: Mas eu acho que é possível sim aplicar. Porque, primeiramente, nasce de uma ideia de um valor de troca. Isso vai acontecer, isso está acontecendo, então eu acho que isso é possível sim. Me parece que nos próximos anos mundiais haverá muita gente capacitada sem poder aplicar a seu trabalho. Eu acho que estas pessoas vão conseguir seguir a sua vida se elas se conseguirem adaptar a um valor de troca local. Algumas favelas do Brasil começam a fazer isso. São lugares muito pobres, elas não conseguem crescer com dinheiro, com

o real, e eles criaram ali um valor de troca, uma troca de um serviço, uma moeda local. Isso tem funcionado e dinamizado a região.

**JCA: Ou seja, esta é também uma das características do projecto, criar valor a partir da troca de serviços, sem que haja a necessidade de troca de dinheiro?**

YP: Eu vejo isso como um grande potencial.

JP: Só para colmatar aquela questão da escalabilidade do projecto. Eu acho que é adaptável a outros casos mantendo o princípio de actuar onde as soluções existentes não surtem efeito e onde o impacto pode ser maior. A ideia dos centros históricos era exactamente por cumprir estes requisitos. Agora, se calhar, as coisas estão a mudar. De facto, o Porto parece um estaleiro e, por isso, pode haver a legitimidade de equacionar intervir noutras áreas da cidade, que careçam de intervenção também, e para as quais não existam outras soluções.

**JCA: Antes disseste que este não era um atelier de arquitectura. Tendo em conta a vossa experiência, parece-te mais fácil, tratar as questões sociais às quais a arquitectura pode dar resposta, por não ser um atelier, por não terem a preocupação de criarem valor económico para o atelier? Há mais liberdade para responder ao que é realmente essencial?**

JP: O projecto tem de ser sustentável. Eu acho que aqui a diferença pode ser na missão do projecto. O projecto, de facto, não tem como missão gerar lucro, tem como missão criar valor social, mas tem que ser sustentável e, portanto, a questão económica e a questão financeira não podem ser desprezadas, tal como acontece num atelier tradicional, que tem que gerar receita suficiente para ser sustentável.

**JCA: Ou seja, vocês geram receita.**

JP: Exactamente. Existe aqui a necessidade de criar fontes de receita que possam garantir a auto-sustentabilidade do projecto, não necessariamente o lucro. E mesmo que haja lucro, que neste momento não há, tem de ser enca-

minhado para o reforço da solução, o que nos distingue, se calhar, de uma empresa. Eu aqui não punha a questão tanto ao nível de atelier de arquitectura ou não-atelier de arquitectura, mas antes entre empresa comercial e empresa social ou empresa comercial e projecto sem fins lucrativos.

**JCA: Na medida em que não surge da resposta a uma solicitação de um cliente, poder-se-ia dizer que o vosso trabalho é arquitectura não solicitada? São vocês a definir o programa para cada edifício, o local a intervir e o orçamento?**

JP: Não é bem assim. É a tal história de trabalharmos sempre em sintonia, em coordenação com todas as partes. O envolvimento, quer do proprietário, neste caso da Câmara Municipal, quer dos fornecedores, bem como a limitação dos recursos que temos, obriga a uma gestão muito equilibrada e exigente, não só ao nível de recursos, mas também de expectativas, de retornos. Não é um modelo em que eu apresento uma solução fechada, mas em que uma solução é construída colectivamente e em que todas as partes desempenham um papel igualmente importante, não numa relação de cliente ou usuário e prestador de serviços, mas numa relação de parceiros. Mesmo os beneficiários finais serão parceiros, na medida em que estarão de alguma forma a contribuir também para este modelo.

**JCA: Voltando à ideia de pensar diferente, se calhar peço-te mais a tua opinião pessoal, porque a pergunta poderá não ter a ver com o projecto. Tendo em conta também o contexto actual, a saturação do mercado de trabalho, não se torna cada vez mais necessário que o arquitecto pense “*outside the box*” e não apenas em sobreviver projetando edifícios?**

JP: Eu acho que tem a ver com o projecto, porque é um bocado o que o projecto faz. Como eu já te expliquei também, o nosso ponto de partida não foi impor ou fazer autoria de uma solução. O projecto foi construir uma solução colectivamente e é um projecto que é construído diariamente. Não é um projecto fechado, não foi e nunca o será. É um projecto que está sempre em

evolução, que aproveita as oportunidades que vão surgindo e as valências que se vão disponibilizando. Não existe aqui nenhum protagonismo principal de um maestro ou de um iluminado que impõe uma solução. Portanto, é uma solução colectiva, aberta a todos, no qual todos podem desempenhar um papel importante. É essa que se pretende que seja a grande inovação, que esperamos que se reflita num produto inovador no domínio da arquitectura.

**JCA: Ainda no sentido da pergunta anterior, penso que já falaste um pouco sobre isso, mas tu és, corrige-me se estiver enganado, o assessor, o orientador, o comunicador, falavas há pouco que eras o relações públicas,** embora tenhas dito que não vias esse teu trabalho como sendo de arquitecto. De qualquer forma, a minha pergunta é se o papel do arquitecto pode passar também por colocar os seus conhecimentos à disposição de indivíduos que tenham vontade de actuar, concretizar uma ideia de arquitectura, servindo, o arquitecto apenas como orientador, mediador ou assessor?

JP: Eu acho que a definição é pouco importante. Para mim é sempre ridículo ver empresas pequenas, cujo único sócio tem na sua assinatura CEO. Eu acho que esta catalogação é o menos importante. Eu acho que o importante é, se calhar, pensarmos nas competências que são desenvolvidas durante a formação de um arquitecto e qual o potencial que elas têm para criar consensos, para criar pontes e convergências. Eu acho que, de facto, olhando para as competências e características de um arquitecto vemos alguém que consegue pensar a diversas escalas, que consegue pensar em diversas linguagens, que consegue fazer essa tal inter-relação, essa coordenação e essa gestão que pode ser extrapolada de um edifício para questões sociais e para questões publicas.

**JCA: Que benefícios é que pensas que se podem retirar de projectos como o *Arrebita!Porto*?**

JP: Respondendo muito sinteticamente, para além do produto, do efeito e do impacto pretendido, acho que a grande mais valia está no processo. Um processo em que, no seu desenrolar, as partes vão aferindo benefícios, sem ter



de aguardar pelo final e pelo produto para rentabilizá-lo e gerar valor. Essa é a ideia de um ganhar constante e contínuo, quer pelas mais-valias para os jovens profissionais e pelas contrapartidas para as empresas, quer pela geração de conhecimento para as faculdades, etc., que acontece de uma forma continuada no processo.

**JCA: Quais é que pensas que podem ser os desafios e exigências para o arquitecto e para a arquitectura no contexto actual?**

JP: Eu acho que seria interessante os arquitectos pensarem a montante do edifício e a montante do projecto de arquitectura. No sentido do que eu estava a dizer, em todo o processo de bastidores, se quisermos, em todo o processo de coordenação e de gestão e de tomadas de decisões, etc. Que possam viabilizar essa concretização na qual os arquitectos têm todas as competências para terem sucesso.

**JCA: A tua opinião seria mais processo e menos objecto?**

JP: Eu não quero desprezar aqui o objecto, mas eu acho que para que o objecto se torne, de facto, objecto existe todo um terreno circunstancial que tem de acontecer. E acho que o arquitecto pode também intervir nesse sentido para que ele próprio ganhe com a concretização do objecto.

**João Carlos Alves: Recorrendo a abordagens e ferramentas próprias de outras disciplinas, os vossos trabalhos procuram, de alguma forma, dar resposta ou chamar à atenção para determinado problema social. Consideras que a arquitectura tem uma responsabilidade social? E se sim, quais pensas que são as limitações da arquitectura nesse sentido?**

António Louro: Obviamente a arquitectura tem uma responsabilidade social. Há, desde logo, duas limitações óbvias que são políticas e económicas. Ou seja, tu enquanto arquitecto podes desenvolver uma serie de trabalhos de forma não solicitada, pró-activa, mas que estão sempre limitados aos meios financeiros que consegues convocar para fazer a obra e também à recepção política que ela vai ter. O que eu quero dizer com isso é que podes actuar nas franjas e, nós já fizemos isso. Procurar fazer as coisas sem licenciamento, mas é óbvio que aí estás limitado a um determinado tipo de escala de intervenção. Pensar que vais mudar a cidade sem envolver quem realmente dirige, a classe política, e sem envolver os meios económicos, que são aqueles que te podem dar capital para fazer as coisas, não faz sentido.

**JCA: O vosso atelier desenvolveu dois projectos que identificaram como não solicitados.**

AL: Quais eram?

**JCA: Um deles era o “SWARS” que achei bastante interessante porque me pareceu ser uma crítica a um “tipo” de arquitectura que se faz actualmente. O outro era o “I5”. Como foi feita a bordagem as estes projectos? Como é que trabalham neste sentido da não solicitação?**

AL: Há uma questão muito importante, quando é um trabalho não solicitado, de alguma forma tem de nos divertir. Temos de ser felizes a fazê-lo senão não vale a pena. Portanto tem de ser uma coisa que nos desperte interesse. Depois há sempre circunstâncias, que não te consigo explicar, que nos empurram para determinado tipo de trabalho. No “SWARS” nós trabalhamos com outro atelier que são os Dass. O David Seabra [atelier Dass] estudou comigo, portanto

somos amigos desde a universidade e já nos apetecia trabalhar juntos. Na primeira edição da Trienal de Arquitectura houve uma exposição chamada “Arquitecturas Digitais” para a qual fomos convidados. Embora tenhamos achado que não fazia muito sentido, porque utilizamos o digital apenas como ferramenta e não nunca como meio de concepção do trabalho, aceitámos o desafio. Convidámos o David para trabalhar connosco, porque achámos que fazia sentido e seria interessante. Já que nos tinham convidado para estar na Trienal, o melhor era que fizéssemos uma crítica bem-humorada ao sistema de referências da própria arquitectura. Desenvolvemos para essa exposição um pequeno trailer de um filme que nunca iria existir, sobre a arquitectura portuguesa adaptado ao ambiente da Guerra das Estrelas. Basicamente convertimos uma serie de edifícios, mais ou menos conhecidos, de arquitectos portugueses, transformámo-los em naves a combaterem entre si. “Esta coisa de rivalidade”. E depois mais tarde gostámos da ideia, quisemos desenvolvê-la à escala mundial, em jeito de reflexão sobre o *star-system*, procurando também perceber como é que a arquitectura pode trabalhar com sistemas operacionais que não são totalmente característicos da arquitectura. Aqui estou a falar da figura do *remix*, por exemplo, que é muito caro aos músicos que pegam em várias músicas e as misturam. Nós achamos que poderia ser interessante esta coisa de pegar num edifício e reinterpretá-lo. E de repente o que era um edifício passa a ser uma nave. E é óbvio que há muitos edifícios sobre os quais se diz “parece um ovni”. E nós quisemos um bocadinho levar essa expressão ao extremo.

**JCA: Portanto o projecto “SWARS” pode ser visto como uma crítica ao *mainstream* da arquitectura?**

AL: Era uma crítica, mas era também uma questão de trabalhar com uma serie de edifícios que tinham características que, na nossa opinião, podiam ser inspiração para outra coisa que não edifícios e, sobretudo, esticar as fronteiras da disciplina. Porque não pegar em edifícios e passá-los para o espaço digital em confronto com outros tipos de ambientes e outro tipo de pessoas que

não aqueles para o qual foram pensados. Mas também é preciso dizer que os edifícios que lá estão são edifícios que nós admiramos e gostamos. Ou seja, é verdade que existe um *star-system*, mas muitos desses arquitectos produzem obras de arquitectura verdadeiramente incríveis. Agora se elas são produzidas porque existe o *star-system* ou o contrário, não sei. Interessou-nos mandar achas para a fogueira e depois logo ver. Foi interessante, porque nós queríamos fazer um trailer de dois minutos, a tal ideia de trailer para filme que nunca iria existir, depois acabamos por não conseguir reunir os meios técnicos necessários para fazer o trailer tal como nós o queríamos e transformamos o *storyboard* numa banda desenhada. Foi a fuga para a frente. Cerca de um ano depois de termos feito a banda desenhada há aquele incêndio do edifício dos OMA em Pequim. Eles têm o CCTV, mas ao lado do CCTV há outro edifício que serve de apoio, um edifício gigante. Esse edifício ardeu, em 2009, e quando arde marca um bocado o fim do *star-system*. De lá para cá veio a crise, os arquitectos tiveram de se tornar muito mais objectivos e muito menos de gestos gratuitos e a banda desenhada sai um bocadinho fora de tempo. É uma crítica de uma coisa que já não existe, mas isso é muito comum hoje. Tu comesças a pensar numa coisa, quando tentas pôr cá para fora algo, a própria realidade já é diferente.

**JCA: Pensas que a realidade na arquitectura está a mudar motivada pela crise? Como vês o grau de compromisso dos arquitectos portugueses com as questões sociais?**

AL: Eu acho que é bastante reduzido e acho que muitos deles estão a ser empurrados para essas questões mais por uma questão de tendência e de moda do que propriamente por convicção. Se me perguntares, é bom, ou seja é preciso é que eles trabalhem mais nesse sentido. Porque é que eles chegam lá? Há uns por motivos mais nobres e outros menos, mas é bom. Isto é um modo mais prático de fazeres arquitectura e tentares ajudar de um modo directo as pessoas que mais precisam. O arquitecto e a questão social têm uma longa história. Hoje em dia, e isso é que eu acho que é um bocadinho novo, há uma

ligação estreita entre um certo trabalho de arquitectura que se preocupa mais com o que é possível, ou seja bastante mais realista e bastante mais táctica, no sentido em que procura práticas que possam ser construídas num curto espaço de tempo.

**JCA: Falavas dos bairros sociais. É claro que a questão social sempre esteve presente na arquitectura. A minha pergunta é se vias o compromisso do arquitecto a trabalhar nesse sentido sem ter sido solicitado a fazê-lo, mesmo quando convocado para determinado projecto cujas preocupações sociais não são, à partida, uma condicionante?**

AL: Eu diria, sendo absolutamente sincero, não. Vamos ser sinceros, arquitectura é uma coisa para ricos e tu vês as casas que tu admiras e os edifícios, aquilo são coisas muito dispendiosas. Dos melhores exercícios que eu gosto de fazer é abrir aqueles livros que dizem *low-budget houses* e etc. e eu parto-me a rir. Porque aquilo continua a ser tudo para ricos. Portanto fazer um exercício de contenção e de trabalhar um bocadinho com a escassez, eu acho que hoje em dia nós estamos mais bem preparados para o fazer, mas lá está é muito importante não vivermos isolados. Tu estás a trabalhar para alguém que tem expectativas. Coisas que tu achas que são interessantes, como por exemplo o betão à vista, essas pessoas acham pobre, porque têm um conjunto de referências através das quais identificam o que é a arquitectura. E depois não têm a capacidade para conseguir distinguir que tu usares uma serie de materiais sem um tipo de revestimento, por exemplo, pode ser uma resposta para a escassez. Acham que a coisa está inacabada. Tu enquanto arquitecto se quiseses trabalhar esse tipo de soluções passa muito também por estabeleceres diálogo e desceres tu um bocadinho ao meio onde estás a intervir.

**JCA: Quais é que pensas serem os problemas da cidade contemporânea e da sociedade a que os arquitectos podem dar resposta?**

AL: Essas perguntas tão abstractas são complicadas. Vou-te dar uma resposta contraditória. Eu não acho que a cidade contemporânea tenha grandes

problemas e ao mesmo tempo acho que tem muitos.

**JCA: São problemas mais pontuais que não requerem grandes soluções?**

AL: Ou seja, existe uma inteligência arquitectónica que é específica e que não tem a ver só como nós desenhámos. Tem a ver com o modo como nós encaramos os problemas. Consigo-te dizer isto porque aqui no atelier já trabalhamos com vários técnicos e vários artistas de outros campos, e há claramente um modo diferente de abordar os problemas em arquitectura, e até de os visualizar. Eu acho que essa inteligência arquitectónica pode ser interessante para resolver uma série de problemas imediatos, que é o que raramente acontece. O arquitecto é aquele que é chamado para pensar uma coisa que tem que ficar lá vinte anos, trinta anos. Nesse sentido, a deslocação, mais por necessidade do que por querer, do arquitecto para campos mais efémeras, e que não tem a ver só com a capacidade de fazer uma série de acções de carácter artístico, mas também com acções funcionais, é interessante e pode dar resposta a uma série de problemas. Como a sociedade acelerou há problemas que também são efémeras.

**JCA: Vocês tinham um estúdio que era o *Moovlab*, que entretanto agregaram ao *MOOV*. De que forma o trabalho desenvolvido no *Moovlab* com um carácter experimental e de pesquisa influenciou os vossos projectos?**

AL: Contaminou o nosso trabalho de uma forma inconsciente. O *Moovlab* acaba por se fundir com o *MOOV* porque às tantas já não fazia sentido a distinção. As coisas começaram-se a cruzar de tal modo que temos aqui dois nomes para duas coisas que são a mesma coisa. A questão é que, sobretudo, no *Moovlab*, nós fazíamos coisas muito efémeras, instalações no espaço público, mais tácticas. Mas depois esta maneira de pensar as coisas de uma forma mais realística contamina a forma como tu fazes arquitectura e às tantas já não estás a planear tudo, deixando muitas coisas abertas para as pessoas, que vêm habitar ou utilizar a tua arquitectura, possam também elas alterar o espaço. Isso, eu acho, é uma coisa que veio do trabalho desenvolvido no *Moovlab*,

um trabalho que procuramos que fosse sempre interactivo, não no sentido tecnológico, mas no sentido de convidar as pessoas a tocar e a, de alguma forma, mudar/alterar o espaço.

**JCA: Mantêm alguma relação com as universidades? Tendo em conta esta vossa experiência, pensas que as universidades sairiam beneficiadas se concentrassem os seus programas mais na pesquisa e na experimentação, também em torno das transformações que ocorrem na sociedade?**

AL: Eu sou professor e tu estavas a fazer a questão e eu estava-me a lembrar dos meus alunos. Não sei se precisa. Por exemplo, embora eu encaminhe os meus alunos nesse sentido por defeito profissional, dado o que eu faço, eu acho que a geração mais nova é naturalmente interessada por esse tipo de assuntos, muito mais do que os seus professores. O que eu acho é que, mais do que a universidade se tentar focar nesses temas, não deve cortar as asas aos alunos quando eles querem experimentar esse tipo de coisas. Quando tu lanças um exercício, há várias formas de o fazer. Já tive várias discussões de júri sobre trabalhos em que os alunos propunham soluções mais efémeras, mais programáticas e menos desenhadas, porque havia pouca aceitação dos professores a isso, porque pensam que é uma fuga para a frente. Aí, o que eu acho que se deve fazer é respaldar as costas dos alunos e dizer isto pode ser um caminho e é interessante que tu penses assim. Mas, por outro lado, a universidade tem de preparar também um bocadinho para a vida e é fundamental que se saiba desenhar, ou seja, saber dominar as ferramentas clássicas de arquitectura. Eu acho que estas questões, mais da exploração no sentido de saber como é que se pode esticar os limites da disciplina deve ser uma coisa a estar sempre presente, no consciente dos alunos, e deve ser fomentada. Não sei se tem de ser o cerne do programa. Pode ser o cerne de um exercício, do programa não sei se tanto, porque aquilo que faz a inteligência específica da arquitectura é o modo como ela é ensinada. Sobretudo, eu acredito muito, que uma formação em arquitectura é, no mínimo, dez anos, o que significa que tens uma primeira parte que é fortemente marcada pela academia e tens uma segunda parte, que

eu acho que anda à volta dos cinco anos, que é fundamentalmente marcada pelos teus interesses, por aquilo que procuras fazer. Só depois desses dez anos estás preparado, definindo se queres ter uma prática mais convencional, menos convencional, etc. Portanto, não me preocupa muito que a academia formate um pouco os alunos, porque eles a seguir vão seguir o seu caminho. No fundo, resumindo, eu acho que a academia é classicista, é convencional, mas se calhar tem de ser assim. Se tu quiseses um pensamento alternativo não faz sentido enquadrá-lo na academia. Faz sentido, se calhar, tu procurares um atelier que esteja a desenvolver trabalhos desse género, procurar uns amigos e desenvolver trabalho nesse sentido, ou seja assumir que se está a trabalhar à margem do sistema e não tentar que o sistema trabalhe à margem, porque isso não faz sentido.

**JCA: Pensas que se poderia falar de uma redefinição dos limites do campo de acção do arquitecto, quando se verifica que alguns ateliers, entre os quais o vosso, desenvolvem trabalhos como por exemplo, instalações artísticas, performances, vídeos, exposições, acções cívicas? Vês a necessidade da diversificação do campo de trabalho do arquitecto?**

AL: Eu penso que sim. Mais uma vez acho que muito desta diversificação é por necessidade e não tanto por convicção. No entanto, estou curioso para ver se muitos destes arquitectos que agora desenvolvem trabalhos neste sentido, o continuarão a fazer quando o tempo das vacas magras passar, não que em Portugal isto tenha sido um paraíso. Basta falar um bocado com eles e percebe-se que o seu discurso é “o que há agora para fazer é isto e faz-se isto, mas quando houver prédios, betão para fazer é aí que queremos voltar.”

**JCA: Tendo em conta o contexto actual de crise, a expansão do campo de acção do arquitecto pode ser uma solução para o saturado mercado de trabalho?**

AL: Acho que sim. A inteligência específica da arquitectura que já falei, é muito ecléctica e consegue dar resposta a muitas coisas diferentes. Como arquitecto



não é necessário desenhar edifícios para estar a intervir, até no campo da tua profissão. Através da teoria, da investigação, do ensino, da crítica, tudo são coisas que podem fazer útil o teu papel enquanto arquitecto. E isso é uma coisa que eu tento passar muito aos meus alunos, há muitas formas de fazer arquitectura. Fazer edifícios é se calhar a mais óbvia, mas está muito longe de ser a única. Por exemplo, os arquitectos que trabalham nas Câmaras são peças essenciais. Há arquitectos brilhantes a trabalhar nas Câmaras e isso é bom para todos. No essencial é necessário que esta inteligência específica da arquitectura esteja espalhada pelo máximo de sítios possíveis. E se houver bons arquitectos nas Câmaras, nas universidades, empresas de construção para melhor desenvolverem os seus produtos, é já um bom caminho, dando mais mérito a quem tem uma prática de arquitectura menos óbvia. Tu falavas no papel social do arquitecto, se tu dedicares parte da tua vida a desenvolver um material e esse material permitir que uma série de pessoas consiga fazer a sua casa de uma forma mais barata, estás a ter um papel social relevante, sem precisar de desenhar um edifício. O que eu acho é que temos de valorizar quem não tem esta prática de atelier, e, nesse sentido, quanto mais se abrir o campo de acção melhor. Portanto, quando se diz que há muitos arquitectos em Portugal eu considero isso bom, ainda pode haver mais. Agora temos de ter consciência que quando há cerca de vinte e dois mil arquitectos escritos na Ordem, não vai haver o projecto que nos ensinam na universidade para todos. O que se tem de perceber é que isto é um facto, e fazer a pergunta de como nos vamos posicionar perante isto.

**JCA: Como reacção ao Movimento Moderno, nas décadas de 60/70 surgiam grupos como o Team X, os *Archigram*, os Metabolistas, entre outros, que assumiram um posicionamento de reflexão sobre a arquitectura na sua relação com a sociedade. Pensam que será possível estabelecer algum paralelo entre estes grupos e o vosso trabalho, bem como o de outros jovens arquitectos cujos projectos questionam o papel do arquitecto na sociedade?**

AL: Eu acho que ainda é muito cedo para tentar tirar conclusões. Se calhar daqui a vinte anos conversamos e não sei se serei a pessoa ideal. Mas eu acho que se olhares para outros ateliers que estão a fazer um trabalho menos convencional, como os *Exyzt*, os *Raumlabor*, esse tipo de ateliers, que à sua maneira, são revolucionários, e daqui a dez anos quando se olhar para trás isso perceber-se-á, sobretudo nesta maneira de “fazer arquitectura para hoje” ou “para ontem”. Ou seja, muitas vezes não há projecto, “tens aqui um monte de madeira, vamos fazer uma coisa e vamos fazer uma coisa com estas pessoas que estão aqui” e isso vem de tentar contrariar esta ideia de que a arquitectura necessita de muito tempo, porque envolve imensos meios, e às tantas quando a sociedade acelera, tu, como arquitecto também sentes necessidade de acelerar, ou pelo menos acelerar parte dos teus projectos e perceberes que a realidade está a mudar todos os dias e como é que eu posso fazer projectos que acompanhem essa realidade. Eu acho que isso se consegue retirando uma série de etapas ao processo de projectar, sendo também mais modesto naquilo que se quer fazer. Hoje em dia já não queres projectar bairros inteiros, se calhar queres projectar apenas um banco para o senhor que vive ao teu lado, e vais-te sentar com ele e vamos ver como é que vamos fazer aqui o banco. Mas a questão é que em vez de teres folhas e folhas de esquiços muito bonitos sobre o bairro que querias fazer, tens ali o banco na rua que serve para uma série de coisas. Outra coisa que é muito interessante é quando tu constróis realmente uma coisa tu não sabes depois onde aquilo vai parar. Há pessoas, se calhar, que não vão usar aquilo como banco, vão usar como outra coisa e o banco é transformado. Isso é muito interessante: tu perceberes que precisas de pôr coisas na rua, nem que sejam mínimas. Eu acho que estes grupos abriram o caminho ao mostrar que é possível. “Eu com mais dois amigos posso fazer aqui uma coisa.”

**JCA: Que referências é que procuram quando desenvolvem os vossos projectos? Que influências marcam o vosso trabalho?**

AL: Não existem referências arquitectónicas directas. Eu diria que procuramos

mais referências em campos que são periféricos à arquitectura. É onde encontramos, sobretudo, uma reflexão sobre a sociedade que nos interessa mais depois explorar. Porque é que eu te digo isto? Nós enquanto arquitectos temos uma inteligência muito específica e temos um modo de encarar os problemas de um ponto de vista muito específico. O que nós gostamos, por exemplo, quando abrimos o nosso processo de concepção a outras pessoas que não são arquitectos, é perceber como é que essas pessoas vêem aquele problema, que é necessariamente diferente do modo como nós vemos. Portanto, quando procuramos referências, e se queremos fazer alguma coisa que possa acrescentar algo novo aquilo que está em debate, nós tentamos procurar um saber exterior à disciplina.

**JCA: Na revista Arqa referem que o projecto “Seta Amarela” foi determinante para assumirem o interesse por uma prática *adisciplinar*. O que é que entendes por uma prática *adisciplinar*?**

AL: O *adisciplinar* é um ilogismo, a palavra não existe. Nós criámo-la porquê? Há sempre uma certa arrogância em criar uma palavra, embora não tenha sido essa a nossa vontade. Na altura que nós criámos esta palavra esta reflexão era já usual, o multidisciplinar, ou seja convocar diversas disciplinas para fazer uma coisa. Só que tu convocas diversas disciplinas, cada uma no seu galho. Imagina, alguém da área da música, tu carpinteiro e eu arquitecto. Estamos aqui os três, vamos todos trabalhar para fazer este telemóvel. Naturalmente o que vai acontecer é que um faz a música, outro vai fazer a capa e alguém fará outra coisa. A nós não nos interessava isto. O que nos interessava era baralhar as coisas. Ou seja, quando nós dizemos *adisciplinar*, quer dizer que não há disciplina. É um conjunto de pessoas que têm uma formação qualquer mas que estão todos em pé de igualdade e, idealmente, todos a pensar num campo disciplinar que não é o seu, eu a pensar na música e outra pessoa a pensar no espaço. Porquê? Porque uma pessoa de fora da disciplina vai ter uma abordagem do espaço sem preconceitos. Uma das coisas mais bonitas que há quando tu estás a trabalhar em algo com alguém que não é arquitecto

é essa pessoa fazer-te perguntas. Por exemplo, uma janela, “isto não podia ser em arco?”. Tu respondes imediatamente que não. Mas depois obrigas-te a pensar: “porque é que não pode ser em arco?”. E pensas: “Ah é feio!”. “Mas é feio porquê?” E se formos todos arquitectos, um diz que não pode ser em arco e toda a gente concorda, porque todos nós temos o mesmo *background* académico. É por isso que este tipo de perguntas nos interessam – “porquê é que não é em arco?”

**JCA: Lembro-me de um projecto vosso, “Sonda3”.**

AL: Este foi também um projecto para a Trienal. Nós acabamos por estar sempre na Trienal, mas através de projectos laterais. Com este projecto achamos que seria interessante fazer as mesmas três perguntas a uma série de agentes do processo construtivo, desde o político que decide o que é preciso construir, até ao arquitecto, ao engenheiro, ao empreiteiro, ao trolha que está lá a construir, a quem vai vender, e a estes juntamos aqueles que nós chamamos *opinion makers* populares, que são o taxista e o empregado de mesa. Foi engraçado porque conseguimos convencer a Trienal a fazer estas entrevistas no ciclo de conferências que eles organizaram e, desta forma, podemos fazer estas perguntas a arquitectos *top*, ao Thom Mayne, ao Souto Moura. Ao Souto Moura para aí há vinte anos que ninguém lhe pergunta o que é a arquitectura. Perguntam-lhe outras coisas, e perguntam-lhe o que é arquitectura e ele fica ..., tal como o Thom Mayn. Depois acabam por responder, uns com umas respostas mais interessantes e outras menos. Mas, por exemplo, quando fazes a pergunta ao taxista, ele responde-te rapidamente que arquitectura é “os edifícios”. Está ali chapado. Não quisemos fazer juízo nenhum, mas pô-los em confronto, através da montagem do vídeo, uma vez que não há uma hierarquia, não vai de quem sabe mais para quem sabe menos. O que nós optamos por associar foi os princípios, os meios e os fins de resposta, e depois tens uma série de gente a fazer ... e outros a responder directo. Todos nós temos uma palavra a dizer sobre arquitectura, mas às vezes, se calhar, pensamos de mais e fazemos de menos.

**JCA: De de que forma é que o projecto “Seta Amarela” vos motivou no sentido de um trabalho *adisciplinar* e o que é que mudou no vosso método de trabalho a partir daí?**

AL: Há um concurso para um festival de artes performativas e o que, sobretudo, nos chamou à atenção foi a ideia de intervir no espaço público. Nós achamos isso interessante e dissemos: “vamos ter uma ideia e vamos desenvolver um conceito para isto”. Sobretudo porque tínhamos vários amigos do campo artístico e a maneira como eles se apropriavam do espaço público, parecia-nos que ficava um bocado aquém do potencial que aquilo podia ter. Então decidimos pôr as mãos na massa e apresentar algo. O nosso projecto acabou por ser seleccionado para fazer parte desse festival. Está aqui uma seta. Mas sobretudo, o que nos interessava, e o que nos interessou daí para a frente, foi esta ideia de intervenção no espaço público a partir do mínimo de objectos. As setas eram seis e a maneira e foram dispostas no espaço dando a possibilidade das pessoas interagirem com elas, intensificando a narrativa não dizendo para quê que as setas serviam. Nós estivemos dozes horas na rua e a meio do dia, eramos seis, cada um com uma seta diferente, cada um tinha uma história diferente para contar sobre a seta. E era esta ideia do boato que se espalha pela cidade e às tantas as pessoas nunca chegaram a saber quantas setas eram. E nós depois no fim íamos perguntar às pessoas, “mas então quantas setas eram?” e uns diziam sessenta, outras diziam mais de cem. E é esta ideia que há muito no cinema, há aqueles filmes de terror que gostam de mostrar tudo e há outros que só gostam de dar a entender, que são normalmente os mais assustadores. Nós começamos a perceber quando intervêns no espaço público, podes deixar muito à imaginação da pessoa, não tens de fazer tudo, fazendo só parte do trabalho, e depois a maneira como apresentas, a maneira como tu montas o guião, deixando o resto à responsabilidade das pessoas. Depois isso começou-nos a interessar muito, esta ideia de fazer coisas e de nos confrontarmos directamente com as pessoas, que há muito pouco em arquitectura. Em arquitectura tu confrontas-te com os clientes e ponto final.

Interessou-nos esta ideia de nos confrontarmos com uma audiência maior, que não só os clientes. Interessou-nos esta coisa de ir para o espaço público, este espaço de negociação, de trabalhar para hoje, conseguir os recursos para fazer as coisas, diferente de um projecto mais convencional, de uma casa ou de um edifício, onde estamos sempre dependentes de outros.

**JCA: No projecto “Habitats Abertos”, no Equador, a vossa intenção era dar aos habitantes um posição activa fazendo-os co-responsáveis pelo projecto, através de um sistema arquitectónico aberto. Num sistema destes, como é que é feita a articulação entre as vontades dos habitantes e as do arquitecto enquanto profissional?**

AL: Quando nós começamos a fazer instalações percebemos que o contributo das pessoas, para o que púnhamos na rua, era muito interessante, levando-nos para caminhos que não tínhamos planeado. Começamos, então, a pensar como é que podíamos transportar esta imponderabilidade para a arquitectura, e a perceber que, à semelhança daquilo que fazíamos nas instalações, há uma série de camadas na arquitectura para as quais as pessoas podem dar tão ou melhor resposta do que o arquitecto. Numa casa, que é um ambiente tão íntimo, um organismo que vai crescendo ou decrescendo, achamos que não fazia sentido apresentar um produto acabado. A estas pessoas pode e deve ser dada a oportunidade de gerir o seu ambiente. Repara que isto não é válido em todas as sociedades. Nós não queríamos pôr um projecto destes, por exemplo na Finlândia. Culturalmente não faz sentido. Quando nós descobrimos este concurso, já tínhamos estado na América do Sul, onde eles são muito mais pró-activos sobre a habitação, e achamos que esse era o contexto para testar isto. Nós, como arquitectos, o que é que podemos fazer? Podemos pôr a nossa técnica à disposição e acrescentar uma série de constrangimentos positivos aquilo que as pessoas podem fazer. E o que é que nós fizemos? Delimitamos a implantação. Ao limitarmos a implantação, estamos basicamente a definir frentes de rua, tornando mais fácil gerir a rua. Ao delimitar a implantação limitaste a profundidade das divisões e conseguiste fazer com que todas as

divisões pudessem ter ventilação cruzada. Repara, mas para isto tu precisas de saber a importância da ventilação cruzada e de perceber como é que podes organizar isto no espaço. Para isto é necessário um arquitecto. Mas depois o que é que nós nos demitimos de pensar? Se a casa tinha duas águas, se tinha cobertura plana, isso as pessoas podem decidir. Nós basicamente definimos o envelope e definimos qual seria a maneira ideal desse envelope crescer. Mas as pessoas depois definem a forma final desse envelope e a sua pele.

**JCA: Um modelo destes seria possível de aplicar em Portugal? Disseste que por exemplo na Finlândia não.**

AL: Eu acho que Portugal está no limite, porque as pessoas já esperam ter uma casa pronta, e sobretudo, nós arquitectos temos pouca experiência em primeira mão de bairros sociais. Infelizmente ou felizmente quase nenhum estudante de arquitectura vive num bairro social. Isso tem um pouco a ver com aquilo que eu te disse, que arquitectura é para ricos. Os estudantes de arquitectura necessitam de ter alguns meios económicos para conseguir concretizar os estudos e além disso é necessário uma estabilidade familiar. Neste sentido, acabamos por não ter esta experiência em primeira mão e cometer muitos erros básicos. Eu como acabei por viver paredes meias com um bairro social, muitos dos meus amigos eram de lá, fui exposto a esta realidade muito cedo e acabei por conseguir perceber algumas coisas. Uma dessas coisas é que cá em Portugal, isto não é válido porque as pessoas esperam que a casa esteja pronta. Essa ideia da casa poder crescer não lhes é muito grata, até porque acham – há um bocado aquela ideia de que o estado tem de apoiar – que pode ser um insulto receberem uma casa incompleta. Enquanto noutro tipo de culturas isto é visto como uma oportunidade, cá é vista como uma falta de respeito. Portanto, eu diria que Portugal está no limite, e curiosamente diria que era mais fácil se calhar tu passares um modelo destes a uma franja da sociedade que não precisaria de um modelo destes, mas que vê isso como uma oportunidade, do que às pessoas, que se calhar mais necessitavam deste modelo, porque vão ver isso como uma falta de respeito. A arquitectura esbarra

sempre nas questões socioculturais. Tu não trabalhas no vazio, e portanto, um modelo que serve para um lado pode não servir para outro.

**JCA: Numa sociedade onde impera o consumo, a imagem e a rentabilidade, procurar trazer para primeiro plano a dimensão social da arquitectura pode ser considerado uma utopia?**

AL: Acho que não e se tu vires a tendência de uma série de jovens arquitectos, que estão a fazer coisas nesse campo, verificas que não é utopia nenhuma. Quando a sociedade tende para uma determinada direcção há sempre uma reacção. Quando tu tens um manancial de futilidade que nos enche muito os dias tens tendência a fazer algo que seja mais substancial e que dê resposta. Portanto, eu não acho que isto seja utópico e acho que é até normal a coisa acontecer. Agora tem é de acontecer com qualidade. Ou seja não é por estares a fazer um projecto social que tens de ser menos rigoroso ou menos ambicioso. Se vais fazer o banco para o velhinho vais tentar fazer o melhor banco possível com as ferramentas que tens, e muitas vezes o que eu vejo é uma atitude “se é social já não tenho de me esforçar tanto, basta fazer uma coisa qualquer”. Uma das coisas que me tem deixado mais contente é que muita da arquitectura que dá uma resposta mais directa a necessidades sociais, quer seja em situações de emergência, quer seja em bairros mais críticos ou países menos desenvolvidos, tem cada vez uma melhor qualidade arquitectónica. Trabalham com a austeridade e o mínimo de recursos, mas com um melhor pensamento arquitectónico do que, por exemplo, há dez anos. E isso porquê? Há mais gente a trabalhar nesse campo, há mais experiência.

**JCA: Até porque a má arquitectura pode agravar os problemas que se estão a tentar resolver.**

AL: Muitos dos problemas resolvem-se não fazendo arquitectura. Já nos pediram um projecto em que a coisa ficou resolvida numa reunião. Tu falas com as pessoas e percebes que ok, o que é necessário fazer é trabalhar o pavimento. Mas enquanto arquitecto é muito difícil encarar o problema e perceber que a



solução não passa por fazer aquilo que nós sabemos fazer melhor. É necessária uma certa modéstia que não nos é incutida e, sobretudo, perceber em que situações aquilo que nos propomos a fazer é melhor do que o que já está feito. Tu visitas a obra de um colega e encontras sempre um defeito. O que eu acho é que se deve ter a sapiência de saber quando é que vale a pena convocar recursos para mudar uma coisa e quando é que não vale, e perceber que o que já está feito está bom. É espectacular? Não é, mas funciona. Se calhar vais investir o teu tempo noutra coisa ao lado e nesses sentido se tu me tivesses perguntado por exemplo, o que é fundamental o arquitecto pensar a nível social hoje em dia? Eu diria que é mais naquilo que já está construído e curiosamente não te diria reabilitação tal e qual como ela está a ser discutida hoje em dia, que é os centros históricos. Pensar como é que podes reabilitar os subúrbios, como é que podes dar uma maior qualidade áquilo. Neste momento há milhões de casas construídas nos subúrbios, muitas delas com má qualidade, mas estão lá e a solução não vai ser demoli-las porque já foram convocados uma serie de recursos, material, tempo. Agora ainda vais gastar mais energia a mandar aquilo abaixo? Não. A questão é como é que tu podes aproveitar aquilo que já está feito? E não estamos a falar em Africa ou em situações de emergência, mas sim de coisas que existem hoje em dia, onde vivem milhares e milhões de pessoas. Tu dás uma volta aqui pela Cintura de Lisboa. Começas no Catujal, ali ao pé da Expo, Bairro de Angola, depois vais até à Pontinha, Amadora, e percebes que falta ali imensa inteligência arquitectónica para pensar o espaço que já lá está. Mas pensar o espaço não é mandar a baixo e reconstruir de novo. Como é que se poderia melhorar o que já lá está? Por exemplo, os programas POLIS, através dos quais se fizeram aquelas obras, algumas boas, outras nem tanto, sobretudo na costa portuguesa, contribuíram para a décalage entre o espaço público e o edificado porque, basicamente, só consertaram o pavimento. Eu acho que era necessário quase um programa POLIS para os edifícios. Como se melhora o comportamento energético do edifício? Isso é uma questão social, porque as pessoas vivem ali. Mas isto pede uma certa modéstia do arquitecto em trabalhar com o que já existe.

**JCA: E terá também a ver com as limitações com que falavas há pouco, porque uma programa desses teria de partir da vontade política. Mesmo a questão do orçamento seria outro problema.**

AL: A questão é que passa por tu, enquanto arquitecto, convenceres as entidades políticas e os próprios habitantes que aquilo é benéfico para todos. Isso passa por algum trabalho de campo, fazendo estudos efectivos de como é que aquilo pode ser realmente melhor.

**JCA: A pesquisa, num atelier de arquitectura é importante, não só a pesquisa em torno das questões técnicas/tecnológicas, mas também na procura por perceber quais são as transformações que ocorrem na sociedade?**

AL: Eu acho que isso vem tipo esponja. O que eu acho que tu, enquanto arquitecto, e isso é que é positivo, deves tentar ter muita experiência, não te fechar na tua concha, não ir só aos jantares de arquitectos. Portanto, tentar viver, ver, falar com um maior número de pessoas para conseguires e ir absorvendo coisas. Pesquisa dentro do atelier, eu acho que depende muito da escala. Num atelier pequeno como o nosso – sou eu e o José que não está cá e de vez enquanto temos mais algumas pessoas que trabalham connosco – a pesquisa é feita com os projectos que nós temos. Nós não temos tempo nem disponibilidade financeira para dizer “pára, agora durante três meses vou estudar os subúrbios”. Só poderíamos fazer isso se quisesse fazer um doutoramento e aproveitasse o doutoramento para pensar sobre este assunto. É assim que eu vejo isto. De resto, podes ir pesquisando projectando. Qual é a vantagem quando tu tens num atelier? Tu podes escolher alguns dos projectos que fazes e esses projectos já indicam caminhos. Por exemplo aquele projecto dos “Habitats Abertos” é um concurso que nós escolhemos fazer porque havia a vontade de trazer para a arquitectura o processo que íamos verificando no nosso atelier, o processo de interacção com as pessoas, e achamos que aquela podia ser a oportunidade. Fizemos investigação fazendo esse concurso. Depois apresentamos também uma proposta para o Mercado do Chão do Loureiro, um antigo mercado que ficava no centro de Lisboa e acabamos por usar

algumas coisas que estão nos “Habitats Abertos” para esse projecto também.

**JCA: Aquele era um edifício da Câmara?**

AL: Aquele era um edifício da Câmara. Nós sabíamos que o projecto nunca iria ser feito porque o edifício tinha demasiado valor e a Câmara tinha a intenção de fazer um parque de estacionamento, que fizeram e mal. Mas o conceito era suficientemente forte para ser trabalhado noutro sítio, esta ideia de uma casa que está preparada para os primeiros cinco anos de vida de um jovem. E é muito interessante, agora ver, alguns concursos lançados pela Câmara, com o factor tempo, que é uma coisa que é muito importante. Tu quando fazes algo, neste caso uma casa com rendas controladas para jovens, é muito importante projectares um tempo final para isto. A esses casas associamos empresas, uma vez que a nossa ideia era que se pudesse viver e trabalhar no mesmo sítio durante cinco anos com uma renda mínima. Ao viveres e trabalhares no mesmo sítio com uma serie de pessoas a comungar os mesmos interesses, poder-se-ia criar sinergias para acontecer qualquer coisa. Mas uma das coisas mais importantes do projecto era que tu só podias lá estar cinco anos, por duas questões: primeiro, se a tua empresa não estava se tinha desenvolvido ao fim de cinco anos se calhar tens de pensar se faz sentido ou não continuares e a segunda era para dares oportunidade a mais gente, para rodar.

**JCA: Qual é que era o programa que vocês propunham?**

AL: O que nós propusemos, e o que eu acho que era mais interessante ali, foi uma célula, que tinha cerca de 2,20m por 8m ou 7m com um módulo de casa de banho no centro que te permitia gerir o espaço. Ou seja mais uma vez esta questão de tu poderes interagir com o espaço, podendo escolher entre mais espaço para trabalhar ou para viver. Tu não sabes quanto é que as pessoas querem. Há pessoas que se dedicam ao trabalho e o espaço de viver pode ser só uma cama, podendo puxar a casa de banho o máximo possível, ou vive versa. Ou num mês estás virado para uma coisa e em outro mês está virado para outra. Depois havia também uma coisa interessante: um vazio

central que permitia que os corredores de acesso em galeria pudessem ter uma largura muito grande e essa largura, basicamente metade, era espaço afecto à tua célula, só com uma marcação no pavimento, mas que permitia estar a trabalhar na galeria e potencializando-a como espaço de socialização.

**JCA: Qual é que era o estado do edifício?**

AL: O edifício estava em bom estado, mas estava completamente devoluto. Não se passava lá nada há cerca de cinco anos. Fizemos um levantamento sumário do edifício e fizemos aquela proposta já sabendo que nunca iria ser aceite, mas o que nos interessava era pensar sobre esta ideia de uma unidade habitacional para uma serie de pessoas que querem viver no centro mas não têm essa possibilidade, e como se poderia levar isso ao mínimo. Por exemplo, os serviços eram partilhados, fazendo com que tudo seja mais barato. E isso é que permite que a renda seja mais barata. Ou seja, tu para conseguires um determinado tipo de coisas também tens que fazer ver às pessoas que é preciso abdicar de outras. É preciso abdicar se calhar de espaço, é preciso abdicar de ter a tua cozinha, a tua máquina de lavar, e se calhar muitas pessoas não estão dispostas a abdicar disso. Mas eu acho que há um número suficiente para rentabilizar uma coisa destas.

**JCA: Vocês têm pensado mais algum projecto deste tipo, não solicitado?**

AL: Estamos com algumas ideias, mas nestes últimos dois anos não. Nestes últimos dois anos, como temos tido mais solicitações estamos um bocado concentrados nisso e sobretudo agora estamos envolvidos em três projectos de execução que nos tomam imenso tempo. Isto também coincidiu com a altura em que eu comecei a dar aulas, portanto acabei por ter menos tempo e também acerca de dois anos que não fazemos concursos, ou se fazemos são concursos muito específicos para uma coisa que já estamos a fazer, de forma a arranjar financiamento. Estávamos a fazer cerca de três concursos por ano, o que era bastante duro e estávamos a entrar num ritmo que já era um bocadinho diferenciado, e achamos que “ok já ganhamos músculo” e agora

se calhar precisamos de nos concentrar nas coisas mais construíveis. Agora estamos nisto, não quer dizer que daqui a um ano voltemos a isso. Lá está, como é uma equipa muito pequena, o modo como nós vamos gerindo o nosso trabalho é muito circunstancial, ou seja, se entra um projecto um pouco maior, nós se calhar durante um ano estamos só dedicados áquilo. E como hoje, tu não sabes o dia de amanhã é muito difícil tu teres pessoas aqui a trabalhar.

**João Carlos Alves: Recorrendo a abordagens e ferramentas próprias de outras disciplinas, os vossos trabalhos procuram, de alguma forma, dar resposta ou chamar à atenção para determinado problema social. Consideras que a arquitectura tem uma responsabilidade social? E se sim, quais pensas que são as limitações da arquitectura nesse sentido?**

António Louro: Obviamente a arquitectura tem uma responsabilidade social. Há, desde logo, duas limitações óbvias que são políticas e económicas. Ou seja, tu enquanto arquitecto podes desenvolver uma serie de trabalhos de forma não solicitada, pró-activa, mas que estão sempre limitados aos meios financeiros que consegues convocar para fazer a obra e também à recepção política que ela vai ter. O que eu quero dizer com isso é que podes actuar nas franjas e, nós já fizemos isso. Procurar fazer as coisas sem licenciamento, mas é óbvio que aí estás limitado a um determinado tipo de escala de intervenção. Pensar que vais mudar a cidade sem envolver quem realmente dirige, a classe política, e sem envolver os meios económicos, que são aqueles que te podem dar capital para fazer as coisas, não faz sentido.

**JCA: O vosso atelier desenvolveu dois projectos que identificaram como não solicitados.**

AL: Quais eram?

**JCA: Um deles era o “SWARS” que achei bastante interessante porque me pareceu ser uma crítica a um “tipo” de arquitectura que se faz actualmente. O outro era o “I5”. Como foi feita a bordagem as estes projectos? Como é que trabalham neste sentido da não solicitação?**

AL: Há uma questão muito importante, quando é um trabalho não solicitado, de alguma forma tem de nos divertir. Temos de ser felizes a fazê-lo senão não vale a pena. Portanto tem de ser uma coisa que nos desperte interesse. Depois há sempre circunstâncias, que não te consigo explicar, que nos empurram para determinado tipo de trabalho. No “SWARS” nós trabalhamos com outro atelier que são os Dass. O David Seabra [atelier Dass] estudou comigo, portanto

somos amigos desde a universidade e já nos apetecia trabalhar juntos. Na primeira edição da Trienal de Arquitectura houve uma exposição chamada “Arquitecturas Digitais” para a qual fomos convidados. Embora tenhamos achado que não fazia muito sentido, porque utilizamos o digital apenas como ferramenta e não nunca como meio de concepção do trabalho, aceitámos o desafio. Convidámos o David para trabalhar connosco, porque achámos que fazia sentido e seria interessante. Já que nos tinham convidado para estar na Trienal, o melhor era que fizéssemos uma crítica bem-humorada ao sistema de referências da própria arquitectura. Desenvolvemos para essa exposição um pequeno trailer de um filme que nunca iria existir, sobre a arquitectura portuguesa adaptado ao ambiente da Guerra das Estrelas. Basicamente convertimos uma serie de edifícios, mais ou menos conhecidos, de arquitectos portugueses, transformámo-los em naves a combaterem entre si. “Esta coisa de rivalidade”. E depois mais tarde gostámos da ideia, quisemos desenvolvê-la à escala mundial, em jeito de reflexão sobre o *star-system*, procurando também perceber como é que a arquitectura pode trabalhar com sistemas operacionais que não são totalmente característicos da arquitectura. Aqui estou a falar da figura do *remix*, por exemplo, que é muito caro aos músicos que pegam em várias músicas e as misturam. Nós achamos que poderia ser interessante esta coisa de pegar num edifício e reinterpretá-lo. E de repente o que era um edifício passa a ser uma nave. E é óbvio que há muitos edifícios sobre os quais se diz “parece um ovni”. E nós quisemos um bocadinho levar essa expressão ao extremo.

**JCA: Portanto o projecto “SWARS” pode ser visto como uma crítica ao *mainstream* da arquitectura?**

AL: Era uma crítica, mas era também uma questão de trabalhar com uma serie de edifícios que tinham características que, na nossa opinião, podiam ser inspiração para outra coisa que não edifícios e, sobretudo, esticar as fronteiras da disciplina. Porque não pegar em edifícios e passá-los para o espaço digital em confronto com outros tipos de ambientes e outro tipo de pessoas que

não aqueles para o qual foram pensados. Mas também é preciso dizer que os edifícios que lá estão são edifícios que nós admiramos e gostamos. Ou seja, é verdade que existe um *star-system*, mas muitos desses arquitectos produzem obras de arquitectura verdadeiramente incríveis. Agora se elas são produzidas porque existe o *star-system* ou o contrário, não sei. Interessou-nos mandar achas para a fogueira e depois logo ver. Foi interessante, porque nós queríamos fazer um trailer de dois minutos, a tal ideia de trailer para filme que nunca iria existir, depois acabamos por não conseguir reunir os meios técnicos necessários para fazer o trailer tal como nós o queríamos e transformamos o *storyboard* numa banda desenhada. Foi a fuga para a frente. Cerca de um ano depois de termos feito a banda desenhada há aquele incêndio do edifício dos OMA em Pequim. Eles têm o CCTV, mas ao lado do CCTV há outro edifício que serve de apoio, um edifício gigante. Esse edifício ardeu, em 2009, e quando arde marca um bocado o fim do *star-system*. De lá para cá veio a crise, os arquitectos tiveram de se tornar muito mais objectivos e muito menos de gestos gratuitos e a banda desenhada sai um bocadinho fora de tempo. É uma crítica de uma coisa que já não existe, mas isso é muito comum hoje. Tu comesças a pensar numa coisa, quando tentas pôr cá para fora algo, a própria realidade já é diferente.

**JCA: Pensas que a realidade na arquitectura está a mudar motivada pela crise? Como vês o grau de compromisso dos arquitectos portugueses com as questões sociais?**

AL: Eu acho que é bastante reduzido e acho que muitos deles estão a ser empurrados para essas questões mais por uma questão de tendência e de moda do que propriamente por convicção. Se me perguntares, é bom, ou seja é preciso é que eles trabalhem mais nesse sentido. Porque é que eles chegam lá? Há uns por motivos mais nobres e outros menos, mas é bom. Isto é um modo mais prático de fazeres arquitectura e tentares ajudar de um modo directo as pessoas que mais precisam. O arquitecto e a questão social têm uma longa história. Hoje em dia, e isso é que eu acho que é um bocadinho novo, há uma



ligação estreita entre um certo trabalho de arquitectura que se preocupa mais com o que é possível, ou seja bastante mais realista e bastante mais táctica, no sentido em que procura práticas que possam ser construídas num curto espaço de tempo.

**JCA: Falavas dos bairros sociais. É claro que a questão social sempre esteve presente na arquitectura. A minha pergunta é se vias o compromisso do arquitecto a trabalhar nesse sentido sem ter sido solicitado a fazê-lo, mesmo quando convocado para determinado projecto cujas preocupações sociais não são, à partida, uma condicionante?**

AL: Eu diria, sendo absolutamente sincero, não. Vamos ser sinceros, arquitectura é uma coisa para ricos e tu vês as casas que tu admiras e os edifícios, aquilo são coisas muito dispendiosas. Dos melhores exercícios que eu gosto de fazer é abrir aqueles livros que dizem *low-budget houses* e etc. e eu parto-me a rir. Porque aquilo continua a ser tudo para ricos. Portanto fazer um exercício de contenção e de trabalhar um bocadinho com a escassez, eu acho que hoje em dia nós estamos mais bem preparados para o fazer, mas lá está é muito importante não vivermos isolados. Tu estás a trabalhar para alguém que tem expectativas. Coisas que tu achas que são interessantes, como por exemplo o betão à vista, essas pessoas acham pobre, porque têm um conjunto de referências através das quais identificam o que é a arquitectura. E depois não têm a capacidade para conseguir distinguir que tu usares uma serie de materiais sem um tipo de revestimento, por exemplo, pode ser uma resposta para a escassez. Acham que a coisa está inacabada. Tu enquanto arquitecto se quiseses trabalhar esse tipo de soluções passa muito também por estabeleceres diálogo e desceres tu um bocadinho ao meio onde estás a intervir.

**JCA: Quais é que pensas serem os problemas da cidade contemporânea e da sociedade a que os arquitectos podem dar resposta?**

AL: Essas perguntas tão abstractas são complicadas. Vou-te dar uma resposta contraditória. Eu não acho que a cidade contemporânea tenha grandes

problemas e ao mesmo tempo acho que tem muitos.

**JCA: São problemas mais pontuais que não requerem grandes soluções?**

AL: Ou seja, existe uma inteligência arquitectónica que é específica e que não tem a ver só como nós desenhámos. Tem a ver com o modo como nós encaramos os problemas. Consigo-te dizer isto porque aqui no atelier já trabalhamos com vários técnicos e vários artistas de outros campos, e há claramente um modo diferente de abordar os problemas em arquitectura, e até de os visualizar. Eu acho que essa inteligência arquitectónica pode ser interessante para resolver uma série de problemas imediatos, que é o que raramente acontece. O arquitecto é aquele que é chamado para pensar uma coisa que tem que ficar lá vinte anos, trinta anos. Nesse sentido, a deslocação, mais por necessidade do que por querer, do arquitecto para campos mais efémeras, e que não tem a ver só com a capacidade de fazer uma série de acções de carácter artístico, mas também com acções funcionais, é interessante e pode dar resposta a uma série de problemas. Como a sociedade acelerou há problemas que também são efémeras.

**JCA: Vocês tinham um estúdio que era o *Moovlab*, que entretanto agregaram ao *MOOV*. De que forma o trabalho desenvolvido no *Moovlab* com um carácter experimental e de pesquisa influenciou os vossos projectos?**

AL: Contaminou o nosso trabalho de uma forma inconsciente. O *Moovlab* acaba por se fundir com o *MOOV* porque às tantas já não fazia sentido a distinção. As coisas começaram-se a cruzar de tal modo que temos aqui dois nomes para duas coisas que são a mesma coisa. A questão é que, sobretudo, no *Moovlab*, nós fazíamos coisas muito efémeras, instalações no espaço público, mais tácticas. Mas depois esta maneira de pensar as coisas de uma forma mais realística contamina a forma como tu fazes arquitectura e às tantas já não estás a planear tudo, deixando muitas coisas abertas para as pessoas, que vêm habitar ou utilizar a tua arquitectura, possam também elas alterar o espaço. Isso, eu acho, é uma coisa que veio do trabalho desenvolvido no *Moovlab*,

um trabalho que procuramos que fosse sempre interactivo, não no sentido tecnológico, mas no sentido de convidar as pessoas a tocar e a, de alguma forma, mudar/alterar o espaço.

**JCA: Mantêm alguma relação com as universidades? Tendo em conta esta vossa experiência, pensas que as universidades sairiam beneficiadas se concentrassem os seus programas mais na pesquisa e na experimentação, também em torno das transformações que ocorrem na sociedade?**

AL: Eu sou professor e tu estavas a fazer a questão e eu estava-me a lembrar dos meus alunos. Não sei se precisa. Por exemplo, embora eu encaminhe os meus alunos nesse sentido por defeito profissional, dado o que eu faço, eu acho que a geração mais nova é naturalmente interessada por esse tipo de assuntos, muito mais do que os seus professores. O que eu acho é que, mais do que a universidade se tentar focar nesses temas, não deve cortar as asas aos alunos quando eles querem experimentar esse tipo de coisas. Quando tu lanças um exercício, há várias formas de o fazer. Já tive várias discussões de júri sobre trabalhos em que os alunos propunham soluções mais efémeras, mais programáticas e menos desenhadas, porque havia pouca aceitação dos professores a isso, porque pensam que é uma fuga para a frente. Aí, o que eu acho que se deve fazer é respaldar as costas dos alunos e dizer isto pode ser um caminho e é interessante que tu penses assim. Mas, por outro lado, a universidade tem de preparar também um bocadinho para a vida e é fundamental que se saiba desenhar, ou seja, saber dominar as ferramentas clássicas de arquitectura. Eu acho que estas questões, mais da exploração no sentido de saber como é que se pode esticar os limites da disciplina deve ser uma coisa a estar sempre presente, no consciente dos alunos, e deve ser fomentada. Não sei se tem de ser o cerne do programa. Pode ser o cerne de um exercício, do programa não sei se tanto, porque aquilo que faz a inteligência específica da arquitectura é o modo como ela é ensinada. Sobretudo, eu acredito muito, que uma formação em arquitectura é, no mínimo, dez anos, o que significa que tens uma primeira parte que é fortemente marcada pela academia e tens uma segunda parte, que

eu acho que anda à volta dos cinco anos, que é fundamentalmente marcada pelos teus interesses, por aquilo que procuras fazer. Só depois desses dez anos estás preparado, definindo se queres ter uma prática mais convencional, menos convencional, etc. Portanto, não me preocupa muito que a academia formate um pouco os alunos, porque eles a seguir vão seguir o seu caminho. No fundo, resumindo, eu acho que a academia é classicista, é convencional, mas se calhar tem de ser assim. Se tu quiseses um pensamento alternativo não faz sentido enquadrá-lo na academia. Faz sentido, se calhar, tu procurares um atelier que esteja a desenvolver trabalhos desse género, procurar uns amigos e desenvolver trabalho nesse sentido, ou seja assumir que se está a trabalhar à margem do sistema e não tentar que o sistema trabalhe à margem, porque isso não faz sentido.

**JCA: Pensas que se poderia falar de uma redefinição dos limites do campo de acção do arquitecto, quando se verifica que alguns ateliers, entre os quais o vosso, desenvolvem trabalhos como por exemplo, instalações artísticas, performances, vídeos, exposições, acções cívicas? Vês a necessidade da diversificação do campo de trabalho do arquitecto?**

AL: Eu penso que sim. Mais uma vez acho que muito desta diversificação é por necessidade e não tanto por convicção. No entanto, estou curioso para ver se muitos destes arquitectos que agora desenvolvem trabalhos neste sentido, o continuarão a fazer quando o tempo das vacas magras passar, não que em Portugal isto tenha sido um paraíso. Basta falar um bocado com eles e percebe-se que o seu discurso é “o que há agora para fazer é isto e faz-se isto, mas quando houver prédios, betão para fazer é aí que queremos voltar.”

**JCA: Tendo em conta o contexto actual de crise, a expansão do campo de acção do arquitecto pode ser uma solução para o saturado mercado de trabalho?**

AL: Acho que sim. A inteligência específica da arquitectura que já falei, é muito ecléctica e consegue dar resposta a muitas coisas diferentes. Como arquitecto

não é necessário desenhar edifícios para estar a intervir, até no campo da tua profissão. Através da teoria, da investigação, do ensino, da crítica, tudo são coisas que podem fazer útil o teu papel enquanto arquitecto. E isso é uma coisa que eu tento passar muito aos meus alunos, há muitas formas de fazer arquitectura. Fazer edifícios é se calhar a mais óbvia, mas está muito longe de ser a única. Por exemplo, os arquitectos que trabalham nas Câmaras são peças essenciais. Há arquitectos brilhantes a trabalhar nas Câmaras e isso é bom para todos. No essencial é necessário que esta inteligência específica da arquitectura esteja espalhada pelo máximo de sítios possíveis. E se houver bons arquitectos nas Câmaras, nas universidades, empresas de construção para melhor desenvolverem os seus produtos, é já um bom caminho, dando mais mérito a quem tem uma prática de arquitectura menos óbvia. Tu falavas no papel social do arquitecto, se tu dedicares parte da tua vida a desenvolver um material e esse material permitir que uma série de pessoas consiga fazer a sua casa de uma forma mais barata, estás a ter um papel social relevante, sem precisar de desenhar um edifício. O que eu acho é que temos de valorizar quem não tem esta prática de atelier, e, nesse sentido, quanto mais se abrir o campo de acção melhor. Portanto, quando se diz que há muitos arquitectos em Portugal eu considero isso bom, ainda pode haver mais. Agora temos de ter consciência que quando há cerca de vinte e dois mil arquitectos escritos na Ordem, não vai haver o projecto que nos ensinam na universidade para todos. O que se tem de perceber é que isto é um facto, e fazer a pergunta de como nos vamos posicionar perante isto.

**JCA: Como reacção ao Movimento Moderno, nas décadas de 60/70 surgiam grupos como o Team X, os *Archigram*, os Metabolistas, entre outros, que assumiram um posicionamento de reflexão sobre a arquitectura na sua relação com a sociedade. Pensam que será possível estabelecer algum paralelo entre estes grupos e o vosso trabalho, bem como o de outros jovens arquitectos cujos projectos questionam o papel do arquitecto na sociedade?**

AL: Eu acho que ainda é muito cedo para tentar tirar conclusões. Se calhar daqui a vinte anos conversamos e não sei se serei a pessoa ideal. Mas eu acho que se olhares para outros ateliers que estão a fazer um trabalho menos convencional, como os *Exyzt*, os *Raumlabor*, esse tipo de ateliers, que à sua maneira, são revolucionários, e daqui a dez anos quando se olhar para trás isso perceber-se-á, sobretudo nesta maneira de “fazer arquitectura para hoje” ou “para ontem”. Ou seja, muitas vezes não há projecto, “tens aqui um monte de madeira, vamos fazer uma coisa e vamos fazer uma coisa com estas pessoas que estão aqui” e isso vem de tentar contrariar esta ideia de que a arquitectura necessita de muito tempo, porque envolve imensos meios, e às tantas quando a sociedade acelera, tu, como arquitecto também sentes necessidade de acelerar, ou pelo menos acelerar parte dos teus projectos e perceberes que a realidade está a mudar todos os dias e como é que eu posso fazer projectos que acompanhem essa realidade. Eu acho que isso se consegue retirando uma série de etapas ao processo de projectar, sendo também mais modesto naquilo que se quer fazer. Hoje em dia já não queres projectar bairros inteiros, se calhar queres projectar apenas um banco para o senhor que vive ao teu lado, e vais-te sentar com ele e vamos ver como é que vamos fazer aqui o banco. Mas a questão é que em vez de teres folhas e folhas de esquiços muito bonitos sobre o bairro que querias fazer, tens ali o banco na rua que serve para uma série de coisas. Outra coisa que é muito interessante é quando tu constróis realmente uma coisa tu não sabes depois onde aquilo vai parar. Há pessoas, se calhar, que não vão usar aquilo como banco, vão usar como outra coisa e o banco é transformado. Isso é muito interessante: tu perceberes que precisas de pôr coisas na rua, nem que sejam mínimas. Eu acho que estes grupos abriram o caminho ao mostrar que é possível. “Eu com mais dois amigos posso fazer aqui uma coisa.”

**JCA: Que referências é que procuram quando desenvolvem os vossos projectos? Que influências marcam o vosso trabalho?**

AL: Não existem referências arquitectónicas directas. Eu diria que procuramos

mais referências em campos que são periféricos à arquitectura. É onde encontramos, sobretudo, uma reflexão sobre a sociedade que nos interessa mais depois explorar. Porque é que eu te digo isto? Nós enquanto arquitectos temos uma inteligência muito específica e temos um modo de encarar os problemas de um ponto de vista muito específico. O que nós gostamos, por exemplo, quando abrimos o nosso processo de concepção a outras pessoas que não são arquitectos, é perceber como é que essas pessoas vêem aquele problema, que é necessariamente diferente do modo como nós vemos. Portanto, quando procuramos referências, e se queremos fazer alguma coisa que possa acrescentar algo novo aquilo que está em debate, nós tentamos procurar um saber exterior à disciplina.

**JCA: Na revista *Arqa* referem que o projecto “Seta Amarela” foi determinante para assumirem o interesse por uma prática *adisciplinar*. O que é que entendes por uma prática *adisciplinar*?**

AL: O *adisciplinar* é um ilogismo, a palavra não existe. Nós criámo-la porquê? Há sempre uma certa arrogância em criar uma palavra, embora não tenha sido essa a nossa vontade. Na altura que nós criámos esta palavra esta reflexão era já usual, o multidisciplinar, ou seja convocar diversas disciplinas para fazer uma coisa. Só que tu convocas diversas disciplinas, cada uma no seu galho. Imagina, alguém da área da música, tu carpinteiro e eu arquitecto. Estamos aqui os três, vamos todos trabalhar para fazer este telemóvel. Naturalmente o que vai acontecer é que um faz a música, outro vai fazer a capa e alguém fará outra coisa. A nós não nos interessava isto. O que nos interessava era baralhar as coisas. Ou seja, quando nós dizemos *adisciplinar*, quer dizer que não há disciplina. É um conjunto de pessoas que têm uma formação qualquer mas que estão todos em pé de igualdade e, idealmente, todos a pensar num campo disciplinar que não é o seu, eu a pensar na música e outra pessoa a pensar no espaço. Porquê? Porque uma pessoa de fora da disciplina vai ter uma abordagem do espaço sem preconceitos. Uma das coisas mais bonitas que há quando tu estás a trabalhar em algo com alguém que não é arquitecto

é essa pessoa fazer-te perguntas. Por exemplo, uma janela, “isto não podia ser em arco?”. Tu respondes imediatamente que não. Mas depois obrigas-te a pensar: “porque é que não pode ser em arco?”. E pensas: “Ah é feio!”. “Mas é feio porquê?” E se formos todos arquitectos, um diz que não pode ser em arco e toda a gente concorda, porque todos nós temos o mesmo *background* académico. É por isso que este tipo de perguntas nos interessam – “porquê é que não é em arco?”

**JCA: Lembro-me de um projecto vosso, “Sonda3”.**

AL: Este foi também um projecto para a Trienal. Nós acabamos por estar sempre na Trienal, mas através de projectos laterais. Com este projecto achamos que seria interessante fazer as mesmas três perguntas a uma série de agentes do processo construtivo, desde o político que decide o que é preciso construir, até ao arquitecto, ao engenheiro, ao empreiteiro, ao trolha que está lá a construir, a quem vai vender, e a estes juntamos aqueles que nós chamamos *opinion makers* populares, que são o taxista e o empregado de mesa. Foi engraçado porque conseguimos convencer a Trienal a fazer estas entrevistas no ciclo de conferências que eles organizaram e, desta forma, podemos fazer estas perguntas a arquitectos *top*, ao Thom Mayne, ao Souto Moura. Ao Souto Moura para aí há vinte anos que ninguém lhe pergunta o que é a arquitectura. Perguntam-lhe outras coisas, e perguntam-lhe o que é arquitectura e ele fica ..., tal como o Thom Mayn. Depois acabam por responder, uns com umas respostas mais interessantes e outras menos. Mas, por exemplo, quando fazes a pergunta ao taxista, ele responde-te rapidamente que arquitectura é “os edifícios”. Está ali chapado. Não quisemos fazer juízo nenhum, mas pô-los em confronto, através da montagem do vídeo, uma vez que não há uma hierarquia, não vai de quem sabe mais para quem sabe menos. O que nós optamos por associar foi os princípios, os meios e os fins de resposta, e depois tens uma série de gente a fazer ... e outros a responder directo. Todos nós temos uma palavra a dizer sobre arquitectura, mas às vezes, se calhar, pensamos de mais e fazemos de menos.



**JCA: De de que forma é que o projecto “Seta Amarela” vos motivou no sentido de um trabalho *adisciplinar* e o que é que mudou no vosso método de trabalho a partir daí?**

AL: Há um concurso para um festival de artes performativas e o que, sobretudo, nos chamou à atenção foi a ideia de intervir no espaço público. Nós achamos isso interessante e dissemos: “vamos ter uma ideia e vamos desenvolver um conceito para isto”. Sobretudo porque tínhamos vários amigos do campo artístico e a maneira como eles se apropriavam do espaço público, parecia-nos que ficava um bocado aquém do potencial que aquilo podia ter. Então decidimos pôr as mãos na massa e apresentar algo. O nosso projecto acabou por ser seleccionado para fazer parte desse festival. Está aqui uma seta. Mas sobretudo, o que nos interessava, e o que nos interessou daí para a frente, foi esta ideia de intervenção no espaço público a partir do mínimo de objectos. As setas eram seis e a maneira e foram dispostas no espaço dando a possibilidade das pessoas interagirem com elas, intensificando a narrativa não dizendo para quê que as setas serviam. Nós estivemos dozes horas na rua e a meio do dia, éramos seis, cada um com uma seta diferente, cada um tinha uma história diferente para contar sobre a seta. E era esta ideia do boato que se espalha pela cidade e às tantas as pessoas nunca chegaram a saber quantas setas eram. E nós depois no fim íamos perguntar às pessoas, “mas então quantas setas eram?” e uns diziam sessenta, outras diziam mais de cem. E é esta ideia que há muito no cinema, há aqueles filmes de terror que gostam de mostrar tudo e há outros que só gostam de dar a entender, que são normalmente os mais assustadores. Nós começamos a perceber quando intervém no espaço público, podes deixar muito à imaginação da pessoa, não tens de fazer tudo, fazendo só parte do trabalho, e depois a maneira como apresentas, a maneira como tu montas o guião, deixando o resto à responsabilidade das pessoas. Depois isso começou-nos a interessar muito, esta ideia de fazer coisas e de nos confrontarmos directamente com as pessoas, que há muito pouco em arquitectura. Em arquitectura tu confrontas-te com os clientes e ponto final.

Interessou-nos esta ideia de nos confrontarmos com uma audiência maior, que não só os clientes. Interessou-nos esta coisa de ir para o espaço público, este espaço de negociação, de trabalhar para hoje, conseguir os recursos para fazer as coisas, diferente de um projecto mais convencional, de uma casa ou de um edifício, onde estamos sempre dependentes de outros.

**JCA: No projecto “Habitats Abertos”, no Equador, a vossa intenção era dar aos habitantes um posição activa fazendo-os co-responsáveis pelo projecto, através de um sistema arquitectónico aberto. Num sistema destes, como é que é feita a articulação entre as vontades dos habitantes e as do arquitecto enquanto profissional?**

AL: Quando nós começamos a fazer instalações percebemos que o contributo das pessoas, para o que púnhamos na rua, era muito interessante, levando-nos para caminhos que não tínhamos planeado. Começamos, então, a pensar como é que podíamos transportar esta imponderabilidade para a arquitectura, e a perceber que, à semelhança daquilo que fazíamos nas instalações, há uma série de camadas na arquitectura para as quais as pessoas podem dar tão ou melhor resposta do que o arquitecto. Numa casa, que é um ambiente tão íntimo, um organismo que vai crescendo ou decrescendo, achamos que não fazia sentido apresentar um produto acabado. A estas pessoas pode e deve ser dada a oportunidade de gerir o seu ambiente. Repara que isto não é válido em todas as sociedades. Nós não queríamos pôr um projecto destes, por exemplo na Finlândia. Culturalmente não faz sentido. Quando nós descobrimos este concurso, já tínhamos estado na América do Sul, onde eles são muito mais pró-activos sobre a habitação, e achamos que esse era o contexto para testar isto. Nós, como arquitectos, o que é que podemos fazer? Podemos pôr a nossa técnica à disposição e acrescentar uma série de constrangimentos positivos aquilo que as pessoas podem fazer. E o que é que nós fizemos? Delimitamos a implantação. Ao limitarmos a implantação, estamos basicamente a definir frentes de rua, tornando mais fácil gerir a rua. Ao delimitar a implantação limitaste a profundidade das divisões e conseguiste fazer com que todas as

divisões pudessem ter ventilação cruzada. Repara, mas para isto tu precisas de saber a importância da ventilação cruzada e de perceber como é que podes organizar isto no espaço. Para isto é necessário um arquitecto. Mas depois o que é que nós nos demitimos de pensar? Se a casa tinha duas águas, se tinha cobertura plana, isso as pessoas podem decidir. Nós basicamente definimos o envelope e definimos qual seria a maneira ideal desse envelope crescer. Mas as pessoas depois definem a forma final desse envelope e a sua pele.

**JCA: Um modelo destes seria possível de aplicar em Portugal? Disseste que por exemplo na Finlândia não.**

AL: Eu acho que Portugal está no limite, porque as pessoas já esperam ter uma casa pronta, e sobretudo, nós arquitectos temos pouca experiência em primeira mão de bairros sociais. Infelizmente ou felizmente quase nenhum estudante de arquitectura vive num bairro social. Isso tem um pouco a ver com aquilo que eu te disse, que arquitectura é para ricos. Os estudantes de arquitectura necessitam de ter alguns meios económicos para conseguir concretizar os estudos e além disso é necessário uma estabilidade familiar. Neste sentido, acabamos por não ter esta experiência em primeira mão e cometer muitos erros básicos. Eu como acabei por viver paredes meias com um bairro social, muitos dos meus amigos eram de lá, fui exposto a esta realidade muito cedo e acabei por conseguir perceber algumas coisas. Uma dessas coisas é que cá em Portugal, isto não é válido porque as pessoas esperam que a casa esteja pronta. Essa ideia da casa poder crescer não lhes é muito grata, até porque acham – há um bocado aquela ideia de que o estado tem de apoiar – que pode ser um insulto receberem uma casa incompleta. Enquanto noutro tipo de culturas isto é visto como uma oportunidade, cá é vista como uma falta de respeito. Portanto, eu diria que Portugal está no limite, e curiosamente diria que era mais fácil se calhar tu passares um modelo destes a uma franja da sociedade que não precisaria de um modelo destes, mas que vê isso como uma oportunidade, do que às pessoas, que se calhar mais necessitavam deste modelo, porque vão ver isso como uma falta de respeito. A arquitectura esbarra

sempre nas questões socioculturais. Tu não trabalhas no vazio, e portanto, um modelo que serve para um lado pode não servir para outro.

**JCA: Numa sociedade onde impera o consumo, a imagem e a rentabilidade, procurar trazer para primeiro plano a dimensão social da arquitectura pode ser considerado uma utopia?**

AL: Acho que não e se tu vires a tendência de uma série de jovens arquitectos, que estão a fazer coisas nesse campo, verificas que não é utopia nenhuma. Quando a sociedade tende para uma determinada direcção há sempre uma reacção. Quando tu tens um manancial de futilidade que nos enche muito os dias tens tendência a fazer algo que seja mais substancial e que dê resposta. Portanto, eu não acho que isto seja utópico e acho que é até normal a coisa acontecer. Agora tem é de acontecer com qualidade. Ou seja não é por estares a fazer um projecto social que tens de ser menos rigoroso ou menos ambicioso. Se vais fazer o banco para o velhinho vais tentar fazer o melhor banco possível com as ferramentas que tens, e muitas vezes o que eu vejo é uma atitude “se é social já não tenho de me esforçar tanto, basta fazer uma coisa qualquer”. Uma das coisas que me tem deixado mais contente é que muita da arquitectura que dá uma resposta mais directa a necessidades sociais, quer seja em situações de emergência, quer seja em bairros mais críticos ou países menos desenvolvidos, tem cada vez uma melhor qualidade arquitectónica. Trabalham com a austeridade e o mínimo de recursos, mas com um melhor pensamento arquitectónico do que, por exemplo, há dez anos. E isso porquê? Há mais gente a trabalhar nesse campo, há mais experiência.

**JCA: Até porque a má arquitectura pode agravar os problemas que se estão a tentar resolver.**

AL: Muitos dos problemas resolvem-se não fazendo arquitectura. Já nos pediram um projecto em que a coisa ficou resolvida numa reunião. Tu falas com as pessoas e percebes que ok, o que é necessário fazer é trabalhar o pavimento. Mas enquanto arquitecto é muito difícil encarar o problema e perceber que a

solução não passa por fazer aquilo que nós sabemos fazer melhor. É necessária uma certa modéstia que não nos é incutida e, sobretudo, perceber em que situações aquilo que nos propomos a fazer é melhor do que o que já está feito. Tu visitas a obra de um colega e encontras sempre um defeito. O que eu acho é que se deve ter a sapiência de saber quando é que vale a pena convocar recursos para mudar uma coisa e quando é que não vale, e perceber que o que já está feito está bom. É espectacular? Não é, mas funciona. Se calhar vais investir o teu tempo noutra coisa ao lado e nesses sentido se tu me tivesses perguntado por exemplo, o que é fundamental o arquitecto pensar a nível social hoje em dia? Eu diria que é mais naquilo que já está construído e curiosamente não te diria reabilitação tal e qual como ela está a ser discutida hoje em dia, que é os centros históricos. Pensar como é que podes reabilitar os subúrbios, como é que podes dar uma maior qualidade áquilo. Neste momento há milhões de casas construídas nos subúrbios, muitas delas com má qualidade, mas estão lá e a solução não vai ser demoli-las porque já foram convocados uma serie de recursos, material, tempo. Agora ainda vais gastar mais energia a mandar aquilo abaixo? Não. A questão é como é que tu podes aproveitar aquilo que já está feito? E não estamos a falar em Africa ou em situações de emergência, mas sim de coisas que existem hoje em dia, onde vivem milhares e milhões de pessoas. Tu dás uma volta aqui pela Cintura de Lisboa. Começas no Catujal, ali ao pé da Expo, Bairro de Angola, depois vais até à Pontinha, Amadora, e percebes que falta ali imensa inteligência arquitectónica para pensar o espaço que já lá está. Mas pensar o espaço não é mandar a baixo e reconstruir de novo. Como é que se poderia melhorar o que já lá está? Por exemplo, os programas POLIS, através dos quais se fizeram aquelas obras, algumas boas, outras nem tanto, sobretudo na costa portuguesa, contribuíram para a décalage entre o espaço público e o edificado porque, basicamente, só consertaram o pavimento. Eu acho que era necessário quase um programa POLIS para os edifícios. Como se melhora o comportamento energético do edifício? Isso é uma questão social, porque as pessoas vivem ali. Mas isto pede uma certa modéstia do arquitecto em trabalhar com o que já existe.

**JCA: E terá também a ver com as limitações com que falavas há pouco, porque uma programa desses teria de partir da vontade política. Mesmo a questão do orçamento seria outro problema.**

AL: A questão é que passa por tu, enquanto arquitecto, convenceres as entidades políticas e os próprios habitantes que aquilo é benéfico para todos. Isso passa por algum trabalho de campo, fazendo estudos efectivos de como é que aquilo pode ser realmente melhor.

**JCA: A pesquisa, num atelier de arquitectura é importante, não só a pesquisa em torno das questões técnicas/tecnológicas, mas também na procura por perceber quais são as transformações que ocorrem na sociedade?**

AL: Eu acho que isso vem tipo esponja. O que eu acho que tu, enquanto arquitecto, e isso é que é positivo, deves tentar ter muita experiência, não te fechar na tua concha, não ir só aos jantares de arquitectos. Portanto, tentar viver, ver, falar com um maior número de pessoas para conseguires e ir absorvendo coisas. Pesquisa dentro do atelier, eu acho que depende muito da escala. Num atelier pequeno como o nosso – sou eu e o José que não está cá e de vez enquanto temos mais algumas pessoas que trabalham connosco – a pesquisa é feita com os projectos que nós temos. Nós não temos tempo nem disponibilidade financeira para dizer “pára, agora durante três meses vou estudar os subúrbios”. Só poderíamos fazer isso se quisesse fazer um doutoramento e aproveitasse o doutoramento para pensar sobre este assunto. É assim que eu vejo isto. De resto, podes ir pesquisando projectando. Qual é a vantagem quando tu tens num atelier? Tu podes escolher alguns dos projectos que fazes e esses projectos já indicam caminhos. Por exemplo aquele projecto dos “Habitats Abertos” é um concurso que nós escolhemos fazer porque havia a vontade de trazer para a arquitectura o processo que íamos verificando no nosso atelier, o processo de interacção com as pessoas, e achamos que aquela podia ser a oportunidade. Fizemos investigação fazendo esse concurso. Depois apresentamos também uma proposta para o Mercado do Chão do Loureiro, um antigo mercado que ficava no centro de Lisboa e acabamos por usar

algumas coisas que estão nos “Habitats Abertos” para esse projecto também.

**JCA: Aquele era um edifício da Câmara?**

AL: Aquele era um edifício da Câmara. Nós sabíamos que o projecto nunca iria ser feito porque o edifício tinha demasiado valor e a Câmara tinha a intenção de fazer um parque de estacionamento, que fizeram e mal. Mas o conceito era suficientemente forte para ser trabalhado noutro sítio, esta ideia de uma casa que está preparada para os primeiros cinco anos de vida de um jovem. E é muito interessante, agora ver, alguns concursos lançados pela Câmara, com o factor tempo, que é uma coisa que é muito importante. Tu quando fazes algo, neste caso uma casa com rendas controladas para jovens, é muito importante projectares um tempo final para isto. A esses casas associamos empresas, uma vez que a nossa ideia era que se pudesse viver e trabalhar no mesmo sítio durante cinco anos com uma renda mínima. Ao viveres e trabalhares no mesmo sítio com uma serie de pessoas a comungar os mesmos interesses, poder-se-ia criar sinergias para acontecer qualquer coisa. Mas uma das coisas mais importantes do projecto era que tu só podias lá estar cinco anos, por duas questões: primeiro, se a tua empresa não estava se tinha desenvolvido ao fim de cinco anos se calhar tens de pensar se faz sentido ou não continuares e a segunda era para dares oportunidade a mais gente, para rodar.

**JCA: Qual é que era o programa que vocês propunham?**

AL: O que nós propusemos, e o que eu acho que era mais interessante ali, foi uma célula, que tinha cerca de 2,20m por 8m ou 7m com um módulo de casa de banho no centro que te permitia gerir o espaço. Ou seja mais uma vez esta questão de tu poderes interagir com o espaço, podendo escolher entre mais espaço para trabalhar ou para viver. Tu não sabes quanto é que as pessoas querem. Há pessoas que se dedicam ao trabalho e o espaço de viver pode ser só uma cama, podendo puxar a casa de banho o máximo possível, ou vive versa. Ou num mês estás virado para uma coisa e em outro mês está virado para outra. Depois havia também uma coisa interessante: um vazio

central que permitia que os corredores de acesso em galeria pudessem ter uma largura muito grande e essa largura, basicamente metade, era espaço afecto à tua célula, só com uma marcação no pavimento, mas que permitia estar a trabalhar na galeria e potencializando-a como espaço de socialização.

**JCA: Qual é que era o estado do edifício?**

AL: O edifício estava em bom estado, mas estava completamente devoluto. Não se passava lá nada há cerca de cinco anos. Fizemos um levantamento sumário do edifício e fizemos aquela proposta já sabendo que nunca iria ser aceite, mas o que nos interessava era pensar sobre esta ideia de uma unidade habitacional para uma serie de pessoas que querem viver no centro mas não têm essa possibilidade, e como se poderia levar isso ao mínimo. Por exemplo, os serviços eram partilhados, fazendo com que tudo seja mais barato. E isso é que permite que a renda seja mais barata. Ou seja, tu para conseguires um determinado tipo de coisas também tens que fazer ver às pessoas que é preciso abdicar de outras. É preciso abdicar se calhar de espaço, é preciso abdicar de ter a tua cozinha, a tua máquina de lavar, e se calhar muitas pessoas não estão dispostas a abdicar disso. Mas eu acho que há um número suficiente para rentabilizar uma coisa destas.

**JCA: Vocês têm pensado mais algum projecto deste tipo, não solicitado?**

AL: Estamos com algumas ideias, mas nestes últimos dois anos não. Nestes últimos dois anos, como temos tido mais solicitações estamos um bocado concentrados nisso e sobretudo agora estamos envolvidos em três projectos de execução que nos tomam imenso tempo. Isto também coincidiu com a altura em que eu comecei a dar aulas, portanto acabei por ter menos tempo e também acerca de dois anos que não fazemos concursos, ou se fazemos são concursos muito específicos para uma coisa que já estamos a fazer, de forma a arranjar financiamento. Estávamos a fazer cerca de três concursos por ano, o que era bastante duro e estávamos a entrar num ritmo que já era um bocadinho diferenciado, e achamos que “ok já ganhamos músculo” e agora



se calhar precisamos de nos concentrar nas coisas mais construíveis. Agora estamos nisto, não quer dizer que daqui a um ano voltemos a isso. Lá está, como é uma equipa muito pequena, o modo como nós vamos gerindo o nosso trabalho é muito circunstancial, ou seja, se entra um projecto um pouco maior, nós se calhar durante um ano estamos só dedicados áquilo. E como hoje, tu não sabes o dia de amanhã é muito difícil tu teres pessoas aqui a trabalhar.